



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

RAÍSSA ESTER MAIA DE BARROS

**POLÍTICA TAMBÉM É COISA DE MULHER: UMA ANÁLISE
DA INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA PARAIBANA**

**Campina Grande/PB
2017**

RAISSA ESTER MAIA DE BARROS

**POLÍTICA TAMBÉM É COISA DE MULHER: UMA ANÁLISE
DA INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA PARAIBANA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande/PB. Pesquisa vinculada à linha de pesquisa Cultura e Identidades, realizada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima.

**Campina Grande/PB
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

B277p

Barros, Raíssa Ester Maia de.

Política também é coisa de mulher : uma análise da inserção da mulher na política paraibana / Raíssa Ester Maia de Barros. – Campina Grande, 2017.

111 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima".

Referências.

1. Mulher e Política. 2. Política - Gênero. 3. Patriarcado. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU 32-055.2(043)

Raissa Ester Maia de Barros

**POLÍTICA TAMBÉM É COISA DE MULHER: UMA ANÁLISE
DA INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA PARAIBANA**

Aprovada em: __/__/__

Banca Examinadora:

Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima (Presidente – Orientadora)

Dr. Lemuel Dourado Guerra (Examinador Interno Titular)

Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago (Examinadora Externa Titular)

**Campina Grande/PB
2017**

Dedico aos meus familiares, bem como todos aqueles que estiveram ao meu lado para a conquista de mais essa nova etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por aliviar os momentos de dificuldades e por me conceder tranquilidade ao longo dessa jornada.

Agradeço à minha família por estar sempre presente e por me encorajar a correr atrás dos meus sonhos.

À Francimira Maia, minha amada Titia-Avó, a você todo o meu amor e gratidão.. Você é parte fundamental de tudo que eu alcancei e de tudo que eu aspiro em alcançar um dia. Para mim, você é sinônimo de amor, de garra, de sacrifícios por um bem maior, é minha inspiração diária. Quem dera um dia ter o coração que você tem. Obrigada por me acolher desde meu nascimento e por suprir todas as necessidades e por aliviar todas as dificuldades que se apresentaram ao longo de minha vida. Você é tudo para mim.

Ao meu noivo amado, Emerson, que esteve ao meu lado em cada momento, por segurar a minha mão e me ajudar a concluir mais uma etapa da minha vida. A você todo o meu amor e toda a minha gratidão.

À professora Elizabeth Christina, que esteve comigo desde o momento do processo de seleção, por me receber de braços abertos no momento da orientação dessa jornada com paciência e alegria, por me passar confiança e tranquilidade e por estar ao meu lado em cada fase da preparação da Dissertação.

Ao Professor Lemuel Guerra que também esteve ao meu lado desde o momento do processo de seleção, compartilhou suas ideias ao longo das disciplinas do Mestrado e me motivou a brilhar sempre com alegria e determinação.

À Professora Idalina Maria que tive o grande prazer de conhecer ao longo dessa jornada, me ofereceu calma e tranquilidade e gentilmente contribui com seu vasto conhecimento para que eu alcançasse uma melhora significativa na preparação desse trabalho.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFCG pelos ensinamentos compartilhados e pela disposição em resolver qualquer dificuldade que se apresentasse.

Aos assessores (as) que tiveram papel fundamental para a concretização desse trabalho, por sempre conseguirem, com tamanha boa vontade, uma brecha na agenda política das Vereadoras e Deputadas. A vocês toda minha gratidão.

A todas as mulheres, Deputadas e Vereadoras, que compartilharam comigo um pouco de seu tempo, suas experiências e trajetória na política. Vocês foram as protagonistas da minha história acadêmica e são protagonistas de suas próprias histórias. Obrigada a todos (as).

RESUMO

A dominação masculina em diversos setores mais nobres é algo que já vem se perpetuando ao longo dos tempos. No que concerne ao trânsito da mulher na política, sem dúvida, existem inúmeras reflexões que podem ser esmiuçadas. Temos que a luta das mulheres pelos espaços de poder vem carregada de muitos desafios e obstáculos que teimam em colocá-las na esfera privada, muitas vezes vista como sinônimo de privação, enquanto que os homens permeiam na esfera pública, entrelaçada com o poder, regalias e prestígio. Pensar sobre a inserção da mulher na política nos remete a desigualdade de gênero nas relações humanas e sociais e ao patriarcado ainda vigente. Nesse sentido, essa investigação científica teve como propósito examinar e entender a participação de mulheres no espaço de representação política, verificar como funciona a dinâmica da inserção da mulher nesse espaço de poder, refletir sobre a temática de gênero, entender a dominação masculina e suas imbricações, refletir sobre a luta feminista que galgava legitimação e reconhecimento das mulheres nos espaços de poder, inclusive da política, a ideologia patriarcal ainda influente sobre as relações humanas da sociedade e no Direito, a discriminação e preconceito existente no espaço político e por suas instituições comandadas em sua grande maioria por homens, a ineficácia da lei de cotas, bem como outras temáticas que merecem ser destacadas no presente trabalho. Para tanto, para uma correta compreensão de nossa análise, focamos nossa pesquisa nas vereadoras do município de João Pessoa e nas Deputadas do Estado da Paraíba, mediante uma abordagem de ordem qualitativa nos voltando para a captura de uma realidade que não pode ser quantificada. Os dados coletados se deram através de entrevistas com base em um roteiro de perguntas que aborda algumas questões essenciais para a apreensão de pontos relevantes sobre o tema tratado.

Palavras-Chave: Mulher e Política, Gênero, Patriarcado.

ABSTRACT

Male domination in several nobler sectors is something that has been perpetuating over time. As far as the transit of women in politics is concerned, there are undoubtedly innumerable reflections that can be broached. We have that the struggle of women for the spaces of power comes loaded with many challenges and obstacles that insist on placing them in the private sphere, often seen as synonymous with deprivation, while men permeate in the public sphere, intertwined with power, perks and prestige. Thinking about the insertion of women in politics reminds us of the gender inequality in human and social relations and the patriarchy still in force. In this sense, this scientific investigation aimed to examine and understand the participation of women in the space of political representation, to verify how the dynamics of the insertion of women in this space of power works, to reflect on the theme of gender, to understand male domination and its imbrications , To reflect on the feminist struggle that gauged women's legitimation and recognition in the spaces of power, including politics, patriarchal ideology still influential on human relations in society and on the Law, discrimination and prejudice in the political space and its commanded institutions In its great majority by men, the inefficacy of the quota law, as well as other themes that deserve to be highlighted in the present work. To do so, for a correct understanding of our analysis, we focused our research on councilors in the city of João Pessoa and in the Deputies of the State of Paraíba, through a qualitative approach, returning us to capture a reality that can not be quantified. The data collected were given through interviews based on a questionnaire that addresses some essential issues for the apprehension of relevant points on the subject treated.

Keywords: Women and Politics, Gender, Patriarchy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC/16 – Código Civil de 1916

CC/02 – Código Civil de 2002

CF – Constituição Federal

CLT/43 – Consolidação das Leis do Trabalho de 1943

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CF/34 – Constituição Federal de 1934

CF/46 – Constituição Federal de 1946

CF/67 – Constituição Federal de 1967

CF/88 – Constituição Federal de 1988

EC – Emenda Constitucional

HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PP – Partido Progressista

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

TRE-RN – Tribunal Regional do Rio Grande do Norte

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I - Mulher é multi: Conceitos e Discussões norteadoras do estudo..	15
1.1 Quem são elas? Vamos conhecê-las?.....	17
1.2 Mulher sim, senhor: Alguns debates sobre as questões de gênero.....	20
Capítulo II – A luta pelo Espaço Público.....	27
2.1 Saí de casa e vou para a rua – lá também é o meu lugar.....	27
2.2 A forma de ingresso: movimentos sociais, filhas de oligarquia ou poder pessoal?.....	37
2.3 O despertar das deusas: o combate à ideologia patriarcal e dominação masculina.....	51
Capítulo III – A luta feminista: o Brasil e as Políticas de Igualdade de Gênero.....	68
3.1 Importantes feministas no processo de lutas e a conquista do direito de votar e ser votada.....	69
3.2 A trilha jurídica nacional da mulher.....	76
3.3 Algumas Políticas Públicas que visam o ingresso da mulher em espaços de poder.....	89
Considerações Finais.....	98
Referências.....	105
Apêndice.....	110

INTRODUÇÃO

A partir de leituras e vivências pessoais na busca de uma aproximação com o universo feminino no âmbito da prática política tornou-se inquietante pensarmos que a relação dos gêneros em suas diferentes atuações/papeis sociais demanda rupturas com modos de vida das mulheres definidos pela tradição patriarcal. Entendemos que o exercício de liderança reclama da mulher um trabalho de ressignificação de alguns traços característicos que a identificam com a natureza e as diferenciações socialmente construídas dos papéis sociais, tão caros nos debates sobre as “questões de gênero” no âmbito das Ciências Sociais.

Nessa linha de pensamento é relevante indagar as nuances do processo de construção da identidade da mulher/líder política, através da qual ganha visibilidade social, embora esteja inserida em um contexto de conflito e disputa de poder tradicionalmente ocupado por agentes do sexo masculino. Somos imbuídos de distintas significações e características que envolvem as relações de gênero, suas diferentes participações a partir de seus papéis sociais construídos historicamente, principalmente nas redes de sociabilidade vivenciadas no espaço da vida urbana.

É nesse sentido que caminha o objetivo de nosso trabalho. Optamos pela necessidade de pesquisar dados e fenômenos que condensam a ideia do processo de inclusão da mulher na política paraibana, de compreendermos os processos de emancipação feminina na carreira política, de apontarmos como se deu a construção e o percurso político das mulheres que ocupam cargos de representatividade política e quais foram as facilidades e dificuldades encontradas ao longo desse percurso.

Como sabemos, o partido político é uma instituição organizada, legalmente formada, cuja vitalidade se assegura através de formas voluntárias de participação de diversos setores sociais animados pela crença de poder influenciar na tomada de decisões que afetam a coletividade a qual representa. Na dinâmica dos partidos, tanto militantes quanto lideranças produzem seus discursos e executam suas ações inspirados por algum tipo de ideologia. Na arena política¹, em cada período eleitoral, é cada vez mais notória a participação da mulher, seja como militante,

¹ Para Hannah Arendt, “a política se baseia no fato da pluralidade humana. Deus criou o homem, mas os homens são um produto humano, terreno, um produto da natureza humana” (ARENDR, 2008, p. 144).

seja como atuante neste campo que se prontifica para disputar espaços em uma das diversas esferas representativas do poder estatal. Na atualidade, não é mais estranho identificar mulheres ocupando cargos de representatividade política.

Para uma correta observação do nosso objeto de estudo, além do referencial teórico, consideramos fundamental a demarcação dos procedimentos metodológicos orientados à coleta e sistematização de dados empíricos. Dado que nosso olhar analítico esteve voltado ao mundo das mulheres que conquistaram posições de liderança no campo da representação política paraibana, entendemos que nosso estudo requereu o uso do método qualitativo que nos permitiu captar uma realidade que não podia ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando um universo de significados, crenças, valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podiam ser reduzidos à operacionalização de variáveis (DESLANDES SF, CRUZ NETO O, GOMES R, MINAYO MCS, 1994).

Nossa escolha metodológica se justifica porque a pesquisa qualitativa é uma atividade que localiza o observador como fazendo parte do mundo que se pretende analisar. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade a um determinado fenômeno social. Essas práticas transformam esse fenômeno em uma série de representações. Nesse nível, a pesquisa qualitativa realizada envolveu o estudo e a coleta de uma variedade de materiais empíricos que descreveram momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos (DENZIN & LINCOLN, 2006, p.17).

A história de vida, também chamada de relato de vida, “é aquela que designa a história de vida contada pela pessoa que a vivenciou. [...] O pesquisador não confirma a autenticidade dos fatos, pois o importante é o ponto de vista de quem está narrando” (DENZIN & LINCOLN, 2006, p.24). Para Spindola e Santos (2003), o método da história de vida evidencia o momento histórico vivido por quem está sendo pesquisado retirando, assim, a qualidade do pesquisador como “dono do saber”, a fim de apreender, conseqüentemente, tudo que o sujeito pesquisado considera como importante sobre sua própria vida. Dessa maneira, Brioschi e Trigo (1987) intuem que esse método é visto como necessariamente histórico, dinâmico e dialético (teoria e prática são constantemente colocadas em confronto durante a investigação).

Dessa maneira, trabalhamos na dissertação aspectos teóricos que perpassam pelo campo das Ciências Sociais e associamos tais aspectos e categorias com os percursos políticos trilhados pelas Vereadoras do Município de João Pessoa-PB, Eliza Virgínia (PSDB), Raíssa Lacerda (PSD), e das Deputadas Estaduais da Paraíba Estela Bezerra (PSB), Daniella Ribeiro (PP) e Camila Toscano (PSDB). Para tanto, as investigações aconteceram nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, descrevendo, analisando e registrando o percurso dessas mulheres com representatividade política através de seus discursos espontâneos acerca de suas presenças e atuações nesse espaço de poder.

As Ciências Sociais estão interagindo constantemente com a realidade social que se renova a cada dia. Assim, a sua mutabilidade é bem notória já que direciona um olhar sobre as relações sociais e sobre os indivíduos que compõem a sociedade. Nesse contexto, a pesquisa social está voltada para um olhar imparcial do pesquisador uma vez que, muito embora esteja no campo para colher informações sobre determinados fenômenos, também se apresenta como parte integrante do fenômeno analisado, distanciando-se das pré-noções e sentimentos relativos ao estudo.

A partir do exposto, a dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresentamos algumas definições básicas, noções introdutórias e o aprofundamento de algumas questões teóricas que permeiam as questões de gênero que são essenciais para a melhor compreensão deste trabalho, bem como trazemos um resumo sobre trajetória de vida das mulheres políticas paraibanas selecionadas para o estudo, bem como a forma de ingresso dessas mulheres na arena política. Filhas de oligarquias? Frutos dos movimentos sociais? A fim de dinamizar essa parte teórica, tão importante na estruturação do presente trabalho, trazemos ainda as falas das mulheres entrevistadas explicando, pois, o tema desenvolvido no momento através de suas experiências e práticas políticas.

Já no segundo capítulo, trazemos à baila considerações acerca do trânsito da mulher da esfera privada para a pública, considerações sobre o patriarcado e dominação masculina e a descrição da forma como essas mulheres conseguem conjugar sua vida pessoal e política partidária, suas renúncias (as experiências práticas e pessoais), bem como outros processos inerentes às suas práticas

políticas. Fazemos, pois, uma análise de como essas mulheres lidam com a ocupação de um espaço público de poder tão importante utilizando, também, suas falas ao longo da estruturação do capítulo. Quais são as estratégias utilizadas para conciliar a casa e o trabalho? Essas mulheres têm que tipo de rotina? E as renúncias que se deram ao longo deste processo? Nesse capítulo trazemos, ainda, uma breve reflexão acerca da evolução jurídica quanto às questões inerentes à proteção da mulher, bem como a adesão do Brasil a alguns Tratados Internacionais.

Por fim, no terceiro capítulo, trazemos a trilha legislativa nacional referente à mulher, a importância do trabalho de feministas para a conquista de importantes espaços como é o caso da política e a luta pelo direito de votar e ser votada, aspectos relacionados ao direito internacional, como é o caso dos tratados internacionais assinados pelo Brasil que evidenciam um olhar protetivo às mulheres, bem como trazemos as políticas públicas adotadas em ordem federal, estadual e municipal que viabilizam a entrada da mulher em espaços de poder.

Nas Considerações Finais apresentamos os principais resultados alcançados pela pesquisa esperando que a temática e as reflexões propostas sirvam de inspiração à curiosidade acadêmica para a continuidade de estudos sobre a inserção das mulheres nos espaços de poder.

I CAPÍTULO – MULHER É MULTI: CONCEITOS E DISCUSSÕES NORTEADORAS DO ESTUDO

Não é novidade que a possibilidade da mulher atuar na política gerou muitos debates e discussões que inspiraram diversos movimentos, inclusive por parte das feministas. Sem dúvida, hoje vivenciamos os frutos de diversas revoltas ocorridas em um tempo não tão longínquo que prezavam pelas bandeiras da liberdade e igualdade entre os gêneros.

A sociologia das relações de gênero é marcada por um cenário de disputa de poder entre homens e mulheres e traz consigo a luta e resistência dessas que, por muitos anos, carregaram certa estigmatização decorrente da dominação masculina caracterizada por relações sociais permanentemente conflituosas. Daí decorre a importância do estudo da sociologia, especialmente no âmbito das relações de gênero, na medida em que analisa, estuda e reflete essa ausência de igualdade na dinâmica social e que contribui para a construção de reflexões duradouras que corroboram para a nova identidade feminina. Não mais aquela dominada, mas, sim, identificada como protagonista de sua história, aquela que faz parte de relações harmoniosas e encaradas não mais como submissas aos homens, mas como parceiras na construção de uma sociedade mais igualitária.

Estudar a sistemática do social é uma oportunidade de conhecermos a sociedade e as forças que circulam nesse meio. A análise da vida social como um todo nos permite revelar relações, processos e estruturas no âmbito da dominação política que organiza e movimenta a sociedade moderna existente. É por isso que a sociologia emana como uma espécie de autoconsciência científica da realidade social, na tentativa de explicar e responder as diversas transformações no âmbito dos processos sociais e estruturais (IANNI, 2011, p.16-17).

Com uma variedade de conquistas ao longo das décadas, as mulheres estão cada vez mais presentes na arena política. Isso é um fato que tende a ser contínuo. No entanto, a proporção das mulheres quando comparada com a proporção dos homens neste espaço de poder ainda se apresenta de maneira bastante tímida. Não podemos deixar de relacionar esse fato com a ideia de que isso se deve muito à continuidade das mulheres como responsáveis pelo trabalho doméstico, pelos filhos e pela família de uma maneira geral.

A partir da vivência com algumas mulheres já inseridas na política paraibana tivemos a oportunidade de perceber como o tradicionalismo patriarcal manifesta-se como um empecilho a fim de dificultar o seu ingresso nessa área pública. A dominação masculina, arraigada no saber patriarcal, põe a mulher como um ser não plenamente reconhecido. Isso dificulta a presença da mulher na arena política. Dessa maneira, a Sociologia emana, dentre as várias outras ciências, como aquela capaz de reconhecer e explicar os mecanismos variáveis e invariáveis da dominação masculina em vários espaços de poder. Como é dito por Ianni (2011), a Sociologia é capaz de se desenvolver com o mundo moderno, desvendando alguns de seus dilemas mais profundos.

Definir a tímida presença da mulher na política como uma violência simbólica, doce e invisível, nos termos de Bourdieu (2009), sem dúvida nos remete a refletir diversos conceitos sociológicos que se encontram intrinsecamente arraigados com tal questão. Muitas questões podem ser suscitadas em decorrência da análise desse contexto através das peculiaridades imanentes à mulher e das peculiaridades sofridas imanentes a diversos grupos que se submetem a um ferrenho processo de exclusão social, seja pela classe, cor, raça e tantos outros aspectos que são utilizados como diferenciadores dos sujeitos no plano social.

Nesse sentido é interessante vislumbrarmos importantes aspectos teóricos conjugados com a história política e de vida de algumas mulheres na ocupação de espaços de poder na Paraíba como uma questão pertinente às Ciências Sociais. Entendemos que o centro das relações sociais permeia pelas diferentes perspectivas/significações do que é ser homem e mulher, de uma construção de papéis sociais que explicitam representações contextualizadas e históricas.

Enfim, estudar a inserção feminina na prática política paraibana é uma oportunidade para descrever situações vivenciadas pelas mulheres na esfera da vida pública e, ao mesmo tempo, uma forma de reconhecer a atuação histórica das mulheres, às vezes invisíveis pela força do saber patriarcal. Por tudo isso, cabe às Ciências Sociais uma proposta de investigação mais acurada que discuta os impasses construídos histórica e socialmente a respeito das diferentes conotações do que venha a ser homem e mulher. As categorias analíticas que perpassam pelas Ciências Sociais são de grande importância para esmiuçar e detalhar os diversos fenômenos sociais e suas abordagens.

1.1 Quem são elas? Vamos conhecê-las?

Como já fora dito na parte introdutória do presente trabalho, buscamos coletar informações das atuais Deputadas Estaduais da Paraíba, são elas: Camila Toscano (PSDB), Daniella Ribeiro (PP) e Estela Bezerra (PSB). No cenário municipal, coletamos dados das Vereadoras da cidade de João Pessoa: Raíssa Lacerda (PSD) e Eliza Virgínia (PSDB). Sandra Marrocos (PSB), que atuou como suplente em 2016 se elegeu para o mandato que se iniciou em 2017. Porém, em virtude do andamento da pesquisa, optamos por dar continuidade apenas às entrevistas da Vereadora Raíssa Lacerda e da Vereadora Eliza Virgínia. A coleta de dados se deu através de entrevistas em seus gabinetes e/ou outros locais previamente combinados, sites ou redes sociais. Começamos comentando um pouco mais sobre essas Vereadoras e Deputadas.




A Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes nasceu no dia 02 de abril de 1972. É formada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e graduanda em Direito pela FESP Faculdades. Ela é filha do Ex-Deputado Nivaldo Manoel e já está atuando na Câmara Municipal de João Pessoa há dois mandatos (entrou em seu terceiro mandato em janeiro de 2017). Em 2012, foi a candidata mulher mais bem votada, com um total de 5.201 votos (1,40%) e, em outubro de 2016, foi reeleita para o seu terceiro mandato com 6.036 votos, sendo a quarta vereadora mais bem votada da Capital. Segue um quadro demonstrativo do número de votos que a elegeram em quarto lugar nas Eleições de outubro de 2016.

Vereadores Eleitos de João Pessoa - PB RESULTADO DAS ELEIÇÕES				
Candidatos a Vereador de João Pessoa				
Vagas para Vereador: 27				
1º		Leo Bezerra 40123 PSB	ELEITO 1.83%	7,016 VOTOS
2º		Durval Ferreira 11411 PP	ELEITO 1.83%	7,008 VOTOS
3º		Tanilson Soares 40789 PSB	ELEITO 1.73%	6,511 VOTOS
4º		Eliza 45000 PSDB	ELEITO 1.58%	6,036 VOTOS

Fonte: <https://www.eleicoes2016.com.br/candidatos-joao-pessoa-pb/>

Eliza tem como lema “Em defesa da vida e da família” e carrega os valores cristãos que a acompanharam durante toda a sua vida. Ela vem de uma família de quatro irmãos, sendo a mais velha entre eles. Entrou na universidade bastante nova, com apenas dezesseis anos de idade.

A Vereadora Raíssa Gomes Lacerda Rodrigues Aquino, nasceu em 20 de fevereiro de 1971, em João Pessoa. É filha do Ex-Deputado e Ex-Governador José Lacerda Neto, nasceu em João Pessoa, mas suas raízes são sertanejas. O seu pai, o Ex-Deputado e Ex-Governador José Lacerda Neto, nasceu em São José de Piranhas, interior do Estado da Paraíba, e teve quatro filhos, dois homens e duas mulheres, todos nascidos em João Pessoa. Ela já atua como Vereadora de João Pessoa há dois mandatos, sendo seu penúltimo pleito (2012) conquistado com 4.575 votos (1,23%) e o último pleito (2016) conquistado com 4.382 votos. Em 2014, recebeu o prêmio do Instituto Tiradentes como a parlamentar mais atuante de João Pessoa, sendo condecorada com a medalha Tiradentes - Colar Ouro. Vejamos, oportunamente, um quadro referente aos votos da eleição de outubro de 2016, que elegeram a Vereadora Raíssa Lacerda na décima quinta posição, através dos 88,63% de pessoas votantes.

Vereadores Eleitos de João Pessoa - PB RESULTADO DAS ELEIÇÕES					
Candidatos a Vereador de João Pessoa					
Vagas para Vereador: 27					
13*		Pedro Alberto Coutinho 31633 PHS	ELEITO	1.23%	4.794 VOTOS
14*		Damásio Franca Neto 11456 PP	ELEITO	1.21%	4.654 VOTOS
15*		Raíssa Lacerda 55110 PSD	ELEITO	1.14%	4.382 VOTOS
16*		Milanez Neto 14444 PTB	ELEITO	1.14%	4.373 VOTOS

Fonte: <https://www.eleicoes2016.com.br/candidatos-joao-pessoa-pb/>

Ultrapassada a breve apresentação das representatividades femininas no âmbito da Câmara Municipal de João Pessoa, vejamos agora as representatividades femininas no âmbito da Assembleia Legislativa da Paraíba. Como já foi dito anteriormente, as atuais Deputadas do Estado da Paraíba são: Camila Toscano (PSDB), Daniella Ribeiro (PP) e Estela Bezerra (PSB).

A Deputada Camila Araújo Toscano de Moraes (PSDB), nascida em 15 de outubro de 1980, está em seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa e se elegeu como Deputada com 32.682 votos (1,63%). Atualmente, ela é presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, membro titular da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Desde antes de seu nascimento, seus pais Zenóbio Toscano (atual Prefeito da cidade de Guarabira e Ex-Deputado Estadual – PB) e Léa Toscano (Ex-Deputada Estadual e Ex-Prefeita) tiveram uma ligação muito forte com o espaço político.

Antes de ser Deputada, Camila Toscano fez o curso de Direito no Unipê – Centro Universitário de João Pessoa. Ela entrou na faculdade com aproximadamente dezessete. Entre todas as profissões, ela se identificava bastante com o Direito. Assim que se graduou nesse curso, submeteu-se ao Exame da Ordem dos Advogados e passou a atuar na advocacia por onze anos. Em virtude do exercício do seu mandato, deixou a advocacia para atuar como política.

Por sua vez, a Deputada Estadual Daniella Veloso Borges Ribeiro, nasceu em Campina Grande, na Paraíba, no dia 26 de março de 1972. É filha do Ex-Deputado Federal e Ex-Prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro e de Virgínia Velloso Borges (Ex-Prefeita de Pilar) e irmã do atual Deputado Federal e Ex-Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro. É formada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi professora e fez pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB). Desde pequena é engajada com esse espaço de poder quando muitas vezes acompanhava seu pai nos eventos políticos.

A primeira disputa eleitoral da Deputada Daniella Ribeiro foi quando se candidatou a Vice-Prefeita de Campina Grande, embora não tenha logrado êxito (ela considera que essa disputa foi muito válida, pois pôde adquirir muitos conhecimentos, principalmente no que diz respeito à cidade de Campina Grande, ter o aprendizado da pluralidade e ter acesso às pessoas). A sua disputa seguinte foi para candidatura ao mandato de Vereadora de Campina Grande, em 2008, sendo eleita com 6.838 votos (3,10%). Para ela, essa eleição foi bastante emocionante e significativa em sua vida.

Foi em 2010 que a Deputada Daniella Ribeiro assumiu seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa da Paraíba, sendo eleita com 29.863 votos (1,5%). Em 2012, afastou-se do seu mandato para concorrer ao mandato de prefeita da cidade de Campina Grande, mas não logrou êxito. Em 2014, foi reeleita Deputada Estadual da Paraíba com 46.938 votos (2,35%).

Por fim, a Deputada Estelizabel Bezerra de Souza (PSB), mulher política fruto dos movimentos sociais. Nascida na capital paraibana, no dia 18 de março de 1967, em João Pessoa. É formada em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e foi eleita para exercer o mandato de Deputada Estadual, eleita com 34.929 votos (1,74%) pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Atualmente, preside a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, é vice-presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, é membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Desportos e suplente na Comissão de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente e da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias.

1.2 Mulher sim, senhor: alguns debates sobre as questões de gênero

A categoria *gênero* é, sem dúvida, um instrumental teórico que ganha destaque dada sua complexidade e dinamismo enquanto instrumento útil para denotar a construção social do masculino e feminino, para a apreensão da dinâmica da vida coletiva, seja no âmbito urbano ou rural.

Esse debate de gênero não está cristalizado num modelo até por que entendemos que existam relações de negociações para que a mulher possa sair do ambiente onde tradicionalmente vive (do espaço doméstico) e migre para outros espaços de ação pública e política. Sabemos que existem tensões na tentativa de conciliar a vida política com a vida familiar. Essas tensões que emergem no trânsito da mulher entre público e privado é um ponto central da nossa análise, dado que elas indicam que o papel de liderança política da mulher ainda não foi plenamente legitimado no cenário da vida contemporânea.

Qualquer análise sociológica pode contemplar uma abordagem compreensiva, no sentido weberiano, da problemática de gênero, já que esta está imbuída de significações dentro de cada sociedade. Seja nos estudos sobre infância, juventude, família, educação, religião, política, economia, a questão de

gênero permeia todos os campos e espaços sociais. Por isso, a produção científica em torno desta categoria na atualidade articula discussões interdisciplinares e permeia os mais diversos campos empíricos.

A problemática de gênero irrompeu no campo das Ciências Sociais com bastante vigor por sua relevância nos debates que envolvem as relações de gênero enquanto cerne de compreensão do social. Segundo Grossi e Miguel (2001), os estudos de gênero são uma das consequências das lutas libertárias dos anos 60, mais particularmente dos movimentos sociais de 1968, entre eles: as revoltas estudantis de maio em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, os *black panthers*, o movimento *hippie* e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA ou a luta contra a ditadura militar no Brasil.

Para Grossi e Miguel (2001) todos esses movimentos pugnavam por uma vida melhor, mais justa e igualitária, e é justamente no bojo destes movimentos "libertários" que vamos identificar um momento-chave para o surgimento da problemática de gênero, quando as mulheres que deles participavam perceberam que, apesar de militarem em pé de igualdade com os homens, tinham nestes movimentos um papel secundário. Raramente elas eram chamadas a assumir funções de liderança política. Quando se tratava de falar em público ou de se escolher alguém como representante do grupo, elas sempre eram esquecidas, e cabia-lhes, em geral, o papel de secretárias e de ajudantes de tarefas consideradas menos nobres, como fazer faixas ou panfletar. Essa desigualdade está presente em muitos aspectos da vida social no sentido de que as mulheres se encontram em situação de desvantagem em relação aos homens, seja na remuneração salarial, nas atividades domésticas, nos protagonismos religiosos e políticos.

Na seara civil, por exemplo, o Código de 1916 exorbitava em discriminações quanto às mulheres, tratando-as como pessoas inferiores. Eram consideradas "relativamente inferiores", necessitando de proteção e aprovação da figura masculina. Nesse contexto, caso quisessem exercer alguma profissão, necessitavam de autorização de seus maridos que devia constar em instrumento público ou particular previamente autenticado (CORTÊS, 2013, p.267).

Ainda, algumas lutas travadas pelo movimento sufragista resultaram na inclusão do direito ao voto da mulher que antes inexistia. Esse direito foi incorporado na Constituição Federal de 1934 com o acompanhamento de líderes feministas da época, de modo a evitar retrocessos.

Hoje, teoricamente, a mulher pode votar e ser votada em 'igualdade' de condições com os homens. A arena política encontra-se mais acessível às mulheres na condição de candidatas, ainda que de maneira tímida do âmbito nacional ao municipal. A questão de Gênero, sem dúvida, perpassa pelo conceito de respeito. A cultura machista e sexista está ligada à ausência de respeito perante a figura da mulher e está ligada ao estereótipo de gênero que coloca a mulher de maneira pouco valorizada em sua criatividade e sabedoria. Constantemente as mulheres têm suas vozes apagadas sistematicamente. Para Saffioti (2004), o gênero não se confunde com um conceito neutro. Ao contrário disso, o gênero carrega consigo um toque de ideologia patriarcal que, em certa medida, embasa a relação de poder do homem sobre a mulher. Segundo Saffioti (1992) citado por Costa, Azevedo e Fonseca (2012, p.2), o conceito de gênero é:

[...] é tanto um construtor sociocultural quanto um aparelho semiótico, um sistema de representações que atribui significado (...) a indivíduos dentro da sociedade. Ora o devir das representações vai modelando homens e mulheres, produzindo, assim, diferenças de gêneros (COSTA, AZEVEDO & FONSECA, 2012, p.2).

A luta pela igualdade de gênero é uma luta que pleiteia reconhecimento e pertencimento das mulheres em espaços relevantes sem que haja a necessidade de provarem que são merecedoras de ocupar tal espaço. Os espaços que eram facilmente reconhecidos como naturais da figura masculina, ao serem ocupados por mulheres, exigem delas um esforço de comprovar que aquele lugar pode ser ocupado por elas nas mesmas condições que os homens.

Indagamos as Vereadoras e Deputadas o que elas acham a respeito da questão de Gênero, se em algum momento já passaram por alguma situação de precisarem provar que também possuem qualidades para ocupar um espaço na política, se já foram desrespeitadas e suas opiniões a respeito do ingresso da mulher na política. A Vereadora Eliza Virgínia respondeu aos questionamentos da seguinte maneira:

As questões de gênero não são minha prioridade. Meu foco mesmo está voltado para a criança, para a educação e etc. Graças a Deus, meus projetos são bem vistos. Como alguns são polêmicos, acabam ganhando mais discussão. A maioria de meus projetos dá polêmica, alguns não passam, mas não pela questão de gênero, talvez pelo fato de eu ser evangélica ou pela polêmica relacionada ao conteúdo. Quando isso acontece, eu vou para Tribuna e tento

provar que o projeto pode dar certo. Temos muita dificuldade de mulheres na política e vejo que há a necessidade de mudarmos esse cenário. A mulher quando entra na política, ela entra comprometida com seus ideais. Existem parlamentos na Europa que chegam a ter 90% de mulheres no quadro. Nesse período que estou na política não percebi um aumento significativo da presença da mulher e isso é preocupante. Espero que haja uma tentativa forte das mulheres de se engajarem nesse meio. Hoje não podemos imaginar a política sem a mulher, tendo em vista sua grande sensibilidade. Algumas mulheres podem decepcionar, claro. A garra que a mulher tem dentro de si faz com que ela vá até o fim, até as últimas consequências. Apesar de não concordar com algumas ideias das mulheres políticas da esquerda, acho interessante a garra com que elas defendem suas crenças. Então, percebo que a mulher, em sentido amplo, abraça demais suas causas e isso é inspirador (Vereadora Eliza Virgínia, entrevista de 28 de junho de 2016).

A vereadora Raíssa Lacerda, por sua vez, respondeu:

O preconceito dos homens é disfarçado. Lido com o preconceito com muita educação e classe e mostro os avanços que tivemos na sociedade, a luta das mulheres, as suas contribuições para o bom desenvolvimento da nossa sociedade, falo um pouco da história de mulheres queimadas em uma fábrica na Inglaterra que buscavam a equiparação salarial e que desde muito tempo atrás as mulheres acordaram e estão mostrando para que vieram. Faço tudo isso com base na conversa e no diálogo. Muita gente é contra a presença da mulher na política, embora socialmente demonstre o contrário. Eu nunca fui desrespeitada por ser política, pois eu me imponho tanto enquanto mulher que isso não ocorre tanto. Eu já mostrei o temperamento da mulher paraibana e uma característica do meu mandato é a minha coragem. Eu tenho demonstrado em todos os meus mandatos que sou de luta e mulher de luta não foge a luta e por estar demonstrando o temperamento da mulher paraibana, da mulher pessoense, ninguém nunca me desrespeitou verbalmente, apenas preconceito com machismo quando disseram que lugar da mulher é na cozinha. E se isso tivesse ocorrido, tenho certeza que responderia a altura do mesmo patamar, pois vejo que homem e mulher caminham juntinhos, nem atrás, nem na frente e, sim, ao lado. A presença da mulher na política é fundamental. Se não tiver a presença da mulher fica mais difícil. A mulher precisa está na política para dizer o que as mulheres precisam. Só sabemos onde o calo aperta vivenciando. A mulher estando na política vivencia o problema das mulheres. Eu sou mulher e luto por elas. É fundamental a presença das mulheres na política (Vereadora Raíssa Lacerda, entrevista de 28 de junho de 2016).

Para os mesmos questionamentos a Deputada Camila Toscano respondeu:

Para ser merecedor de algum cargo independe de ser mulher ou não. Para mim, o gênero não interfere nisso. Independente de ser homem ou mulher, eu acredito que ser merecedor daquele cargo independe dessa variável. Eu não dou abertura para qualquer falta de respeito seja pelo fato de ser mulher ou por qualquer outro motivo. O tipo de pessoa que tenta desrespeitar outra é o tipo que se aproveita da fragilidade de alguém e para isso eu não dou brecha. Quando eu me candidatei, eu não utilizei nem a questão de gênero, nem a questão da maternidade em meus discursos. Eu me fixei na ideia de que eu iria trabalhar, que queria ajudar o povo e melhorar a vida das pessoas, mas não levei para o lado do gênero. Acho que o gênero não influi na competência ou incompetência de alguém. Claro que a cultura machista é forte. A mulher é criada com o pensamento de que não pode, de que não é capaz e inconscientemente ela absorve isso o que acaba fortificando a dominação. A mulher acaba se tornando cúmplice sem querer pois acaba sendo criada com a ideia de que é inferior. Especificamente na Assembleia, não percebo resistência por parte dos homens a respeito da inclusão da mulher na política. Na Assembleia, os Deputados me tratam de igual para igual. Não vejo qualquer tipo de discriminação ou preconceito. Pelo contrário, eu escuto muito que seria interessante a entrada de mais mulheres. Mas, para isso, é necessária a mudança do pensamento dos eleitores e das mulheres que venham a se candidatar. Não é bom se candidatar para preencher a cota, mas se candidatar de verdade (Deputada Camila Toscano, entrevista de 07 de julho de 2016).

Essa mesma indagação foi dirigida à Deputada Daniella Ribeiro. Ela afirmou que o fato de ser mulher na política não ensejou um posicionamento negativo das pessoas. Ela sempre procurou respeitar às pessoas e, pela reciprocidade, se sente bastante respeitada:

Eu lembro que o fato de ser mulher na época de minha candidatura como vice-prefeita ao lado de Veneziano souu, na verdade, mais como um ponto positivo do que como ponto negativo. No início de meu mandato como Vereadora em Campina Grande (2008), a grande maioria das pessoas não tinha preconceito por eu ser mulher e isso se deve ao fato da consciência paulatina que está sendo adquirida de que as mulheres podem estar nos mesmos espaços que os homens. A minoria tinha algum tipo de adversidade, mas isso estava mais ligado às questões político-partidárias do que ao preconceito em si. Uma coisa que me incomodava bastante era a tendência do estereótipo físico que era direcionado a mim. Para mim, a capacidade de atuação política não se relaciona com aspectos físicos (“estar na política como enfeite”). Essas situações foram somente no início. Hoje, eu me sinto muito respeitada e não passo por qualquer situação constrangedora em virtude de ser mulher na política. A questão do aspecto físico não é tão relevante e se a mídia enfatiza apenas nisso, fragiliza a candidatura, o mandato e se perde a essência, pois o bom mesmo é ser reconhecida pelo trabalho realizado. Quando eu era candidata

à vice-prefeita de Campina Grande, passei muito por esse tipo de situação, pois relacionavam a minha imagem à ideia da aparência. Qualquer mulher quer ser reconhecida por sua capacidade, seja na política, como em qualquer outra área de atuação. Para mim, a boa imagem vai além de questões físicas, permeia a ideia de se ter uma boa postura, educação, ética e uma boa atuação (Deputada Daniella Ribeiro, entrevista de 13 de fevereiro de 2017).

Em enquete realizada pelo *site* UOL, a Deputada Daniella Ribeiro foi classificada com uma das candidatas mais bonitas do Brasil. Questionada a respeito, a Deputada diz que sempre é bom receber elogios, mas ficaria mais feliz ainda se pudesse figurar como a mais competente e mais trabalhadora.

Os mesmos questionamentos foram feitos à Deputada Estela Bezerra. Segundo ela, a mulher é mais cobrada, sim. A imagem da mulher na política precisa ser muito correta no sentido das atribuições que são dadas socialmente a mulher:

O homem pode namorar fora do casamento, mulher não pode. Mas isso não é só na política. Para mim, o que acontece muito na política é que os homens se impressionam quando se deparam com alguma mulher mais racional que pega o microfone, falam bem e consegue conectar bem as ideias. As mulheres são mais julgadas quando estão fazendo a fala pública e, ao mesmo tempo, são mais tímidas quando estão no momento da fala pública. Uma mulher gritando é histérica, um homem gritando é um homem de pulso. Isso também pode ser observado na política, assim como em vários outros setores. A campanha de 2012 foi muito expressiva. Alguns candidatos passaram a comentar que eu estava diferente, estava me arrumando mais, me maquiando. Diante dessa situação, eu disse que eu tinha o direito e até o dever de me arrumar e me apresentar para governar a cidade a qual nasci e cresci, embora eu esteja ali muito parecida com a pessoa que eu sempre fui. A partir de meu posicionamento, percebi que situações como essa foram reduzindo aos poucos. Todas as diferenças de gênero que são para o cuidado e pelo cuidado eu não aceitei nenhuma delas. Na minha compreensão, ser exemplo é quebrar alguns grilhões que taxam se você é bem sucedido ou não, é estar bem consigo mesmo. E, para isso, para as mulheres serem emancipadas e livres não precisam ter seus corpos tão julgados, tão violados. Uma ação que venha a promover, de fato, a emancipação e liberdade das mulheres tem a ver com o respeito à existência das mulheres desde as suas diferenças, desde o seu corpo ou sexualidade (Deputada Estela Bezerra, entrevista em 19 de julho de 2016).

Com o passar do tempo, sem dúvida, novos anseios tomaram a cena, com destaque para a pauta relacionada à sexualidade e corpo, à violência contra a

mulher e entre outros². A sexualidade ainda é um ponto de opressão em direção à outra pessoa. Isso nos faz pensar que a igualdade de gênero não ocorre de maneira imediata e direta. Ela se constrói ao longo do contexto social vivido pela sociedade e pelos anseios que são condizentes com determinada época.

Pensamos que se política significa ser plural, então a política poderia ser vista como um terreno de igualdades, cuja vitalidade é assegurada pela inclusão igualitária de ambos os gêneros. É com base na evolução da qual clama a sociedade que emana a esperança de que a aceitação das mulheres no espaço público “dominador” será crescente. É nessa esperança que as mulheres poderão dar sua voz, sua opinião e suas formas de ver um Município, um Estado ou um País com mais progresso, mais igualdade e tantos outros fatores que corroboram para uma sociedade mais justa e igualitária entre os gêneros.

² Essa temática é bem trabalhada na obra de Joana Maria Pedro (2013), intitulada “O feminismo de segunda onda – Corpo, Prazer e Trabalho”. Ela traz em sua obra a ideia de que a igualdade de gênero é uma construção social e, por esse motivo, se estabelece como algo contínuo e que se prolonga de acordo com a pauta social em que o país está vivendo.

II CAPÍTULO – A LUTA PELO ESPAÇO PÚBLICO

É interessante perpassarmos pelo entendimento da ‘*autonomia*’ da mulher que ao se desligar cada vez mais da esfera da casa, passa a trilhar o caminho da rua, no sentido de DaMatta (1986). Através de lutas e da conscientização que a submissão feminina se relaciona com a construção social em torno da mulher, elas passam a migrar para espaços de grande visibilidade e o monopólio do poder político nas mãos dos homens passa a perder pujança.

Pensar que esses percalços tradicionalmente enraizados já foram superados só intensifica sua força. Daí a necessidade de tratarmos sobre o assunto já que ele se apresenta, sem dúvida, como um dos grandes “vilões” da colocação da mulher em situação menos favorecida quando comparada aos homens, dificultando o seu trânsito por onde quer que ela deseje.

Outra consideração que tratamos neste capítulo diz respeito à importância de nomes de feministas que exerceram um papel de destaque na luta pelas mulheres, bem como realizamos considerações sobre a exclusão das mulheres que, por influência do patriarcado, continuam ligadas às suas casas e sentem dificuldade em se inserir no mercado de trabalho e em espaços que lhe confirmam maior notoriedade.

2.1 Saí de casa e vou para a rua – lá também é o meu lugar

A imagem da mulher tradicionalmente e socialmente construída como aquela que cuida da casa, da família e está ligada à esfera privada reforça, sobremaneira, a posição hegemônica masculina na política. Sendo vista como submissa à figura do homem e unicamente responsável pelas atividades do lar, a mulher muitas vezes se via sem expectativa de realizar outras atividades que não as caseiras, características do espaço privado, tão naturalizado como imanente a ela. Foram árduas as lutas ao longo das décadas para chegarmos onde estamos hoje, com a presença da mulher em espaços notórios de poder, como é o caso da política, ainda que de maneira tímida.

Dessa forma, é interessante termos o conhecimento do processo de construção e legitimação destes espaços: o público e o privado, que aqui são

percebidos e reconhecidos como espaços de socialização de significativa complexidade de acordo com uma diversidade de realidades a partir da demanda de novos sujeitos sociais em suas atuações políticas. Partimos de uma ideia de ser necessário o interesse de compreender o processo através do qual as mulheres que exercem atividades no cenário político regional se configuram como sujeitos políticos que atuam de maneira efetiva em espaços de participação e renovação das relações de poder. Essa inquietação é pertinente quando constatamos que o campo político paraibano ainda evidencia um modelo de família onde a figura masculina prevalece (BARROS & SANTOS, 2015, p.7).

O mundo da casa e da rua não se difere apenas pela linha geográfica, mas perpassa por um olhar da sociologia onde está presente uma relação de tensão, mas também de complementariedade. Nesse sentido, entende DaMatta (1997):

Quando digo então 'casa' e 'rua' são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas (DaMatta, 1997, p. 14).

Para esse autor, a casa é identificada como um espaço familiar, aconchegante, onde as pessoas se sentem moralmente realizadas, onde as pessoas são insubstituíveis e fazem parte de um espaço inclusivo. Tudo que diz respeito à 'casa' é belo e bom. Por outro lado, tudo que é contrário à 'casa', é característico da 'rua': as relações são tenebrosas, instáveis, onde a confusão e desordem se fazem presentes. Para DaMatta (1997), a casa além de todas as características mencionadas anteriormente, também é identificada pelo trabalho ser sinônimo de uma atividade prazerosa. Já a rua é vista pela realização de um trabalho não prazeroso, algo mais relacionado a dever ou obrigação.

Para Sarti (1996), por sua vez, o fato de o homem ser identificado pela autoridade, não significa que a mulher seja privada de autoridade. A lógica funcionaria da seguinte forma: A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família constituem um par complementar, porém hierárquico onde a família engloba a casa. Assim, o homem seria o chefe da família e a mulher a chefe da casa. No entanto, será que essa lógica não reforça ainda mais a submissão feminina perante a dominação masculina? Com essa lógica a mulher

continua, aparentemente, na qualidade única de cuidadora da casa, responsável por manter a unidade do grupo, enquanto o homem como mediação da família e o meio externo. Para Romano e Mossine:

Até os meados do século XX, a mulher tinha um papel diferenciado, não participava da vida política, estava sujeita à tutela do pai, do irmão e depois do marido. A vida da mulher era marcada pelo 'não'. Quando mulher e homem se casavam, tornavam-se um, e este um era o homem (ROMANO & MOSSINE, 2002, p.9).

Compreendemos que seja interessante para o bom desenvolvimento dos estudos no campo das Ciências Sociais uma linha sociológica crítica que procure estudar o indivíduo como construção social que incorpora diferentes formas de agir e atravessa diversos contextos de socialização. Para tanto, acreditamos na necessidade de perceber as evidências empíricas não através da homogeneidade, como intuía Bourdieu, mas pela heterogeneidade e multiplicidade dos sistemas de hábitos ligados aos diversos espaços sociais que atravessamos.

É nesse interim que nos lembramos dos escritos de Lahire (2002) que via o indivíduo, ou seja, o ator social, não socializado através de uma única forma geradora, mas através de uma pluralidade de mundos sociais com princípios de socialização heterogêneos. Dessa maneira, ele propõe um estudo sobre as construções internas dos indivíduos, debruçando-se, assim, sobre a sociologia psicológica e/ou empírica. Em outras palavras, ele concebe o indivíduo como produto de processos múltiplos de socialização e que o mesmo reflete diversas facetas da dimensão social de forma fragmentada, heterogênea e sensível ao contexto. Dessa maneira, a leitura mais correta do real é que a complexidade das experiências sociais são ao mesmo tempo homogêneas e heterogêneas e que a unicidade e pluralidade são tecidas juntas na formação do indivíduo, pois somos singulares e plurais ao mesmo tempo.

Quanto a esse raciocínio, questionamos as Vereadoras e Deputadas sobre como se dá a divisão de tarefas domésticas, sobre o que pensam os maridos e filhos a respeito de sua participação na política, bem como suas renúncias e necessidade de conciliação das atividades privadas, pessoais com as atividades públicas, políticas. Para a Vereadora Eliza, na sua casa não existe divisão de tarefas, seus filhos e marido se ajudam mutuamente. Todos eles são bastante incentivadores e entendem muito a sua rotina:

Na minha casa não existe uma divisão rígida de tarefas. De vez em quando, me deparo com meu esposo lavando alguma louça. A minha casa tem o cuidado de uma secretária, mas quando ela precisa faltar eu preciso me desdobrar entre casa, trabalho e escola dos meninos. Nesses momentos, meu esposo ajuda como pode. Mas uma coisa é certa: Somos mulheres maravilhas, pois conseguimos dar conta de tudo, tudo mesmo. Agora, claro, às vezes ficamos um ‘caco’ e nos esquecemos de cuidar de nós mesmas para cuidar dos outros. Eu e meu marido trabalhamos muito juntos, somos muito cúmplices e estamos conseguindo vencer cada etapa da vida. Casamento não é viver feliz para sempre. Isso é um conto de fadas. Casamento é saber levar a vida juntos. Quando se tem um companheiro para lutar ao seu lado, você consegue chegar mais longe. As vezes eu estou num percentual de cansaço tão grande que penso que não vou conseguir suportar. Eu penso que ser mulher é um dom de Deus. É a mulher que consegue ficar de olho em uma panela, segurar um menino de um lado e atender um telefone. Eu já fiz muito isso e dou graças a Deus por isso. Mas não vou negar que às vezes a rotina é cansativa. Percebo que só pelo fato de estar em casa (só pela minha presença) já é um conforto emocional para minha família. A mulher, de uma maneira geral, é importante em um lar. A mulher trabalha, ela tem marido, filhos, às vezes precisa cuidar de um pai ou de uma mãe idosa. Então, a mulher nunca está parada. Está sempre fazendo alguma coisa. Sem dúvida, existem muitos excessos na política que implicam em algumas renúncias e essas renúncias fazem parte do meu ofício de ser vereadora. Se eu tivesse outra profissão, sem dúvida, existiriam também algumas renúncias (Vereadora Eliza, entrevista de 30 de junho de 2016).

Convêm acrescentar, no entanto, que a citada vereadora conta com a “ajuda” de uma secretaria para poder desenvolver as atividades no espaço público. Assim, ao delegar a uma outra mulher, suas “atribuições” na casa, ela acaba liberando-se e tendo mais tempo para se dedicar a sua atividade parlamentar.

Situação semelhante é para a Vereadora Raíssa Lacerda que nos informa que sua família é muito “compreensiva” no que diz respeito à conciliação de suas atividades da casa e da política. Ela também conta com o auxílio de uma secretária e que também, ao longo de sua trajetória, precisou fazer algumas renúncias de cunho pessoal para exercer um bom trabalho na política:

Eu nunca tive babá para meus filhos. Sempre cuidei dos meus filhos. Atualmente, em virtude da correria diária, eu e meu esposo contamos com a ajuda de uma diarista, uma pessoa de minha inteira confiança. Graças a Deus eu tenho um esposo muito companheiro que está ao meu lado e divide comigo algumas tarefas. Meus filhos sempre têm a presença de um ou de outro e,

quando possível, têm a presença dos dois. Política honesta é sacerdócio. Meus filhos ficam bastante orgulhosos e meu marido é um dos maiores incentivadores para que eu continue trabalhando na política. Eu acho que é fundamental essa participação da família, pois ela é a principal base que nós temos. No meu caso, todos da minha família participam assiduamente. Percebo que estão sempre muito orgulhosos e que possivelmente alguns queiram dar continuidade ao nosso trabalho na política. O parlamento mirim é aquele que se está mais próximo do povo. É preciso gostar do que faz, pois muitas vezes, não há tempo para almoçar, são muitas entrevistas, atendimentos ao povo no gabinete, prestação de contas e etc. Dessa maneira, o tempo que estou com minha família é algo que dedico com qualidade e sempre busco conciliar os horários. Quando estou com minha família, tento proporcionar dedicação total, seja numa caminhada, seja assistindo a um filme comendo uma pipoca. Reconheço que o tempo com minha família não é tão grande, mas o tempo que eu tenho com eles faço valer à pena, me desligo de tudo para me dedicar a eles, já que não tenho tanto tempo durante o dia. Sempre digo que a mulher é multi. Nós, mulheres, conseguimos fazer muitas coisas ao mesmo tempo. Eu mesma já me deparei em falar ao telefone, mexer a colher no rubacão, passar o pano no chão e falar com meus filhos, tudo isso ao mesmo tempo. Essas situações são bem típicas das mulheres, temos esse dom (Vereadora Raíssa Lacerda, entrevista de 14 de dezembro de 2016).

A Deputada Camila Toscano nos informa que em sua casa não existe repartição de tarefas entre ela e seu esposo e que sempre que possível tenta aproveitar a companhia de seus familiares. A renúncia mais marcante para ela, sem dúvida, está relacionada à família, pois antes de ser deputada ela conseguia participar mais ativamente de atividades com os seus filhos.

Eu tenho pessoas que me ajudam. Nesse caso, eu tenho pessoas nos dois lugares. Eu tenho uma boa assessoria na Assembleia e tenho uma pessoa na minha casa cuidando e coordenando a rotina de meus filhos no que diz respeito às atividades, escola e assim suas rotinas não venham a ser alteradas. Hoje, com a tecnologia e com o celular, tudo é mais fácil. Na verdade, todos já foram criados e já têm uma regra a seguir, um costume na rotina deles, o fato de eu não estar presente não influi muito. Mesmo de longe, consigo monitorá-los. Para se assumir determinado trabalho, torna-se necessário renunciar algumas coisas. Antes de entrar na política, eu era uma mãe que conseguia pegar meus filhos na escola, acompanhar a tarefa, as provas. Ao entrar na Assembleia, meus horários passaram a não se encaixar. A vida privada era muito mais tranquila. Por mais que a Assembleia tenha recesso, a atividade política não pára. Hoje existem algumas viagens políticas pelo interior e o tempo é corrido. Hoje em dia não existe uma dificuldade em conciliar os horários porque a pessoa acaba se acostumando e se adaptando aos horários e eu tenho um enorme exemplo de

minha mãe. Ser política é como ser uma médica que precisa estar em plantões, por exemplo. Atuar como deputada não é só estar na Assembleia, é necessário viajar várias vezes nas cidades do interior. Então minha renúncia acaba sendo a minha casa e a minha família. Toda a minha família entende a minha situação. O orgulho de minha família facilita muito o fato de eu precisar me ausentar um pouco mais de casa. Talvez seja por isso que a mulher não seja tão presente na política, pois a renúncia da vida particular e familiar é muito grande. Meu trabalho é intenso. Quase todos os dias eu estou na Assembleia e isso não é mérito, é uma obrigação. Na minha família, ter alguém na política é algo comum – isso não ‘sobe’ na cabeça de ninguém da minha casa. Eu tento passar essa normalidade para meus filhos até para eles não se acharem diferentes dos demais ou melhores do que ninguém por ter uma mãe deputada. Ser deputada é um trabalho como outro qualquer (Deputada Camila Toscano, entrevista de 07 de julho de 2016).

Para a Deputada Daniella Ribeiro, a sua casa conta com o auxílio de pessoas que a ajudam na organização e que conta muita com o apoio e compreensão de sua família. Para ela, a dificuldade maior é o fato da política não permitir uma agenda programada o que dificulta a conciliação do seu trabalho com a agenda pessoal. No entanto, ela nos informa que, na qualidade de mulher, ela consegue dar conta de todas as suas atividades:

Eu diria que não existe divisão de tarefas determinadas. Eu organizo minha casa, deixo feira arrumada e tenho pessoas em minha casa que me ajudam. Eu tenho 3 filhos, todos adultos, um já é casado, inclusive. Existe na minha casa muita compreensão e o apoio do outro. Se alguma tarefa de casa não sai como planejado, existe uma compreensão muito grande. Nós nos ajudamos muito na hora das necessidades. Não existe divisão de tarefas, mas existe muito apoio mútuo. A parte das renúncias talvez seja o maior desafio para nós mulheres políticas. A agenda política não é programada antecipadamente. Muita coisa acontece de última hora. Então, essa é a maior dificuldade. Quando se tem um planejamento, com uma agenda fixa, ótimo. Mas quando as coisas acontecem de última hora, temos a dificuldade de fazer esse ajuste. A mulher tem muita sabedoria e consegue dar conta disso. Algo que é muito importante é o apoio da família e isso eu tenho. Graças a Deus minha família está ao meu lado, se eles apoiam significa que eles compreendem. Certa vez, minha filha ligou para mim e eu não podia atender, pois eu estava presidindo uma sessão na Câmara de Vereadores e ela queria dizer que tinha sido aprovada no vestibular e eu fiquei arrasada, às vezes dá aquela dorzinha. Eu penso que em outras profissões isso aconteceria também e o interessante é termos um meio de driblar essas dificuldades conseguindo com maestria e administrando sempre que possível. Além disso, não podemos esquecer que somos mulher, mãe, esposa, filha, amiga. Eu não deixo de cultivar minhas verdadeiras amizades e tudo isso leva tempo. O tempo é muito importante. Eu

também dedico a mim prazeres que eu também possa me realizar, não só no lado profissional, mas em outros setores: eu gosto muito de ler, de estudar, de arte e etc. O tempo é precioso. Eu aprendi a conviver com essas situações, a lidar com tudo isso sem ansiedade (Deputada Daniella Ribeiro, entrevista de 13 de fevereiro de 2017).

Por fim, a Deputada Estela Bezerra nos informa que na casa de seus pais não havia divisão de tarefas. Os seus pais educaram ela e seus irmãos a saberem de tudo um pouco. Como ela não tem filhos, ela dedica atenção e cuidado especialmente a sua mãe, bem como contribui com a educação de seus sobrinhos:

Nossos pais nos educaram a saber de tudo um pouco. Então, meus irmãos também faziam tarefas domésticas. Os homens varriam a casa e as mulheres lavavam a louça. Eu não tive nenhuma opressão por parte de minha família por causa da minha insurgência, eu sempre fui subversiva e argumentativa e meus pais sempre foram complacentes e aceitavam muito minha personalidade. Quanto à saída da mulher da casa para a rua, um dos primeiros obstáculos é que existe uma desigualdade de cuidar da vida privada como responsabilidade das mulheres. Cuidar da feira, dos doentes, da casa, requer muito concentração das mulheres e elas estão muito introjetadas do seu papel na sociedade que é o papel do mundo reprodutivo. Quando estão participando da vida política, elas estão como organizadoras, como articuladoras, mas na hora de pegar um microfone elas não estão presentes. Digo isso com tranquilidade pois também sou cuidadora. Eu não tenho filho. Eu contribuo com a educação dos meus sobrinhos o que é uma posição confortável para mim. Eu tenho a sorte de cuidar da minha mãe e da minha tia tendo a ajuda e apoio dos meus irmãos de maneira muito equânime. Compartilhamos esse cuidado. Meus irmãos, por saberem que estou na vida pública, me poupam de várias atribuições. Eu, pelo amor que tenho por minha mãe, não me desligo. Eu tenho conseguido conciliar bem as duas esferas: a pública e privada (Deputada Estela Bezerra, entrevista de 19 de julho de 2016).

Ainda que as conquistas das mulheres estejam se perfazendo aos poucos, é importante a sensibilidade de percebermos que, pelo princípio da igualdade, por usufruir os mesmos direitos e deveres que o homem, necessário se faz atentar para que ao ser inserida no espaço público, principalmente o da política, que exige dela uma aparição firme e constante, ainda que consiga sua 'independência cultural', não venha a se acorrentar ao que chamam de tripla jornada (às vezes, quádrupla, quántupla), ou seja, a mulher que trabalha, que cuida da casa e que cuida dos filhos.

Logo, é perceptível que existe uma construção social muito forte em torno da mulher que a impede ou até mesmo a obriga a não abandonar a vida doméstica. A mulher que abandona um lar é condenada moralmente, um homem que abandona o lar não é tão criticado. A mulher, ao ser medida, ela tem que ser boa mãe, boa esposa, boa filha, ou seja, tem que está boa em tudo na esfera doméstica, para ser boa na vida pública. O primeiro obstáculo para as mulheres é que a atribuição da esfera doméstica segue na vida pública.

É importante o bom senso que a mulher, antes exclusivamente ligada à esfera privada e agora com condições de permear a esfera pública, não seja responsabilizada em continuar dedicando o mesmo tempo aos afazeres da esfera doméstica. Uma vez que se assume o compromisso de permear ambos os espaços, o público e o privado, é necessário também um tempo considerável ao seu descanso.

Assim, a saída das mulheres para uma vida profissional não pode significar, apenas, uma independência simbólica. É possível percebermos que, em virtude da enorme demanda doméstica, muitas mulheres acabam saindo dos seus empregos por não conseguirem dar conta de tantas jornadas. Singly (2007) argumenta em sua obra intitulada “Sociologia sobre a família contemporânea”, no tópico ‘Uma diminuição da dependência feminina por meio do trabalho assalariado’, o seguinte:

As mulheres engajadas em uma vida profissional saem apenas ‘parcialmente de uma relação de produção caracterizada pela dependência’. Sua situação não parece melhorar em curto prazo, mas ela foi profundamente modificada, porque as autoriza, eventualmente, a romper com o cônjuge e pagando um preço menor do que pagariam as mulheres donas-de-casa. O trabalho assalariado da mulher transforma, em parte, a natureza dos laços que a unem ao seu parceiro [...] A abertura de um segundo mercado para as mulheres (além do mercado matrimonial) lhes dá a possibilidade de só viver conjugalmente por motivos amorosos (SINGLY, 2007, p.151)

Dessa maneira é possível constatar que o ingresso das mulheres em espaços de poder e sua participação na geração de renda, conseqüentemente, gera (e deve gerar) uma mudança nas relações de poder no seio familiar, pois não basta que elas tenham mais poder no âmbito laboral se, simultaneamente, não houver uma divisão dos afazeres na esfera doméstica. Se essa repartição de atividades não se materializa, a mulher ficará estagnada em curto prazo. Conforme

foi dito pelas Vereadoras e Deputadas acima, quase todas contam com a ajuda de uma secretária. Talvez, se não fosse esse ajuda, provavelmente o êxito delas em conciliar as duas esferas ficasse comprometido.

Para Young (1997) o empoderamento pode ser concebido através de sua relação com o processo de aprendizagem. Ele representa o controle sobre a própria vida, a aquisição de habilidades, a capacidade para se organizar de forma coletiva e entre outros aspectos que, de alguma maneira, implicam sobre a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e de sua voz própria. Ou seja, pessoas com menos visibilidade social ou com menos poder, passam a ter acesso a recursos materiais e ao conhecimento da discriminação que é perpetuada ao longo do tempo. Sem dúvida, esse empoderamento visa a mudança de processos estruturais e a quebra da ideologia discriminatória que põem e reproduzem a figura da mulher em uma posição menos prestigiada do gênero.

Então, ao pensar no empoderamento das mulheres relacionado à sua inserção no espaço público e de dominação, como é o caso da arena política, inevitavelmente se deve pensar na criação de estratégias que permitam essa transição de uma esfera para a outra, percebendo a sociedade brasileira como um ambiente possível de se encontrar outros lugares para as mulheres que não necessariamente o de esposa, mãe e dona de casa.

Nesse sentido, identificamos que a rigor, os papéis tradicionais, embora questionados e articulados dinamicamente, possuem um enraizamento que traz à tona a percepção de certo monopólio do poder em torno da figura masculina. Esse fato não se apresenta de forma absoluta, mas com uma permanência continuada, que enfrenta certa resistência, mas que se afirma ora com muita ênfase, ora se estende de forma travestida. Não é estranho constatar na arena da representação política que esse leque de práticas diferenciadas entre os gêneros, onde o homem muitas vezes ganha destaque, se ancora na submissão feminina.

Passou a ser notório, pois, que a imagem sócio-política do homem que outrora se apresentava como enraizada aos preceitos tradicionais daquele sujeito exclusivo e naturalizado da esfera pública começou a passar por um processo de desconstrução. Hoje em dia, as mulheres conseguem conjugar, ainda que com certas renúncias, as atividades da casa e da política. Pensar nesse processo, sem dúvida, nos induz a refletir, conseqüentemente, na paulatina passagem das mulheres de seu ambiente tradicional (o privado - a casa) para um ambiente de

conflitos de poder (o público - a política), onde a sua voz tende a ganhar força e notoriedade.

Para Pateman (1993), o poder paterno-conjugal ainda subsiste na sociedade sobre as mulheres e esposas confinadas em sua minoria, mães de meninas e meninos, sendo, esses últimos, aqueles que escapam de seu poder tornando-se cópias de seus pais em direção à esfera pública que é ocupada pelo indivíduo que trabalha (o homem) e só a esse indivíduo é possível a atuação política.

Para a autora, até bem pouco tempo atrás, a mulher estava para o seu marido assim como o servo estava para seu senhor. No entanto, o problema não se voltava para o fato da mulher realizar importantes atividades sem ser remunerada e sim, de realizar atividades e serviços para e sob o comando de um homem. Logo, a subordinação da esposa ao marido não poderia ser encarada e compreendida na ausência do contrato sexual, nem da construção patriarcal do homem e da mulher e de esfera pública e privada (PATEMAN, 1993, p.192).

Nesse sentido, Pateman (1993) nos informa que as feministas argumentavam que deveria haver uma associação entre a subordinação da esposa ao seu marido e do trabalhado ao capitalista. No entanto, para essa autora, realizar associação do contrato de casamento a um contrato de trabalho seria esquecer o contrato sexual. A crítica que essa autora faz às feministas que tiveram esse raciocínio é que elas se restringiam a pensar pela lógica do socialismo em virtude da coercitividade da participação nos contratos.

A figura da mulher, muito embora traga uma ideia de certa emancipação, ainda está interligada a um ranço machista. É bom lembrarmos que o universo feminino tenta conciliar a execução de funções sociais na tensão das esferas do público e do privado ou da casa e da rua, no sentido de DaMatta (1986). Logo, a mulher tem a sagacidade de percorrer diversas atuações em consonância com sua atribuição deveras naturalizada, como as de ser dona de casa e mãe.

Saffioti registra seu entendimento:

A experiência histórica das mulheres tem sido muito diferente da dos homens exatamente porque, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também em termos de qualidade, a participação de umas é distinta da de outras. Costuma-se atribuir tais diferenças de história de vida às desigualdades, e estas desempenham importante papel nesta questão. Sem dúvida, por exemplo, a marginalização das mulheres de certos postos de trabalho e de

centros de poder vacou profundo fosso entre suas experiências e as dos homens (SAFFIOTI, 2009, p. 20).

Muito embora as mulheres sejam a maioria de eleitoras (aproximadamente 53%), segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ainda são minoria na esfera política. É possível falar em visibilidade, embora ainda não seja possível falar em notoriedade da mulher na política. Sem dúvida, a crescente inserção da mulher nesse espaço público de poder repercute em diversos aspectos no sentido de mudança na ordem estrutural influenciada pelos preceitos culturais outrora vigentes, ou seja, com a colocação da mulher na esfera pública, a forma de viver tanto de homens como de mulheres também é alterada.

Ressaltamos, ainda, que mesmo quando a mulher passa a fazer parte da política, esfera pública, ela ainda tem o trabalho de convencer os outros de que seu lugar também pode ser aquele e, conseqüentemente, acaba sendo mais exigida do que os homens, na medida em que ela reflete a figura responsável pela comunicação dos valores e preceitos.

Para Brabec e Santana (2012), hoje estão sendo construídos novos tipos de relações humanas, que tentam diferir da sociedade patriarcal, chefiada pela figura masculina, sendo várias as maneiras pelas quais as mulheres estão construindo suas vidas. Estas mudanças vêm se desenvolvendo num tempo histórico e social provocador de novas articulações de gênero.

Percebemos, assim, que durante muito tempo o espaço privado foi reservado às mulheres, posto que a esfera pública, especialmente a política, foi especialmente destinada aos homens, a fim de que esses pudessem exercer seu poder. É certo que essa luta pelo poder e essa rivalidade sempre foi existente entre os sexos e diante de tal rivalidade influiu numa prevalência do homem sobre a mulher o que corroborou para a comunicação e perpetuação dos ditados patriarcais que enaltece o homem e que dificulta o empoderamento das mulheres, ou seja, a sua capacidade de decidir sobre questões que lhe dizem respeito.

2.2 A forma de ingresso: filhas dos movimentos sociais, filhas das oligarquias ou filhas do poder pessoal?

Como sabemos, as relações e práticas de poder influenciam deveras nos espaços articulados com a arena política. A inclusão ou não de determinada

pessoa nesse espaço perpassa por um viés educativo e de reconstrução da identidade do que é ser homem e do que é ser mulher.

Embora as mulheres não tenham, em períodos passados, a visibilidade e notoriedade merecidas, elas sempre estiveram nos bastidores dos palcos da política. Sem dúvida, os papéis sociais e naturais relacionados ao cuidado, à maternidade e a outros atributos conexos, se apresentaram como obstáculos ao acesso a esse espaço de poder, acesso esse que se apresentou sempre muito estreito às mulheres. Dessa maneira, fica a indagação acerca da gênese da inserção dessas mulheres na política. Através de quais caminhos ou brechas as mulheres começaram a permear na arena política? Pela via familiar? Pela via dos movimentos sociais e feminismo? Pela inserção pública independente? Vejamos.

Para Rabay e Carvalho (2010), alguns estudos têm dado visibilidade à família como uma forma de ingresso das mulheres na vida partidária, principalmente no que diz respeito ao Nordeste, uma região típica da instrumentalização das “mulheres de família” por parte das oligarquias, visando à perpetuação no poder. Para Rabay,

[...] a maioria das mulheres está ligada a esquemas eleitorais viciados e guarda relações de parentesco (era esposa, irmão ou filha) com algum político expressivo no cenário local. Além disso, utilizou estereótipos femininos para se eleger – a mãe sofredora, a benfeitora, a boa esposa, entre outros – indicando que uma retórica de manipulação da identidade feminina tradicional pode gerar dividendos políticos (RABAY, 1996, p.207).

Para Costa (1998), as mulheres são chamadas na ausência ou por impedimento de um homem mais apto, com mais prestígio e mais confiável. Logo, a sua inclusão pela via familiar seria um reflexo da influência e predominância do poder patriarcal. Parece-nos que as mulheres ao serem inseridas pela via familiar, apresentam-se como uma estratégia dos grandes partidos conservadores do que propriamente para exercer um papel diferenciado no cenário político.

Essa forma de representação política da mulher se mistura com um papel de subordinada, resultante de um processo de submissão de gênero e que a mantém, silenciosamente, ligada à esfera privada. Logo, torna-se interessante analisarmos os casos da inserção da mulher na política como insuficiente para sua real emancipação. A emancipação feminina no contexto político se solidifica quando ela

se desliga das forças de dominação que a colocam em segundo plano que insistem em se manter mesmo quando elas passam a ocupar esses espaços de poder.

Para Avelar (1987), a poderosa família política resolve todos os problemas estruturais, institucionais e individuais relacionados à inclusão da mulher no campo político, na medida em que ela libera, auxilia e apoia a mulher na vida pública. Inicialmente ela é “liberada” de seu espaço naturalizado, a casa, para permear em outro espaço, o público, a política. Logo depois, ela é “aceita” e “auxiliada” pelo partido e herda as bases políticas de sua família. Ou seja, a via familiar reduz significativamente os obstáculos que surgem para essas mulheres que são protegidas pela força dos homens da família que quase sempre estão ao seu redor.

Conforme foi citado anteriormente, existe uma tendência no Nordeste à colocação de nomes de família como forma de perpetuação no poder pelas oligarquias. Analisando o cenário atual, do qual podemos vislumbrar Vereadoras e Deputadas na Paraíba, podemos perceber que a maioria delas tem forte relação com a via familiar. Na Assembleia Legislativa, das três Deputadas em exercício, duas têm origem familiar, a Deputada Camila Toscano, filha de Zenóbio Toscano, atual Prefeito da cidade de Guarabira e Ex-Deputado Estadual – PB e de Léa Toscano, Ex-Deputada Estadual e Ex-Prefeita de Guarabira – PB e a Deputada Daniella Ribeiro, filha do Ex-Deputado Federal e Ex-Prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro e da Ex-Prefeita de Pilar, Virgínia Velloso Borges, além de ser irmã do atual Deputado Federal e Ex-Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro.

No âmbito municipal, as duas e únicas representatividades femininas também têm origem familiar. Na Câmara Municipal de João Pessoa, temos Eliza Virgínia, que é filha do Ex-Deputado Nivaldo Manoel, e Raíssa Lacerda, filha do Ex-Deputado e Ex-Governador José Lacerda Neto. Logo, pelo que podemos observar, é bem comum o apoio familiar no lançamento de uma nova figura na arena política, especialmente na Paraíba, e quanto mais notório e conhecido o sobrenome da família, maiores as chances de se lograr êxito na candidatura. Isso é percebido seja no lançamento de candidaturas de indivíduos do sexo masculino, como de sexo feminino.

No entanto, quando diz respeito ao lançamento de uma candidatura feminina por meio do nome de família, parece que o êxito decorrerá somente em decorrência dessa qualidade, surgindo como uma situação menos prestigiosa que a entrada de outros sujeitos políticos que se utilizam de vias diversas da via

familiar. Para Rabay e Carvalho (2010, p.37), conforme citado por Lima, Nascimento e Pontes (2016, p.23), essa situação não seria menos prestigiosa, mas deve ser encarada como um meio que facilita a desconstrução de alguns dos elementos culturais que aumentam a dificuldade da instituição de mulheres no espaço da política. Nesse sentido, questionamos as Vereadoras e Deputadas sobre como se deu o ingresso de cada uma na vida política.

A vereadora Eliza Virgínia nos informa que antes de se tornar política, acompanhou seu pai durante um tempo significativo quando o mesmo se elegeu Deputado Estadual, em 2005. Nessa época, ela passou a se envolver bastante, principalmente no que diz respeito à causa da pessoa com deficiência:

Por muito tempo eu pude ajudar meu pai em várias causas. Pouco tempo depois, surgiu a ideia de me candidatar a Vereadora. Meu interesse pela política floresceu cada vez mais e em 2008 consegui me eleger sendo, na época, a décima Vereadora mais votada em João Pessoa, com 4.873 votos (os jornalistas não me conheciam até então). Como Vereadora, tento dar continuidade ao que comecei quando ajudava meu pai, bem como venho abraçando outras bandeiras voltadas principalmente aos projetos relacionados à vida, à família, contra o aborto, contra a pedofilia e entre outros. Em 2012, me candidatei novamente para o mandato de Vereadora e fui reeleita. No ano de 2014, me candidatei à Deputada Estadual e consegui mais de 20 (vinte) mil votos, mas esse número não foi suficiente para me eleger em virtude da legenda. Não sei até onde pretendo ir, mas é certo que sempre para onde eu for, carregarei comigo a defesa da vida e da família. A política não é só corrupção. Quem trabalha sério consegue trazer benefícios para a comunidade (Vereadora Eliza Virgínia, entrevista de 28 de junho de 2016).

Segundo a Vereadora Eliza Virgínia, seu mandato teve uma ascensão bastante interessante. Ela se sente uma política diferenciada, já que não é de propor muitos projetos. Para ela, o Brasil já está cheio de projetos. O que é necessário mesmo é fazer valer a lei na vida da sociedade. Obviamente que o legislativo, como o próprio nome diz, precisa legislar e isso deve ser feito de acordo com a necessidade da população. Não é porque se é Vereador, que se deve fabricar inúmeras leis, às vezes obsoletas, que nunca saíam da prateleira. Ela prefere integrar a linha do fazer acontecer, fiscalizar, correr atrás a fim de tornar o que é utópico em algo real.

A Vereadora Raíssa Lacerda nos relatou que antes de se tornar política trabalhava como voluntária na renovação carismática e que se candidatou à

Vereadora em virtude de inúmeros pedidos dos cidadãos pessoenses que acreditavam que ela poderia fazer muito por João Pessoa. Ela afirma que neste momento ela não pensava em ser candidata. Tudo indicava para ela que os candidatos seriam seus irmãos, os homens (era o esperado já que tinham feito cursos no exterior voltados para a ciência política). Antes de se candidatar, ela nos informa que pediu a bênção ao seu pai José Lacerda Neto:

Quando eu estava realizando meu trabalho como voluntária, a população de João Pessoa começou a me questionar sobre a possibilidade de minha candidatura. Achei isso maravilhoso, pois percebi que existe espaço para a mulher na política, sim. As pessoas ao conversarem comigo diziam que como voluntária eu só podia fazer certas coisas. Já se eu fosse Vereadora, poderia fazer muito mais. Minha entrada na política foi uma proposta da própria população pessoense, especialmente das mulheres. Entrei na política após as demandas da população que reiterava o desejo de me colocar nesse espaço público. Assim, eu me dirigi ao meu pai e pedi sua bênção. Meu pai, então vice-governador de Cássio Cunha Lima, me pediu dois dias para pensar. Dois dias depois, ele me ligou às 5h da manhã me causando, inclusive, certo susto. Fui até a casa dele e ele me deu sua bênção me dizendo que muitas pessoas, especialmente muitas mulheres, haviam pedido isso a ele. Foi quando eu me candidatei e me tornei Vereadora em 2008 (Vereadora Raíssa Lacerda, entrevista de 28 de junho de 2016).

O caso da Vereadora Raíssa Lacerda aponta que a inclusão de mulheres na política, especialmente a paraibana, está começando a engatinhar no sentido de mulheres serem colocadas nessa arena, ainda que existam homens aptos no seio familiar favorecendo, assim, uma consolidação na construção da identidade social e de gênero da mulher no cenário político. Ela acredita, dessa maneira, que a mulher pode, sim, conquistar seu espaço em qualquer meio, seja na política, seja como taxista, seja como motorista de ônibus ou em qualquer outra atuação.

A Deputada Camila Toscano informa que sempre acompanhou os seus pais na política. Seu pai, Zenóbio Toscano, foi prefeito de Guarabira de 1982 a 1988. Logo, boa parte da primeira infância da Deputada Camila Toscano foi vendo seu pai como Prefeito. Após ter sido Prefeito, o seu pai foi Deputado Estadual por 5 (cinco) mandatos, ou seja, esteve na Assembleia Legislativa, em média, por 20 (vinte) anos. Enquanto isso, sua mãe, Léa Toscano, foi Prefeita de Guarabira. A Deputada Camila Toscano não é filha única. Ela tem mais três irmãos, um homem e duas mulheres, todos mais velhos que ela e nenhum fez ou faz parte da política ou desperta interesse. Ela nos informa que por mais que gostasse da política,

nunca pensou que, de fato, poderia vir a atuar nesse espaço (seja por timidez ou por achar que faltaria oportunidade). Dentre os quatro irmãos, era ela quem sempre sabia de todos os candidatos, quem poderia ganhar, quem poderia perder. Informa, ainda, que se tornou Deputada Estadual pois pegou gancho no nome de seus pais, mas que sua manutenção na política está sendo por causa do trabalho que ela vem exercendo.

Desde os meus 16 (dezesseis) anos, quando passei a votar, sempre tive ou o meu pai ou a minha mãe como candidatos a algum mandato eleitoral. A cada dois anos, na minha casa, vivíamos intensamente o processo eleitoral, época em que a minha vida parava para acompanhar meus pais nos eventos políticos. Eu não estava com eles nos palanques para discursar, mas sempre estive nas passeatas, carreatas, participava da ida às casas dos eleitores e entre outras rotinas inerentes à época eleitoral. Eu atribuo ser Deputada Estadual, hoje, em virtude do grande incentivo que recebi dos meus pais, que tiveram participação fundamental no meu ingresso na política. A minha decisão de entrar nesse meio foi no ano da eleição. Eu peguei muito gancho do nome dos meus pais. As pessoas conheciam meus pais, mas não me conheciam. As pessoas acreditaram que sendo filha de Zenóbio, eu trabalharia igual a ele. As pessoas confiaram muito em mim pelo nome dele. Agora eu já sei que se eu vier a me candidatar na próxima eleição isso não ocorrerá mais. Eu entrei na Assembleia como filha deles, hoje não mais. Eu sabia que entraria pelo nome deles, mas para me manter firme seria por mim mesma. Por uma conjuntura política, tive a oportunidade de entrar como candidata pelo PSDB em minha região. As pessoas acreditaram em minhas propostas e que eu poderia ser uma boa Deputada Estadual e me deram toda a confiança. Nunca tive o sonho de ser política. Sempre gostei desse espaço, mas não achei que fosse viver tão de perto esse momento. No entanto, surgiu essa oportunidade e eu abracei a causa (Camila Toscano, entrevista de 07 de julho de 2016).

A deputada Daniella Ribeiro, por sua vez, nos informa que por boa parte de sua vida esteve inserida, ainda que indiretamente, no cenário da política. Ela lembra, inclusive, que sua casa sempre era muito cheia na época em que seu pai era prefeito de Campina Grande e que ela sempre esteve muito envolvida com a militância em favor de seu pai durante as campanhas. Para ela, um dos grandes motivos que fizeram entrar na política foi sua vocação e sua vontade de ajudar as pessoas:

Eu gosto muito de lidar com pessoas, de ajudar. Eu tive uma infância muito envolvida com a política quando meu pai era prefeito de Campina Grande. Ou seja, querendo ou não, eu participei muito

disso. Eu acho que para a pessoa realmente entrar na política, a pessoa tem que ter vocação, tem que ter desejo. Eu participei de várias campanhas dele, me envolvi muito desde muito cedo. Em relação à minha entrada na política, meu pai ficou meio receoso, pois ele sabe que é um meio muito masculino, machista e como pai ele se preocupava, inclusive de se deparar com alguma situação de alguém falar de mim. Eu disse a ele que não se preocupasse que eu saberia me defender (Deputada Daniella Ribeiro, entrevista de 13 de fevereiro de 2017).

É interessante mencionarmos, ainda, que além da via familiar, existem situações em que a inclusão da mulher na política se dá de maneira independente, utilizando-se do próprio poder pessoal. Essa é uma via alternativa e que acaba limitando mais a possibilidade de sucesso para uma pessoa que não tem um nome de família como alicerce e respaldo.

Para Rabay e Carvalho (2010) são poucas as mulheres que obtém êxito na construção de uma carreira política do ponto de vista individual. Já pelo ponto de vista institucional, embora o sistema de cotas confira oportunidades às candidatas independentes, a dificuldade persiste já que elas têm que encarar as eleições com os seus custos monetários, além do enfrentamento às práticas e circunstâncias machistas. A entrada de mulheres na política, nos dias hodiernos, não é proibida, mas a sua permanência e aceitação passam por um processo muito dificultoso. Quando o assunto é mulheres novatas ou estranhas, há uma tendência delas agirem como esse grupo ou, pelo menos, apresentarem qualidades excepcionais valorizadas por ele. Para Rabay,

[...] a via independente de ingresso político requer uma forma de inserção social ou um papel público de grande visibilidade, contribuição e reconhecimento social, ou seja, um enorme capital social noutro campo (não o da política partidária), aliado ao carisma pessoal. É esse o caso de artistas [...] e de líderes de movimentos sociais, que fazem (intencionalmente ou não) uma política informal, que atendem a necessidades concretas, que representam aspirações e interesses e que gozam de confiança e admiração de pessoas e de grupos ganhando, assim, popularidade (RABAY, 2010, p. 38-39).

A inclusão feminina na política através dessa via exige da mulher a extrapolação do seu papel natural e tradicional, a fim de que seu papel nesse espaço de poder ganhe visibilidade e notoriedade na militância social e política. As características pessoais dessas mulheres que se utilizam da via independente

encontram um grande obstáculo que é o financiamento de campanhas de membros integrantes de grupos já estabelecidos. No entanto, são as características pessoais dessas mulheres que permitem a construção de seu capital político independente.

Temos, ainda, a via do poder ou compromisso feminista, algumas vezes utilizada por mulheres como um instrumento de oposição ao sistema vigente e como ferramenta de mudanças. Sabemos que grande maioria das mulheres inseridas no campo da política não abraça a causa feminista, nem se preocupam com a pauta feminista ou igualdade de gênero. A entrada de mulheres por meio dessa via é um passo importante para a quebra de certos paradigmas e na possibilidade de romper com os limites ora estabelecidos. A entrada de mulheres na arena política é um passo importante. A entrada de mulheres na arena política comprometida com a pauta feminista é um grande avanço. Logo, Rabay e Carvalho, entendem que:

À medida que propicie a criação de uma nova concepção e prática de cidadania, sensível às questões de gênero, e comprometida com a melhoria da qualidade de vida dos grupos que estão em desvantagem econômica e social, a participação política formal das mulheres pode ser estratégica para o projeto de equidade social e de gênero. Aqui, vale lembrar a defesa dos grupos desvalidos, tradicionalmente cuidados pelas mulheres – as crianças, os idosos, os enfermos[...] a defesa das próprias mulheres, que trabalham mais e ganham menos que os homens (RABAY & CARVALHO, 2010, p.41).

Nesse interim, podemos citar a Deputada Estela Bezerra, como exemplo de mulher que permeou o cenário político através da via independente/ poder pessoal e, também, da via do compromisso feminista. Como já foi mencionado anteriormente, a Deputada Estela Bezerra não entrou na política partidária por um “nome de família”. Ela vem dos movimentos sociais e feministas desde a época em que fazia o curso de jornalismo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A deputada Estela Bezerra, por sua vez, desde os seus treze anos participava ativamente da vida comunitária na reivindicação de diversos tipos de direitos. Ela se engajou nessa causa a partir do colégio que estudava, Colégio Pio XII, e só teve acesso a tal colégio particular pois era atleta e tinha bolsa de estudo. Dessa maneira, ela diz que sentiu a necessidade de organizar o colégio que

estudava para a participação das grandes mobilizações que estavam acontecendo na época.

Paralelamente a isso, foi morar em um conjunto habitacional novo que era área de expansão da cidade (Conjunto José Américo de Almeida). Naquele período, a única linha de ônibus que passava por esse conjunto era a empresa Canãa e a dificuldade era bastante nítida, já que as ruas do conjunto eram de barro e a empresa do ônibus só fazia a linha José Américo-Centro. Logo em seguida, foi estudar na Universidade e não existia uma linha de ônibus que a levasse até lá. Ela tinha que ir até a BR 230 (tudo era mato, as ruas eram esquisitas e em algumas dessas ruas tinham até animais) e de lá pegar outro ônibus. Ao ingressar na universidade, conheceu o feminismo quando passou a compreender uma série de desigualdades existentes na época e que até então ela não conseguia compreender. Foi o feminismo e a teoria de gênero que a fez compreender a crítica disso:

Fui ativista feminista durante toda minha juventude e foi através do feminismo que fui indicada para a primeira gestão pública participativa da democracia durante a gestão do então Governador do Estado da Paraíba, Ricardo Coutinho, em 2005. Através das ideias feministas e suas abordagens, participei em 2004 da primeira Conferência Nacional das Mulheres. Participei e ainda participo de encontros internacionais e já tinha uma formação sólida como representação local e nacional do movimento feminista quando fui indicada para assumir o primeiro mecanismo de produção de Política Pública da mulher na Paraíba que é a Coordenaria de Políticas para as Mulheres, em João Pessoa. O primeiro serviço público para tratar das mulheres vítimas de violência na esfera da saúde e esfera da assistência que eu contribuí foi na maternidade Frei Damião, na década de 90, quando consegui implantar o centro de atenção de mulheres vítimas de violência sexual, junto com o movimento feminista o qual eu integrava. Em 2005, esse mesmo mecanismo foi montado na maternidade Cândida Vargas. De 2005 a 2008, recebi convites partidários, mas me via como suprapartidária e até onde foi possível tentei preservar essa qualidade. Até que chegou certo momento em que percebi que sem a política partidária eu não avançaria. Entrei no partido em 2009 a partir da minha experiência com os movimentos sociais e de gestões de vários mecanismos, e em 2012 fui escolhida para ser candidata à Prefeita (ficando em 3ª posição). Foi assim que entrei na política partidária. Em 2014, fui candidata à Deputada Estadual e exerço esse mandato até os dias de hoje. Essa foi minha trajetória: fui Coordenadora de Políticas públicas para as mulheres. Fui secretária de Transparência Pública, fui Secretária de Planejamento. Esse foi um dos meus grandes desafios (Deputada Estela Bezerra, entrevista de 19 de julho de 2016).

Para a Deputada Estela Bezerra, boa parte das mulheres que entram na política são frutos de oligarquia. Há uma representação na política muito oligárquica. Existe uma nítida alternância de mandatos entre os homens e suas mulheres ou suas filhas como uma forma de manutenção no poder, segundo ela. E essas mulheres, sem dúvida, reproduzem ao seu ver os mesmos valores de sua oligarquia. Ela entende que raramente se vê uma pessoa que vem de uma trajetória política diferenciada como a dela. Então, a porta de entrada das mulheres e dos homens está entrelaçada com o vínculo familiar. A parentela na política paraibana é muito forte. O *status* e o nome têm muita força. Segundo ela, a porta do homem é larga quando comparada à porta da mulher. As mulheres são 30% e hoje ocupam 10%, ou seja, apenas um terço das mulheres consegue se inserir na política. Os homens são 70% e conseguem 90% no espaço de representação. Ela se vê como uma política que não é produto de oligarquia.

Quando pensamos sobre a inserção da mulher na política vem a indagação acerca das diferenças e peculiaridades da inserção do homem e da mulher na política, bem como se dá essa inserção na capital e nos interiores. Como sabemos, a capital tem uma tendência maior de mudar mais rapidamente algumas formas de pensamento. Sem dúvida, as tradições, hábitos e costumes que são passados de geração para geração são mais intensos no interior.

O processo de urbanização traz consigo mais rapidamente não só mudanças na economia, na indústria, mas é mais evidente também nas ideologias e formas de pensar quando comparados com esse processo de mudanças nos interiores. Pensando por esse lado, será que existe um distintivo na prática e ação política entre homens e mulheres? Será que é mais fácil a inserção das mulheres na política paraibana na capital ou no interior? Fizemos essa pergunta a algumas entrevistadas. Vejamos seus posicionamentos. Para a Vereadora Eliza Virgínia,

Talvez para o homem, a ideia de entrar na política esteja relacionada ao poder pelo poder. Talvez essa seja a principal motivação (ocupar a posição de dominador, não necessariamente para fazer alguma diferença positiva). Claro que isso não é comum a todos, mas uma boa parte está ligada ao status e vaidade. A mulher, por sua vez, está ligada às bandeiras que ela defende, a ideia da superação, luta pelo direito das mulheres. As mulheres são mais engajadas com esse tipo de causa, seja contra à homofobia, seja a favor da descriminalização do aborto. Elas estão mais aguerridas à questão da ideologia. Elas parecem estar mais

preocupadas com o “cuidar”. A abordagem é muito diferente. Os homens costumam exigir o voto (a abordagem deles é mais dominadora, é de posse, como se fosse de território). As mulheres, não. No meu caso, costumo mostrar aquilo que eu fiz e se o que eu fiz é digno de uma reeleição. O sistema em si, muitas vezes, é bastante preocupado com o poder e isso inviabiliza muita coisa que poderia trazer benefícios à sociedade. Já sobre a inserção das mulheres no interior e na capital conheço mulheres na política tanto no interior, quanto na capital. Pelo pouco que eu conheço no interior, vejo que o machismo e dominação lá são bem mais forte do que na capital. Talvez isso esteja relacionado à ideia de que na capital, qualquer detalhe é divulgado na mídia, nas redes sociais e sempre existe um jornalista por perto, ou seja, as atenções estão mais voltadas para a capital e isso acaba se tornando um filtro para reduzir o machismo e facilite mais a entrada da mulher na política, tendo como consequência a redução de algumas ‘injustiças’. No interior tem algo que é bem peculiar que é o fato de quase não ter oposição, a grande maioria é situação. Posso está enganada, mas pelo que eu vejo, essa questão de inserir a mulher na política não está tão forte nos discursos das mulheres do interior, elas estão mais voltadas para as questões de saúde, e etc. (Vereadora Eliza Virgínia, entrevista de 30 de junho de 2016).

Já Vereadora Raíssa Lacerda nos informa que não gosta de fazer essa distinção acerca da entrada da mulher e do homem na política. Para ela, ter coragem e compromisso independe de ser homem ou mulher. Já quanto à entrada da mulher na capital ou no interior, ela diz que independe da questão geográfica, pois o que importa é ter boas bandeiras de luta:

Eu não gosto de fazer essa separação. Eu acho que a atuação deve ser feita através de coragem e não fazer promessas de campanha e mudar depois de ser eleito. É preciso ser fiel às bandeiras assumidas perante seu povo e trazer para dentro da Câmara. O homem talvez tenha o horário mais disponível. As mulheres têm múltiplas atribuições, somos multi: somos mães, donas de casa, e etc. Eu comento com eles aqui: “que bom que vocês chegam em casa e encontram o jantar na mesa pois uma outra mulher como eu já fez o serviço”. Já quanto ao ingresso das mulheres na capital ou no interior, para mim tanto faz, contanto que ela tenha bandeiras de lutas que se destaquem. As mulheres votam no interior ou na capital por aqueles ou aquelas que demonstrem que vão lutar por elas. As mulheres são muito analisadoras e percebem quem vai melhor representa-las. Eu senti isso na pele quando fui reconduzida por três mandatos seguidos e elas diziam que eu as representava (Vereadora Raíssa Lacerda, entrevista de 14 de dezembro de 2016.)

Para a Deputada Camila Toscano, não existe muita diferença acerca do ingresso da mulher como política no interior ou na capital, muito embora na interior

as coisas aparentem ser mais calorosas. Para ela, a política no interior normalmente é mais humana do que na capital, as pessoas tem mais contato com o (a) político (a), elas querem dar abraços e conversar. Na capital existe um afastamento maior. A política na capital, de uma maneira geral, acaba sendo um pouco mais fria nesse sentido.

Eu lamento a pouca quantidade de mulheres na política. Acredito que a mulher é mais humana e, por isso, pode fazer até um trabalho melhor do que os homens, exatamente porque leva mais para esse lado humano. Eu acho que a diferença é que no interior a mulher é mais humana, é mais calorosa. As pessoas querem um sorriso, um abraço, querem estar juntos. Na capital é algo mais frio. Na capital, é vista a pessoa política. No interior é visto o humano (Deputada Camila Toscano, entrevista de 13 de setembro de 2016).

Para a Deputada Daniella Ribeiro, as mulheres têm a sensibilidade necessária da importância das políticas públicas e sensibilidade para entendê-las. Quanto à entrada da mulher na política pelo interior ou pela capital, ela nos informa que o senso comum talvez indique que a entrada pela capital seja mais fácil:

Nós mulheres temos a sensibilidade necessária da importância das políticas públicas e para entendê-las. Os homens contribuem, mas eles não compreendem na essência, pois quem vivencia é a mulher. Um exemplo é a creche: uma creche bem organizada possibilita que uma mãe trabalhe. Se o seu filho estuda em uma boa escola, certamente uma mãe trabalha tranquila. Tudo isso são políticas públicas onde a mulher sofre mais diretamente as consequências, mais do que os homens. É preciso ter vocação, o amor, o compromisso, a competência, seja homem ou mulher, essas qualidades são importantes. Eu acho que todos dois contribuem e cada um tem sua inteligência, sensibilidade e perspicácia. Talvez o que diferencie é que o homem tem outro olhar para determinados temas, assim como nós mulheres também temos outros olhares. Essa diversidade, onde cada ser humano é individual que Deus criou para viver em sociedade, enriquece o parlamento e política como um todo. Um político é um ser que vem da sociedade. É preciso que cada um saiba o que está fazendo para poder andar de cabeça erguida. O político não está para favorecer individualmente as pessoas, mas sim para a coletividade. As ideias de participação e de cooperação são fundamentais. Estamos na política para servir ao povo, seja homem ou mulher. Nesse sentido, eu acho que a capital pode até ter aparentemente mais facilidade de permitir a entrada da mulher, pois as pessoas tem uma facilidade maior de ver mudanças. Isso é o que o senso comum poderia nos indicar, mas eu ainda não fiz essa pesquisa. Tem um município aqui na Paraíba (não me recordo o nome), onde várias mulheres se elegeram como Vereadoras, um número bem maior que Campina Grande, quando apenas uma mulher se elegeu

e maior do que na capital, onde três mulheres se elegeram. Isso depende muito das pessoas que se propõem a uma candidatura e o mais importante são as pessoas acreditarem em suas propostas (Deputada Daniella Ribeiro, entrevista de 13 de fevereiro de 2017).

Para a Deputada Estela Bezerra, pela história, o homem tem uma facilidade maior de entrar no mundo da política do que a mulher. O que influi consideravelmente para a entrada da mulher é a lei de cotas que estabelece 30% das vagas. Quanto à entrada da mulher no interior ou na capital, ela acha que é mais fácil entrar pelo interior do que pela capital:

A grande diferença é o status mesmo. A porta do homem é larga quando comparada à porta da mulher. As mulheres são 30% obrigatoriamente e hoje ocupam 10%, ou seja, apenas um terço das mulheres conseguiu. Os homens são 70% e conseguem 90% no espaço de representação. As mulheres, assim como os homens, são frutos de oligarquia. Temos uma representação na política muito oligárquica. Se formos medir as representações, é mais fácil a mulher entrar na política pelo interior, já que as mulheres que primeiro adentraram na política, são das oligarquias. Quando faltaram os homens, as mulheres seguiam. As mulheres da oligarquia surgem pela ausência dos homens ou muito raramente por uma autodeterminação das mulheres. Pela nossa história, me parece que é mais fácil entrar pelo interior (Deputada Estela Bezerra, entrevista de 27 de julho de 2016).

A expressão utilizada pela Deputada Estela Bezerra é bem condizente ao perceber que a “porta” do homem é bem mais larga quando compara à da mulher. Sem dúvida, isso se reflete com mais veemência nos espaços mais masculinizados, exemplificado pela política, na medida em que é percebida uma forte dicotomia entre o masculino e feminino nessa arena. A luta pelo poder é ferrenha e nessas disputas quase sempre o homem mostra a sua hegemonia.

A política é um espaço que vem abraçando a entrada da mulher. A mulher goza de uma qualidade ímpar que lhe é atribuída e que também pode ser usada nesse espaço de poder que é o *cuidar*. O ofício de um (a) Vereador (a) ou Deputado (a) é, antes de tudo, cuidar do povo, promovendo qualidade de vida, saúde, segurança através de seu trabalho. É um cuidar coletivo, sem se voltar para si ou para anseios puramente individuais. A sensibilidade da mulher de *cuidar* do povo tem o mesmo predicado que o *cuidar* dos filhos e da família que o saber cultural lhes atribuiu.

É nesse sentido o entendimento de Lima, Nascimento e Pontes (2016) que entendem que em virtude da socialização histórica, da abnegação e do cuidado maternal, a mulher ao entrar na política é conduzida à manutenção dessas suas características que lhe foram imbuídas culturalmente, sendo por esse motivo comum identificarmos mulheres intercedendo na área das causas sociais, especialmente nos interiores, voltadas para a assistência e proteção do outro. Essa sua postura remete às qualidades de mãe e de dona-de-casa. Nessa esteira, Miguel e Biroli entendem que:

Há indícios de que as mulheres se ocupam com mais frequência de temas ligados à área social do que aquelas vinculadas diretamente ao controle do Estado e de seus recursos e à distribuição dos postos de exercício de poder (MIGUEL & BIROLI, 2011, p.80).

As dificuldades de ingresso da mulher na política são meramente estruturais pela falta de investimento financeiro, pelo machismo, por aspectos culturais, pelo espaço não ser tão naturalizado a ela, mas não por falta de aptidão ou habilidade. Se a ideia é lutar pelo direito dos outros, é *cuidar* dos outros, a mulher carrega essa qualidade com bastante maestria.

Na atualidade podemos observar que as interações sociais que envolvem os sujeitos constantemente exercem grande influência na construção do ser humano. Certas assimetrias na distribuição dos espaços de poder, em alguns contextos sociais, tem alcançado certo equilíbrio. Percebemos, assim, que em diversos cenários as mulheres têm tido visibilidade social, em decorrência das atividades por elas exercidas em diversas profissões. No entanto, quando nos deparamos com algumas mulheres que atuam no campo político, observamos como elas ganham visibilidade numa luta “silenciosa” de engajamento em causas sociais; mas, ao nos defrontarmos com o seu discurso político, sua influência nas formações de bases sociais, em repassar conceitos ideológicos, assim como sua destreza em articular vida doméstica e espaços sociais, muitas vezes, têm sido destinadas à invisibilidade (BARROS & SANTOS, 2015, p.7-8). É como se estivessem cobertas por um véu que as mantém sujeitas à aceitação de que precisam provar que merecem estar naquele espaço de poder. Ficam presas, muitas vezes, às causas sociais. O seu progresso como porta-voz de determinadas bases sócio-políticas encontra-se muitas vezes enrijecido.

2.3 O despertar das deusas: o combate à ideologia patriarcal e dominação masculina

Depois de analisarmos a dinâmica das interações sociais no contexto da família extensa do campo social brasileiro, acreditamos que este tem sido historicamente considerado como o local do familismo, da proximidade social entre iguais e da dependência pessoal do subordinado em relação ao patriarca. O papel social do patriarca, segundo Freyre (1968), pode ser sintetizado no conceito de patriarcalismo. Entendemos por patriarcado³ um sistema social de relações de gênero no qual existe desigualdade entre estas, havendo um predomínio da figura masculina nos diversos espaços sociais.

Para Corrêa (1981), a família patriarcal brasileira é vista como um tipo de produto da colonização portuguesa ou importada de Portugal. Os outros modos de organização familiar são subsidiários ou inexpressivos. Para diversos autores, como Gilberto Freyre (1968), o patriarcal tende a se prolongar no paternal, no paternalista, no culto sentimental ou místico da figura do pai ainda identificado, entre nós, com imagens de homem protetor, de homem providencial, de homem necessário ao governo geral da sociedade. Segundo o mencionado autor, o poder tutelar ou as formas de exercício do poder patriarcal seria uma herança das práticas sociais do Brasil rural que mesmo com a crescente urbanização ainda se perpetuam.

Nesta direção Moraes (1985) ressalta que a ordem patriarcal baseia-se em uma realidade social de marcada divisão sexual do trabalho, em mulheres desempenhando as tarefas domésticas e confinadas ao espaço da casa. Em certa medida, o patriarcalismo conjugado com a divisão sexual do trabalho exerce grande força a fim de manter a mulher separada da esfera pública e atrelada ao espaço privado, introjetada em sua mente a ideia da superioridade masculina e submissão feminina.

Para Saffioti (2004), o patriarcado poderia ser visto como uma especificidade das relações de gênero marcadas pela hierarquia e desigualdade. Para essa autora, a noção de gênero é mais ampla e o patriarcado seria apenas uma de suas manifestações recentes e que se apresenta articulado com a industrialização e o

³ Para maiores esclarecimentos ver SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

capitalismo. A visão patriarcal traz consigo a ideia de exploração e opressão das mulheres configurando uma relação onde de um lado está a mulher explorada e do outro lado está o homem dominador, ambos com poder, mas um poder desigual.

Nesse sentido é inquietante percebermos a intrínseca relação da dominação masculina x exploração feminina. No cenário da instituição familiar, podemos vislumbrar com maior avidez a figura da mulher e o papel que esta desempenha no seio da família. Em um passado não muito distante, havia um forte pensamento de que após o seu nascimento a mulher estaria fadada a viver para família e, tão somente, a permear na vida privada. Muito provavelmente, por todo esse pensamento patriarcal que se propagou ao longo dos séculos e que fez parte da história, a mulher manteve-se impossibilitada de sonhar com outros destinos. Era quase impossível imaginar a mulher comandando as massas como liderança política. Isso acontecia pois sua vida já estava marcada por uma trilha costumeiramente sedimentada e difícil de ser desviada.

É nesse sentido que Saffioti (2004) percebe o patriarcado como uma relação civil e não privada, o qual possibilita o exercício da dominação do homem sobre a mulher baseado na violência e direitos sexuais desiguais propiciando, assim, um terreno fértil para todo tipo de opressão feminina. Para Silveira e Costa (2012), Saffioti (2004) identifica que uma das grandes contradições da nossa sociedade é representada pelo nó patriarcado, racismo e capitalismo que se interligam a todas as relações sociais e é com base nesse cenário que toda a estrutura do poder patriarcal perpassa pelas esferas sociais baseada na oposição homem-mulher.

Para tentar entender a complexidade que emana desse processo de exclusão, necessariamente, temos que mergulhar na globalização de uma massa que beira desde as raias da miséria propriamente dita. A exclusão da mulher em diversos espaços da sociedade ainda se faz presente em virtude da valorização ao culturalismo que a despreza enquanto ser transcendente, capaz de realizar atividades tão complexas quanto àquelas exercidas por indivíduos do sexo masculino. Ela beirou, muitas vezes, o abismo do esquecimento, excluída e ignorada. Mas, com sua altivez e força, vem superando diariamente as barreiras impostas.

O impacto socioeconômico advindo da internacionalização acelerada, presente nos últimos tempos, friccionada pela maciça difusão tecnológica – tão bem vinda em termos de progresso, mas, infelizmente, também tão carregada de

características assombrosas no campo social – ocasionou verdadeiro impulso na economia. Em contramedida, é possível enxergar que em diversos setores políticos, empresariais, industriais ou mercantis, houve uma considerável diminuição de oportunidades, tendo em vista a substituição do homem pela máquina.

Para Pateman (1993), ainda é notória a pequena expressão numérica de mulheres que ocupam posições bem remuneradas nas profissões ou negócios. A maioria das mulheres trabalhadoras recebe uma baixa remuneração e tem status inferior ao dos homens, laborando em empregos os quais são dirigidas por um ou mais homens, ainda que exista a legislação da igualdade salarial. É nesse sentido que, para ela, o mercado capitalista é patriarcal, embasado na divisão sexual do trabalho e que para algumas mulheres o casamento continua sendo economicamente um negócio vantajoso, pois é através do casamento onde as mulheres acreditam obter uma identidade social reconhecida.

Nesse aspecto também caminha entendimento semelhante de Saffioti (2004), quando percebe que não há separação entre a dominação patriarcal e o capitalismo. Para Durhan (2002), por sua vez, entende que o capitalismo não impediu a entrada da mulher no espaço público, mas permitiu a inclusão simultânea das mulheres nas duas esferas, a pública e a privada o que, em certa medida, permitiu a construção do questionamento da mulher acerca de sua “percepção de sua igualdade enquanto indivíduo na esfera do mercado e de sua desigualdade enquanto mulher na esfera doméstica da reprodução.” Logo, percebemos que o capitalismo apesar de coadunar com a ideologia patriarcal, não vem para frear a inclusão da mulher no cenário do trabalho (já que impulsiona a competição de todos contra todos), muito embora os salários das mulheres ainda sejam menos expressivos que os salários dos homens.

Nesse sentido, o relatório da Organização das Nações Unidas, divulgado em meados de abril de 2015 nos traz que “as mulheres continuam recebendo um salário diferente pelo mesmo tipo de trabalho [...], o que impede em grandes desigualdades em termos de recursos recebidos em sua vida”. Em virtude desses dados oficiais divulgados pela ONU, é interessante registrarmos que o amadurecimento de atividades relacionadas à emancipação da mulher ainda precisam amadurecer, já que não resolveram por completo as desigualdades de gênero que se apresentam de maneira tão ferrenha.

Sabemos que o processo de urbanização trouxe consigo uma série de mudanças culturais. A oferta de espaços de educação e lazer, a ampliação do mercado de trabalho, a ampla difusão dos meios de comunicação, sem dúvida, afetaram a incorporação e a prática de papéis sociais. No caso do patriarcado, podemos dizer que o mesmo deixou de ser explícito, mas que silenciosamente continua presente em praticamente todas as formas de interação social.

De fato, hoje, as mulheres ocupam mais cargos de poder do que em outras décadas. No entanto, se formos comparar com a quantidade de homens, a expressão numérica da mulher é mínima. Esse processo de inferiorização e estigmatização da mulher é algo permanente e contínuo, embora disfarçado e silencioso. Como bem afirma Saffioti (2004), muito embora as mulheres tenham conquistado certo progresso em torno de sua emancipação, o patriarcado ainda dificulta esse processo na medida em que sua base material ainda não foi plenamente destruída e sua ideologia apresenta-se enrijecida na configuração social.

Efeitos dessa ideologia podem ser observados nas práticas de organizações e instituições, nas disparidades das relações trabalhistas, nas matrizes da fala, nas práticas rituais nas religiões, nas formas de exercer a sexualidade e em tantas outras ações executadas por homens e mulheres que, embora partilhando a mesma condição humana, são percebidos como diferentes em suas funções sociais. Muitas dessas relações em que prevalecem os mandos e os desmandos parecem ainda naturalmente aceitas e justificadas.

É bem verdade que, em virtude dos percalços culturais vividos pelas mulheres, era bem peculiar a dificuldade de se tornarem protagonistas de suas histórias. Sua existência, bem como toda sua forma de atuação, foi contada pelo indivíduo do sexo masculino que acreditava ser ela desprovida de raciocínios mais complexos. Pensar em 'mulher', por um longo período de tempo, significava associar à expressão 'dominação'.

O que seria a dominação? Poderíamos defini-la de maneira generalista como sendo uma situação em que um indivíduo manda e outro obedece. Para Weber (1999), a relação de dominação não se exaure com o mando e a submissão, mas se completa quando aquele que obedece aceita obedecer, ou

seja, perpassa pelo viés da voluntariedade.⁴ No cenário do saber comum, a mulher é relacionada com a emotividade e isso é um ponto que, de certa maneira, a coloca em desvantagem no exercício do poder em relação.

Percebermos a dominação masculina como um termo exagerado não é interessante. Não é à toa que existe uma sub-representação feminina em diversos espaços de poder. O número de mulheres responsáveis por um Município, Estado ou quiçá uma Nação é quase imperceptível. Muito embora algumas conquistas sejam de suma importância para uma alavancada na ocupação do espaço político pelas mulheres, existe ainda paralelamente uma força que comprime essa participação levando a uma nítida simplicidade numérica.

A dominação masculina esteve intimamente ligada à ideologia do poder masculino atuante na estigmatização das mulheres na ocupação de espaços desejáveis por ela. Enraizada de veras no patriarcado, a dominação masculina tem uma tendência significativa em discursar sobre os lugares naturais de mulheres (muitos deles relacionados com o fato da mulher exercer a maternidade). Para Touraine (2007), existe um pessimismo latente frente à persistência da desigualdade e da violência contra a mulher e isso se deve, possivelmente, pela falta de êxito de se reconhecer a marca da dominação masculina no interior da noção de gênero, ainda que a temática do gênero tenha sido importante na batalha contra o essencialismo.

Pierre Bourdieu (1999) percebe que a dominação masculina está tão arraigada em nosso inconsciente que quase não a percebemos mais. Assim, torna-se indispensável destruir as evidências e explorar as estruturas simbólicas do inconsciente androcêntrico que sobrevive nos homens e nas mulheres. Quais são os mecanismos e as instituições que realizam o trabalho de reprodução do “eterno masculino”? É possível neutralizá-los para liberar as forças de transformação que eles conseguem obstruir?

Bourdieu (1999) defende que sempre viu na dominação masculina, e na maneira pela qual ela é imposta e suportada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, efeito do que chama de violência simbólica, violência doce,

⁴Atentos a essa ideia, oportunamente nos valemos de outra lembrança que diz respeito à conceituação dada por Norberto Bobbio das categorias *Poder e Autoridade*. Para Bobbio, o *Poder* é compreendido através de uma relação de mando utilizando-se de critérios coercitivos ou ameaça de A sobre B. De maneira diversa, a *Autoridade* é compreendida através de uma relação de mando, mas aquele que obedece o faz porque concorda e aceita (BOBBIO, 1998).

insensível, invisível para suas vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento – ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Isso se compreende, na visão bourdieusiana, a partir da conceituação expressiva de *paradoxo da doxa*, que seria o acordo fundamental que serve de base para toda a compreensão da ordem social. Evidentemente, a *doxa* não corresponde à realidade em si, mas a uma visão de realidade elaborada pelo discurso dominante, representada em enunciados performativos pelos agentes socialmente reconhecidos como legítimos, os quais têm sua autoridade assegurada pelo reconhecimento do grupo (crença) em virtude do capital simbólico e, portanto, da distinção que esses agentes detêm diante de outros indivíduos. Esse conhecimento provocaria uma revolução sem consequências na prática, e em particular na concepção das estratégias destinadas a transformar o estado atual do relacionamento de força material e simbólica entre os sexos.

É aqui que seria interessante enfrentar um novo paradoxo para criar uma revolução completa na maneira de abordar o que se queria estudar sobre as trilhas e percursos das mulheres: as invariantes que, além de todas as mudanças visíveis da condição feminina, se observam nos relatórios de dominação entre os sexos, não as obrigam a privilegiar os mecanismos e as instituições históricas que, no decorrer dos séculos, não pararam de retirar essas invariantes da história? Mas será que esta função quase analítica da etnografia que desnaturaliza ao situar historicamente o que surge como o mais natural na ordem social – a divisão entre os sexos – não corre o risco de colocar em evidência circunstâncias e invariantes que estão baseadas no princípio de sua eficácia sócio analítica e, assim, eternizar uma representação conservadora da relação entre os sexos, a mesma que resume o mito do “eterno feminino”?

Para esses casos trata-se antes de tudo de restituir à *doxa* seu caráter paradoxal, e ao mesmo tempo desarmar os mecanismos responsáveis pela transformação da história *in natura*, do arbitrário cultural em natural. Para conseguirmos nos apropriar de nosso próprio universo e de nossa própria visão de mundo, é fundamental o ponto de vista do antropólogo, capaz de devolver ao mesmo tempo o princípio de visão e de divisão (*nomos*) que fundamenta a diferença entre o masculino e o feminino como nós a (des) conhecemos, seu

caráter arbitrário, contingente e, também, simultaneamente, sua necessidade de análise sociológica (BOURDIEU, 2009 p.7-8).

A tradição sociológica nos lembra que a sociedade existe onde quer que vários indivíduos entrem em interação e que essa ação recíproca permite que os mesmos criem ou constituam espaços sociais diferenciados ou, nas palavras de Bourdieu, *campos sociais* específicos. A noção de campo está atrelada a imersão dos gêneros no espaço macrossocial com ranço patriarcal, reforçado por homens e mulheres, e ao mesmo tempo, influenciados por *habitus* em construções contínuas como, por exemplo, os distintos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres em cada contexto social.

Os *campos*, segundo Bourdieu (2007), têm suas próprias regras, princípios e hierarquias. Eles são definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros. *Os campos* se caracterizam por espaços sociais, mais ou menos restritos, onde as ações individuais e coletivas se dão dentro de uma normatização, criada e transformada constantemente por essas próprias ações.

Dialeticamente, esses espaços ou estruturas, trazem em seu bojo uma dinâmica determinada e determinante, na mesma medida em que sofrem influências e modificações dos agentes sociais. Devendo ser entendidos relacionalmente no conjunto social, diferentes *campos* relacionam-se entre si originando espaços sociais mais abrangentes, conexos, estruturantes e estruturados ao mesmo tempo (BARROS & SANTOS, 2015, p.8). Nesse contexto, os autores destacam que:

Inseridos em determinados *campos*, em decorrência do fluxo de interações mútuas, são os mesmos atores os que constituem sua própria realidade social. Sem dúvida, os atores sociais que constituem determinados campos entram em lutas e relações diversas visando impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar. Essa adequação se articula via incorporação de valores, modos de viver e formas específicas de pensar, sentir e agir, que se refletem por aquelas manifestações humanas que aqui denominamos como *habitus* (BARROS & SANTOS, 2015, p.8).

Para Bourdieu (2007), *habitus* é uma forma de disposição à determinada prática de grupo ou classe, ou seja, é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que geram estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social dos papéis-chaves convencionados socialmente dentro dos diferentes espaços como o público e o privado, o urbano e o rural, o masculino e o feminino. Para ele, as diferentes posições que ocupamos na sociedade equivalem aos nossos diferentes estilos de vida. Nossas práticas e nossas propriedades, no amplo sentido dos termos, são expressões organizadas e integradas das nossas condições de existência, ou estilos de vida, porque são resultados do mesmo operador prático, o *habitus*, sistema de tendências duráveis e ultrapassáveis que exprime, sob a forma de preferências, as necessidades objetivas das quais ele é produto.

Nesse sentido, Bourdieu (2009) entende que as mulheres são vistas como objetos simbólicos e que a dominação masculina as coloca como *seres-percebidos* (*percepi*) e essa situação as revestem de um estado de insegurança, ocasionando uma grande dependência simbólica. Delas se espera que sejam sorridentes, femininas, simpáticas, atenciosas e, claro, submissas, contidas em si mesmas ou até mesmo apagadas. Em consequência disso, a dependência em relação aos outros tende a se tornar constitutiva de seu ser, tornando-as continuamente orientadas por olhares voltados à sua maneira de se portar e exibir seu corpo. Para esse autor, existe uma autodepreciação e uma incorporação do julgamento social voltado à mulher. Por esses e outros inúmeros motivos, as decisões eram tomadas em nome das mulheres. O ser humano é único. A distinção entre homens e mulheres parece ser intrínseca ao caráter biológico tão somente, aspecto esse insuficiente para dizer que o homem é melhor que a mulher ou vice-versa.

Nesse sentido Chartier (1995) entende que a constituição do ser feminino passa por um processo de internalização e se enraíza na conjuntura da interiorização sofrida pelas mulheres no que diz respeito às normas enunciadas pelos discursos masculinos. Logo, intuimos que a violência simbólica triunfa quando aquele que a sofre contribui de alguma maneira para a sua eficácia, ou seja, quando se aceita e se passa por um processo de aprendizagem que aquelas normas impostas são corretamente fundamentadas. Conseguimos perceber, pois,

que a ausência da mulher em esferas públicas está também ligada às incansáveis repetições e influências do imaginário masculino.

As diferenças que marcam o homem e a mulher muitas vezes encontram-se respaldadas e construídas por um discurso dominador, (i)legítimo e hierárquico que acaba sendo reproduzido ao longo do tempo, sendo enraizado e calcificado numa nítida oposição entre homens e mulheres na ocupação do espaço político traduzindo-se, assim, numa violência tipicamente simbólica e universal. Essas ideias socialmente construtivistas claramente põem a mulher em uma posição menos reconhecida.

Nessa perspectiva, a realidade empírica nos informa que embora sejam constatados alguns avanços na inclusão da mulher em cargos de representatividade política, ainda há muito que ser buscado e mantido. Temos nos questionado, inclusive, acerca da possível relação existente entre a sub-representação feminina na política e a violência doméstica. Coincidência ou não, ambas as situações apagam a mulher enquanto sujeito. Tanto uma situação como a outra, põe a mulher como um objeto que sofre a interferência masculina. Sem dúvida, a ausência da mulher na política é um descaso, na medida em que ela é rechaçada de uma esfera de importantes decisões.

Cabe-nos agora fazer menção a Simone de Beauvoir, que em sua obra intitulada “O Segundo Sexo”, traz à baila a afirmação de que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1960, p.09). Isso significa que a colocação da mulher como o sexo menos importante é produto puramente social e cultural. Para ela, o que é bastante marcante, todavia, seria a ausência de uma devida educação direcionada às mulheres, pois aquela que persistia, de fato, tinha como consequência direta a sua colocação como mais frágil. Para essa autora, ambos nasciam com as mesmas capacidades podendo viver em um terreno de igualdades. O que se faz bastante determinante é a educação e o ambiente em que meninos e meninas estão inseridos.

Questionamos as Vereadoras e Deputadas a respeito de suas infâncias. Será que elas recordam de como eram suas infâncias, quais eram as atividades que elas costumam realizar? A Vereadora Eliza nos informa que na sua infância, durante as férias, ela costumava viajar à cidade de Pilar para a casa de sua tia, adorava subir em pé de goiaba e andar de bicicleta:

Eu lembro que era muito desinibida e esperta na infância. Aprendi a tocar piano muito cedo e sempre passava de ano com boas notas. Durante minhas férias, eu viajava para Pilar e ficava na casa da minha tia Lindalva. Adorava subir em pé de goiaba, andar de bicicleta, tomar banho no Rio Paraíba. Sempre fui muito envolvida com a Igreja, com encontros de jovens e participava de alguns grupos musicais. Minha vida sempre foi muito agitada: música, educação física, igreja, escola. Entrei na faculdade aos 16 anos e, às vezes, sofria bullying porque eu era gordinha, evangélica e a mais nova da turma, mas nunca me importei muito (Vereadora Eliza Virgínia, entrevista de 16 de junho de 2016).

A vereadora Raíssa Lacerda tem boas recordações de sua infância. Durante suas férias ela viajava à cidade de São José de Piranhas e lá costumava tomar banho de açude sangrando, pulava corda e brincava de amarelinha:

Eu tenho guardada com muito carinho a memória de quando todos os irmãos dormiam no chão do quarto dos meus pais, embora na casa onde eu morava possuísse 6 (seis) quartos. Essa fase era muito divertida. Todos os meus irmãos juntavam seus colchonetes e ficavam “um aperreando o outro” durante noites a fio. A minha casa cheia era um momento de alegria. Minha infância se deu no Bairro dos Estados, em João Pessoa. Eu amava brincar nas ruas, estar em contato com a natureza e de ter várias amizades. Gostava sempre de muita gente ao meu redor, as brincadeiras nas ruas chegavam a 10, 20 amigos. As brincadeiras variavam entre amarelinha, pular corda, subir em pé de jambo. Diversão não faltava nessa época. Quando as férias chegavam, eu não pensava duas vezes: Corria para o Sertão Paraibano para aproveitar o melhor que a natureza tinha para me oferecer. Banhos de açude e andar com os pés descalços eram rotina nas minhas férias. Lembro que as pessoas me olhavam e diziam: “Nossa, é a filha de José Lacerda. Minha filha coloque uma sandalhinha nos pés”. Eu me sentia muito feliz em colocar os pés na terra, era muito gostoso brincar na praça daquele jeito. Minha infância foi a melhor. Eu fui muito feliz. Eu adorava tomar banho de açude sangrando, comendo rapadura, alfinim feito no hora. Então, vejo minha infância como simples e feliz, pois acredito que é na simplicidade que encontramos as nossas grandes alegrias (Vereadora Raíssa Lacerda, entrevista de 28 de junho de 2016).

A Deputada Camila Toscano associa boa parte de sua infância à cidade de Guarabira em virtude da atuação política de seus pais e outra parte aos jogos de vôlei no Colégio Lourdinhas:

A ideia que tenho da minha infância é dessa presença intensa de toda minha família em Guarabira, juntamente com meus irmãos. Lembro-me do vínculo que eu tinha com Guarabira e vendo meu pai como prefeito. Antes dele ser político era construtor. Então ele

construiu uma casa muito boa e grande no bairro do Cabo Branco onde eu passei minha infância. Lembro que nesse período não havia tanta preocupação com a violência. Eu andava muito entre as casas dos vizinhos, gostava de tomar banho de mar e andar na calçadinha. Durante toda minha vida estudei no Colégio das Lourdinhas. Falar de minha infância então é falar de brincadeiras em minha casa ou na praia, tomando banho de mar (Isso quando eu não estava em Guarabira). Também tive a presença marcante do Colégio Lourdinhas, principalmente pelos jogos de vôlei. Às vezes eu ia de manhã à escola, voltava para casa só para almoçar, retornava ao colégio para fazer algum trabalho à tarde e emendava com os jogos de vôlei à noite no colégio. Ou seja, praticamente o meu dia inteiro era no colégio e isso eu adorava (Deputada Camila Toscano, entrevista de 07 de julho de 2016).

A Deputada Daniela Ribeiro, por sua vez, lembra que acompanhava a realização das obras em Campina Grande ao lado de seu pai e que também o acompanhava durante as campanhas:

Eu tive uma infância muito boa quando meu pai era prefeito de Campina Grande e as programações dele eram todas em torno da cidade, tanto com relação a ir ver as obras de Campina Grande como em relação a minha casa cheia, sempre com muitas pessoas. Eu participei de várias campanhas dele, me envolvia muito desde muito cedo, militando pelo nome dele. Eu sempre gostei muito do tema, gosto de política, gosto de ver a questão da cidadania, tudo isso faz com que você acabe enveredando para a política desde cedo (Deputada Daniela Ribeiro, entrevista de 15 de fevereiro de 2017).

Por fim, a Deputada Estela Bezerra menciona que sua infância foi muito boa e que adorava brincar no quintal de casa com os pés descalços na areia, brincava brincadeiras de menino e pensava em ser super-heroína:

Tive os primeiros anos de minha vida em Jaguaribe e tive minha primeira infância na cidade de Cabedelo. Eu tive uma super infância: brincava no quintal, andava com os pés descalços na areia, brincava as brincadeiras de menino, era muito habilidosa com todas as brincadeiras. Aprendia tudo muito rapidamente e era considerada prodígio. Não tem nada na minha infância relacionada à minha insubordinação às divisões do trabalho a partir do gênero que tenham me causado algum trauma. Quando eu era pequena eu pensava em ser super-heroína (Deputada Estela Bezerra, entrevista de 19 de julho de 2016).

Percebemos, de fato, que a cultura patriarcal manifestou-se por muito tempo como uma forte forma de educação direcionada às mulheres desde sua infância. A cultura exerce um grande papel na formação de pensamentos, personalidade,

visão do mundo, ou seja, influi decisivamente para a formação da subjetividade do ser humano. Bastante entrelaçada com a educação, a cultura atrelada ao patriarcado assume o condão de influir no presente e repercutir no futuro. Nesse sentido, as mulheres por receberem tal educação, são treinadas a cuidarem dos outros. Muitas vezes propagou-se a ideia da mulher submissa ao homem, da mulher que tudo obedece, da menina que nasceu predestinada ao casamento e a cuidar da casa e dos filhos.

A menina vai sendo esculpida ao longo de sua vida. A situação 'submissa' da mulher frente à ocupação de espaços de poder pelo homem está presente desde a sua infância quando, muitas vezes, já tem um destino previamente preparado, especialmente por aquelas famílias que resistem em desapegar do espírito patriarcal. Existe uma construção social em torno das mulheres que as obriga a ser mais cuidadoras, a ter uma visão mais ampla de bem estar. Isso é algo muito positivo e deveria ser uma qualidade tanto de homens como de mulheres. Se pararmos para analisar, perceberemos que as meninas compartilham da mesma capacidade que os meninos: até a adolescência, são dotadas quase que da mesma força física, são envoltos pelos mesmos sentimentos e emoções de ternura, amor, ódio, carinho e respeito. A inteligência do sexo feminino não tem dívida com a do masculino.

Não há que se falar em qualquer dado biológico que seja suficiente para diferenciar a capacidade entre meninos e meninas, mas, tão somente, em regras que a educação, a sociedade e a cultura impõem. Dependendo da educação familiar, a mulher desde a infância volta-se para os afazeres domésticos e isso intensifica a força do poder masculino, muitas vezes assentado no patriarcado silente gerando, conseqüentemente, despreocupação quanto aos outros desejos de vida que não se relacionam com o lar, com a casa.

É possível constatar que, desde a sua infância, ela vem assumindo características que com o perpassar do tempo são a ela incorporadas mediante a ação da cultura tradicionalista. Essas características estão relacionadas à ideia de inferioridade, submissão, vassalagem e/ou servidão. A educação da menina acaba por treiná-la a ser inferior à figura do homem e a realizar atividades puramente domésticas. São treinadas a serem mais frágeis, meigas e a cuidar dos outros. A prova é tanto que, nos dias de hoje, é bastante comum uma menina colocar um travesseiro na barriga e fingir que está grávida ou, simplesmente, a situação da

mãe pedir a ajuda da filha nos afazeres de casa, enquanto que o filho, normalmente, é dispensado desse tipo de atividade.

A “divisão” de atividades incentivava as mulheres a tomarem para si o compromisso do cuidado com os filhos, da educação doméstica, ou seja, de todas as atividades inerentes ao espaço privado. Para Pateman (1993), a família passou por um grande processo de estruturação e transformação para ser vista como é hoje. Antigamente, o contrato de casamento era um contrato de trabalho através do qual tornar-se esposa implicava em tornar-se dona de casa. Logo, ser esposa significava ser alguém que trabalha para o seu marido no lar conjugal. Segundo o *Tratado da Legislação das Relações Domésticas*, publicado nos Estados Unidos, em 1874: “Um senhor é alguém que tem autoridade legal sobre outra pessoa; e a pessoa sobre quem tal autoridade pode ser propriamente exercida é o servo.” Logo, um estado civil, uma esposa ou um trabalhador eram todos servos, segundo essa definição.

Sabemos que a visão das mulheres é algo importantíssimo na vida política no intuito de atender mais rapidamente as necessidades das pessoas. As mulheres são menos egoístas e são educadas a cuidar de tudo e isso acaba as sobrecarregando. Se tivesse mais gente cuidando de tudo, as coisas seriam melhores. O que tem de bom e que pode produzir um bem é que a presença das mulheres muda significativamente a visão sobre a política e o que a política pode cuidar prioritariamente.

Por isso, há de se ter o cuidado e de se fazer uma reflexão sobre o papel exercido pela própria família já que ela exerce uma preponderância fundamental de prorrogação da dominação do homem e jugo da mulher, apresentando-se como uma academia que transmite preceitos socioculturais. Sobre a menina e sobre sua formação como mulher, Beauvoir afirma:

Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino (BEAUVOIR, 1960 a, p.22).

Para a Vereadora Eliza Virgínia, em quase todos os momentos ela vê a tentativa do homem dominar a mulher. Para ela, a política é um espaço onde existe muito a questão do poder, status e vaidade. Talvez essa seja a principal motivação do homem querer entrar nesse espaço, salvo algumas exceções. Já a mulher está muito ligada às bandeiras que ela defende, ligadas à ideia de superação e luta pelos seus direitos:

Hoje vivemos uma cultura do machismo muito grande e isso vem se perpetuando bastante com o tempo. No entanto, isso não impediu que eu chegasse onde cheguei. Hoje eu crio dois filhos para respeitarem as mulheres. Normalmente eu digo em minhas falas: “Mulheres, vocês são mais da metade no mundo e são mães da outra metade. Logo, está em nossas mãos que as futuras gerações respeitem cada vez mais as mulheres e coloquem essa questão da igualdade para funcionar realmente” (Vereadora Eliza Virgínia, entrevista de 30 de junho de 2016).

Pensamento equivalente externa a Vereadora Raíssa Lacerda quando nos afirma que é notória a vontade do homem querer exercer certa dominação sobre a mulher. Ela se diz engajada e entusiasmada na inclusão das mulheres na política para que a desigualdade de gênero seja atenuada. Ela deixa claro que levanta a bandeira das mulheres e que faz isso, inclusive, em programas de televisão quando tem oportunidade a fim de que a ideia seja divulgada.

A gente sente na pele muitas situações. Nas minhas primeiras campanhas alguns homens chegavam para mim e diziam “Porque você está pedindo meu voto? Lugar da mulher é na cozinha”. Isso é um preconceito que dói muito, principalmente para nós que defendemos tanto as mulheres. As mulheres devem circular por qualquer meio, existem pilotas mulheres, bombeiras, taxistas e etc. Existe, sim, ainda muito machismo na política e em vários espaços, mas isso tende a mudar colocando-se mais mulheres na Câmara, na Assembleia e assim por diante. Então, vamos tentar aumentar esse número para que a mulher conquiste cada vez mais seu espaço e mostre várias políticas públicas interessantes, principalmente voltadas para outras mulheres. Nós, mulheres, temos mostrado que podemos conquistar o espaço, lutamos pelo que acreditamos, fazemos por merecer, somos transparentes, então eu acho fundamental esse crescimento. Enquanto presidente que fui do PSD pude perceber que falta encorajar que as mulheres se candidatem. Muitas chegavam para mim dizendo que não se candidatariam exatamente por medo de sofrer preconceito e outras porque não tinham como conciliar o fato de ser mãe, mulher, esposa. Chegavam a dizer que se tornando políticas poderiam até perder o esposo. As pessoas, com o tempo, vem votando cada vez

mais nas mulheres, mas ainda é preciso mais (Vereadora Raíssa Lacerda, entrevista de 14 de dezembro de 2016).

Para a Deputada Camila Toscano, a Assembleia é um lugar tipicamente masculino, mas que é necessário olhar para os homens de igual para igual. Muito embora existam trinta e seis Deputados e apenas três Deputadas, ela menciona que já foi a várias reuniões que só tinham ela de mulher e que é bem comum está rodeada de Deputados homens. Para ela, a Assembleia Legislativa é um ambiente tipicamente masculino e que algumas mulheres se intimidam com isso. No entanto, torna-se necessário olhar os homens de igual para igual, já que na condição de mulher é possível, sim, a realização de um bom mandato:

A cultura machista, sem dúvida, é muito forte. A mulher é criada com o pensamento de que não pode, de que não é capaz e inconscientemente ela absorve isso o que acaba fortificando a dominação masculina. Sem intenção ou consciência, a mulher se torna cúmplice do homem nesse processo de ser subjugada e dominada, e isso está relacionado com a ideia de que ela é inferior. Acho que a presença do homem na política é exatamente em virtude do medo da mulher de entrar na política porque se olha muito para as dificuldades e acaba se criando um receio de entrar para esse espaço. Na Assembleia, não percebo resistência por parte dos homens em relação a entrada da mulher na política. Os Deputados me tratam de igual para igual. Não vejo qualquer tipo de discriminação ou preconceito. Eu sou igual a qualquer Deputado. Eu não sou diferente deles. Eu escuto muito que seria interessante a entrada de mais mulheres. Mas, para isso, é necessária a mudança do pensamento dos eleitores e das mulheres que venham a se candidatar. Não é bom se candidatar para preencher a cota, mas se candidatar de verdade (Deputada Camila Toscano, entrevista do dia 13 de setembro de 2016).

A Deputada Daniella Ribeiro, por sua vez, entende que:

Sem dúvida ainda existe muito machismo na política. Com certeza. Eu vou te dizer uma situação que marcou muito para mim. Essa situação, inclusive, já aconteceu comigo e com outras mulheres políticas: “Agora vamos convidar a Deputada, a Vereadora, a prefeita fulana de tal para enfeitar a mesa”. Enfeitar a mesa? Enfeitar a mesa é demais, chame um vaso que é melhor. Então, nós não estamos lá para enfeitar, estamos lá para dá nossa contribuição com conteúdo. Nós representamos mais de 50% da população. Eu já passei por alguns constrangimentos pelo fato de ser mulher a política. Quando fui eleita como vereadora, um portal da internet colocou que eu tinha sido eleita para passar batom e pentear o cabelo na Câmara de Vereadores e achei essa matéria bem pejorativa. Já passei por situações que se não tivermos cuidado, existe certa intimidação. A maioria dos homens são

respeitadores e reconhecem o papel e importância da mulher na política, a igualdade de gênero no espaço político. Mas, infelizmente, existem outros que acham que a mulher só serve para gritar e é preciso se impor. Não podemos ceder o nosso lugar (Deputada Daniella Ribeiro, 10 de julho de 2016).

Pensamento semelhante externa a Deputada Estela Bezerra quando percebe que o ambiente da política é todo voltado para o homem e que a mulher, em virtude da cidadania ter sido tutelada por uma ideologia patriarcal, a entrada da mulher em espaços de poder, como é o caso da política, se deu de maneira tardia:

Até o banheiro das mulheres é uma inclusão muito recente. A estrutura é muito masculina. Os termos são todos muito masculinos. Não existe muito a flexão de gênero. É um ambiente classista, racista. Desde a época da ditadura, há uma ausência de espírito público. Acredito que existem poucas mulheres na política, mas as que existem precisam ser libertárias, democráticas e defender os interesses coletivos. Vejo como inviável entrar na política para tentar crescer sozinha ou favorecer um grupo de familiares a ter privilégios, já que a política requer gente do bem e com ética. Sem dúvida, as mulheres entraram de maneira tardia no mercado de trabalho e também tardiamente começaram a votar e ser votadas em decorrência da cidadania ter sido tutelada por uma sociedade patriarcal e machista por muito tempo e que ainda persiste. Os espaços de poder não foram pensados por mulheres nem para as mulheres, muito menos foram preparados para as diferenças (Deputada Estela Bezerra, entrevista de 27 de julho de 2016).

A realidade nos mostra que a mulher ainda é encarada como inferior ao homem em diversos aspectos e é influenciada pelo contexto sociocultural que estabelecia as interações e absorções que mitigava a autonomia e liberdade das mulheres. Logo, a figura da mulher dominada pode ser afastada se houver um processo correto de aprendizagem da mulher e de empoderamento, desde a sua infância, a fim de coibir a perpetuação dos valores machistas e sexistas que se fazem presentes até os dias de hoje.

A cultura, os hábitos, as tradições possuem uma influência enorme no desenvolvimento das pessoas, já que estão intimamente relacionadas ao senso comum. O senso comum, por sua vez, solidifica a visão de mundo que nós temos e que passamos para os nossos descendentes. Se a cultura machista se apresenta como uma visão de mundo, emanada pelo senso comum, há uma tendência pela manutenção da mulher nos espaços menos prestigiosos.

Nesse diapasão, é válido destacarmos a noção do filósofo pragmático Richard Rorty (1992) acerca do tema. Para ele, o senso comum se trata de uma ideia imobilizadora, uma vez que congela pensamentos e propostas inviabilizando, conseqüentemente, a busca coletiva por novas propostas, inclusive aquelas mais socialmente inclusivas, uma vez que seus adeptos passam a generalizar as regras do jogo a que estão habilitados a jogar. Em outras palavras, o senso comum vem para reforçar as ideias já concebidas de maneira hegemônica entre os indivíduos de uma sociedade.

O ser humano é sujeito passivo e ativo na construção do mundo. Ao mesmo tempo em que ele se constrói e se transforma, ele constrói e transforma o mundo em que ele vive. Sendo assim, existe a ideia de que as crianças, a partir do momento em que passam a ter a mínima compreensão possível do mundo a sua volta, sejam levadas pelo aprendizado da igualdade entre os gêneros. Se o senso comum é perpetuado, cuja base está associada aos ditames já vigentes principalmente pelos ditames impostos pelas vozes uníssonas dos homens, a mulher continuará a ser vista como uma mera coadjuvante na sociedade em que vive. Se isso for superado, formar-se-á uma corrente do bem, sem preconceitos ou dominações desnecessárias.

III CAPÍTULO – A LUTA FEMINISTA: O BRASIL E AS POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO

É pertinente pensarmos como deve ter sido penoso o trabalho de nossas antecessoras para que as mulheres possam estar hoje usufruindo de algumas de suas conquistas. Pensar que todas essas conquistas foram alcançadas é ilógico. Ainda nos deparamos com limitações quanto ao aborto, quanto à violência doméstica, quanto aos salários inferiores aos dos homens e tantos outros pleitos existentes na pauta feminista.

O estigma relacionado à mulher pode ser evidenciado desde as sociedades primitivas, mas que pôde ser minimizado através das lutas travadas por mulheres que com o tempo ganharam consciência de que poderiam ocupar os mesmos espaços que os homens, através da evolução do pensamento da sociedade e da mudança de olhar conferido até então às relações de poder que, em sua maioria, evidencia a força do homem sobre a mulher.

Aliado à transformação social e das relações de poder até então vigentes, embora de maneira encapotada, está a legislação que é dotada de respaldo para sugerir uma mudança comportamental, ainda que coercitivamente, mas que ainda não reflete sua força por ainda evidenciar um caráter patriarcal e mentalidade machista em suas formulações. O que sempre se buscou não foi a masculinização da mulher, mas um olhar com consideração dado a ela, um olhar com respeito para que ao invés do homem e mulher se encararem como rivais, se vejam através de forças somadas na edificação de uma sociedade sem preconceitos.

Hoje, como é sabido, a mulher pode votar e ser votada em igualdade com os homens. Ocorre que essa 'igualdade' não é refletida na prática, posto que as mulheres ainda encontram grandes dificuldades em se inserirem no espaço da política. Na tentativa de superar essas dificuldades, muitas vezes arraigadas à falta de financiamento, dificuldade em dar conta da casa e das atividades políticas ou simplesmente pela dominação masculina que ainda abraça o machismo e patriarcado, alguns mecanismos e discursos surgem para tentar mitigar essa situação.

Para que a cidadania em sua inteireza seja alcançada, é preciso ainda trilhar por grandes obstáculos. Para que possamos vislumbrar como se deu essa trilha legislativa da mulher, interessa-nos realizar uma correta observação dos fatos e da

história para que possamos ter condições de ponderar sobre o assunto, bem como também ter em mente que a conquista de direitos direcionada ao tratamento igualitário entre homens e mulheres não se dá simplesmente por uma alteração legislativa, mas principalmente através da sensibilização do povo, da conscientização da sociedade.

Para tanto, interessa-nos comentar sobre a luta do movimento feminista, que se consagrou como um dos grandes responsáveis pela consecução do direito da mulher de votar e ser votada e realizar uma breve análise sobre a trilha jurídica da mulher em âmbito nacional e a adesão do Brasil às Convenções e Tratados regulados pelo direito internacional.

3.1 Importantes feministas no processo de lutas e a conquista do direito de votar e ser votada

É notório que com o perpassar do tempo o sexo feminino vem lutando pela discussão e conquistas inerentes às suas reivindicações. Para que muitos direitos tenham sido auferidos, mulheres antecessoras precisaram ir às ruas e confrontar a força dominante de suas épocas. As reivindicações voltadas ao direito de voto, concebido como direito democrático, se deram através de duras penas pelas ativistas que se mobilizaram em torno dessa causa, ficando conhecidas como as sufragistas. Incontáveis foram as tentativas de incluir direitos políticos plenos às mulheres. Em contramedida, elas eram ridicularizadas e percebidas como inabilitadas para ocupar qualquer cargo político.

Tina Chanter (2006) demonstra como fora valiosa a distinção entre sexo e gênero para o firmamento do movimento feminista. Através dessa distinção é possível percebermos que o que materializa o obstáculo para o reconhecimento das mulheres são principalmente fatores culturais e sociais, tais como as opiniões, as tradições e convenções. O fator biológico, que era posto como o determinante para justificar sua estigmatização, deveria ficar em segundo plano. Assim sendo, ela relaciona o sexo aos argumentos biológicos e o gênero aos fenômenos culturais.

Para Chanter (2006), na esteira do desenvolvimento do movimento feminista, havia a necessidade de focar a injustiça acerca da exclusão das mulheres em algumas atividades de certa importância como, por exemplo, um papel ativo na política, no governo ou nas lideranças, que reservam lugar aos

homens e que parecem estar destinados a eles por uma ordem natural. Assim, seria preciso uma busca pela igualdade. Mas, que tipo de igualdade? Qual seria o paradigma para se alcançar esta igualdade?

Presumivelmente, o movimento feminista não visava estabelecer uma igualdade com os homens oprimidos, sem direitos ou em situação de inferioridade. Era preciso mais do que isso. Era preciso alcançar a igualdade com os homens privilegiados. Por esse motivo, segundo Bell Hooks, Angela Davis e Crenshaw, conforme citado por Chanter (2006) “o feminismo deveria ser definido não como um movimento pela igualdade, mas como uma luta contra a opressão, uma luta que reconhece que a opressão não está confinada ao sexismo [...]”. Assim, elas defendem um modelo inter-relacional de gênero, raça, classe e sexualidade, advogando em favor de uma compreensão “coalizacional” do feminismo.

Entre os vários motivos que poderiam justificar o cenário da dominação masculina em espaços de poder, como a política, está o fato das mulheres terem sido (e boa parte continua sendo) vítimas de suas histórias de submissão por se apresentarem na condição de aliadas de seus opressores, já que permitiam que os homens tomassem decisões éticas em seus nomes. Logo, verificamos a importância da ideia de Gênero na formulação do programa feminista.

A dificuldade enfrentada pelas mulheres na conquista em assumir funções sociais relevantes foi e ainda continua sendo árdua. Muitas vezes, eram silenciadas e restritas a funções menos nobres ainda que estivessem arraigadas no meio daqueles do sexo masculino, mas que não as valorizavam. O movimento feminino só veio a angariar as forças necessárias na medida em que as mulheres passaram, aos poucos, a obter consciência de que não eram diferentes dos homens, não havendo motivo que as colocassem no plano da invisibilidade.

Para Batista (2008), essa caracterização de submissão está muito atrelada à cultura europeia vanguardista que sofreu grande interferência dos ditames patriarcais no tempo do Brasil Império, a mesma adotada na época da escravidão. Nesse momento, raras foram as mulheres que tiveram poder de liderança e se expuseram na luta pelos seus direitos e pela possibilidade de se expressarem livremente.

Insatisfeito com essa realidade, o movimento feminista se fortifica cada vez mais com o passar dos anos, ganhando cada vez mais notoriedade e visibilidade. Um grande exemplo da força feminina pôde ser demonstrado durante o

período da Ditadura Militar, quando as mulheres passaram a liderar vários movimentos de oposição em defesa de direitos. Segundo Vera Soares, em sua obra 'Muitas faces do feminismo no Brasil', a presença das mulheres na arena política foi construída na Ditadura, demonstrando-se como um dos elementos que mais contribuiu para os processos de mudança no regime político. As mulheres deste período tiveram espaço para uma maior ação política em contraposição ao imaginário social que as viam como cidadãs despolitizadas ou intrinsecamente apolíticas.⁵

A maioria de suas reclamações girava em torno da capacitação profissional e da derrubada dos obstáculos ao trabalho feminino remunerado, como bem entende Rachel Soihet, em sua obra intitulada "A conquista do espaço público". Segundo ela, além das mulheres pobres, passaram a atuar em prol da causa feminina mulheres de outros segmentos da sociedade, até mesmo os mais elevados, na reivindicação à educação, direito de voto e de elegibilidade (SOIHET, 2013, p. 218). Para Vera Soares,

As feministas, como expressão de uma das vertentes deste movimento, traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade e que se concretize a partir da construção de uma prática social que negue os mecanismos que impedem o desenvolvimento de sua consciência como seres autônomos e que supere a exclusão. As feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central, e a partir daí se articulam com as outras vertentes do movimento de mulheres (SOARES, 1995, p.39).

Nesse sentido, foram vários os nomes de mulheres que tiveram papel fundamental nas conquistas dos direitos femininos, especialmente o direito de votar e ser votada. Entre elas, podemos destacar Dionísia Gonçalves Pinto, pseudônimo de Nísia Floresta, Maria Firmina dos Reis, Brasileira Augusta, concebida como a primeira feminista brasileira, Bertha Maria Julia Lutz, Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira (Mietta Santiago), Luiza Alzira Soriano Teixeira, Celina Guimarães Vianna e Carlota Pereira de Queiroz.

Nísia Floresta (1810-1885) engajou-se na causa da capacitação intelectual das mulheres e de seu direito à educação. Ela passou a ter notoriedade com a

⁵SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/porta1/uploads/feminismo_brasil.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2016.

publicação de seu livro que ficou conhecido como a tradução livre de '*A vindication of rights of woman*', da feminista inglesa Mary Wollstonecraft (1792), intitulado por Nísia Floresta como "Direito das mulheres e injustiça dos homens" (1989 a). Ela foi uma das primeiras mulheres a publicar textos em jornais, logo quando a imprensa nacional começou a ter destaque. No seu ensaio intitulado "A mulher", ela reafirma qualidades tipicamente domésticas das mulheres. Muito se questionou se ela não estava reproduzindo o discurso machista ao colocar as mulheres num lugar subalterno da sociedade. Ela queria, à sua maneira, subverter a ordem estabelecida. Inspirada em August Comte, idealizador do positivismo, Nísia acreditava que sendo as mulheres que educavam os homens, havia a possibilidade de ser alterada a hierarquia de poder presente nas relações entre os sexos, sendo as mulheres instrumentos não só para educar os meninos, mas também para regenerá-los. O uso dos dons "naturais" das mulheres permitia que elas garantissem, no futuro, um papel de destaque (PRADO & FRANCO, 2013, p. 207-208).

O gênero literário Romance também constituiu uma grande arma política, já que possibilitava a divulgação de enredos dramáticos. Nesse sentido, destacou-se Maria Firmina dos Reis (1825-1917) que tratava a escravidão como uma situação que causava atrocidades e injustiças aos escravos comovendo, assim, os leitores. Em suas obras, retratar mulheres e escravos na posição de vítimas oprimidas exaltando, em contrapartida, suas qualidades foi naquela época uma grande estratégia para angariar diversas simpatias que eram contra o poder do forte sobre o fraco. A mulher branca e o escravo se separavam somente pela sua condição social, mas eram unidos pela condição de subordinação a qual estavam submetidos (PRADO & FRANCO, 2013, p.203).

Outra mulher de destaque no papel libertário da mulher e importante figura na campanha pela emancipação feminina foi Bertha Maria Julia Lutz, mais conhecida como Bertha Lutz (1894-1976). Ela foi a segunda mulher a entrar no serviço público no Brasil e uma das mulheres mais atuantes do movimento sufragista brasileiro. Junto com suas companheiras, Bertha se reunia em associações fazendo pronunciamentos públicos. Em 1918, Bertha enviou uma carta à 'Revista da Semana', no intuito de convocar as mulheres a lutar pela emancipação feminina. Em 1922, participou efetivamente da criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e representou o Brasil na Assembleia Geral das

Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos. Além disso, Bertha Lutz se apresentou como uma das fundadoras da Legião da Mulher Brasileira. Durante a Primeira República, solicitou à Câmara de Deputados um projeto referente ao trabalho da mulher na indústria, o qual implicava na regulamentação de leis de Previdência e Assistência, o qual só foi contemplado nos anos 30 (SOIHET, 2013, p. 207-208).

Em 1920, junto com Maria Lacerda de Moura (1887-1945), outra feminista, criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, já que acreditavam que as mulheres precisavam de uma “educação racional” que levasse à perfeita emancipação intelectual. Já em 1934, Bertha Lutz foi indicada para representar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino na Comissão de Elaboração do Anteprojeto à Constituição de 1934. Com sua grande contribuição, o sufrágio feminino foi garantido mediante a inclusão do art.108 na Constituição de 1934 (SOIHET, 2013, p. 218-221). Vejamos um de seus discursos proferido em 28 de julho de 1936:

A mulher é metade da população, a metade menos favorecida. Seu labor no lar é incessante e anônimo; seu trabalho profissional é pobremente remunerado, e as mais das vezes o seu talento é frustrado, quanto às oportunidades de desenvolvimento e expansão. É justo, pois, que nomes femininos sejam incluídos nas cédulas dos partidos e sejam sufragados pelo voto popular (Bertha Lutz, 1936).⁶

Aproveitando-se de tal brecha, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte lançou a candidatura de Luiza Alzira Soriano Teixeira, que se tornaria a primeira mulher a ser eleita para um mandato político no Brasil como prefeita do município de Lages, Rio Grande do Norte (SOUZA, 2015, p.27).

Outro nome deveras importante no processo de conquista do voto feminino é o de Celina Guimarães Vianna (1890-1972), posto que ela foi a primeira mulher votante no Brasil, em 1927, na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, o primeiro Estado que estabeleceu a não diferença entre os sexos para o exercício do sufrágio. Nascida no Rio Grande do Norte, Celina entrou para a história uma vez que não foi só a primeira eleitora do Brasil, mas, também, da América Latina (TRE RN, 2016).

⁶ Discurso de Bertha Lutz retirado do site do Senado Federal, Portal de notícias da Edição 546, de 08 de março de 2016, disponível em: <http://www12.senado.leg.br/cidadania/edicoes/546/discursos-de-bertha-lutz-ha-80-anos-permanece-atual>> Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

Outro importante nome para a inclusão da mulher em espaços importantes foi o de Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira, mais conhecida como Mietta Santiago (1903-1995). Ela foi a primeira mulher no país a exercer os direitos de votar e ser votada. Quando retornou da Europa, onde estudou advocacia, deu-se conta que a Constituição Federal de 1928 (CF/1928), no artigo 70, não previa o veto ao voto feminino. Oportunamente, impetrou um mandado de segurança, conseguindo o direito de votar e ser votada ao cargo de Deputada Federal, embora não tenha logrado êxito para o mandato. Tal situação foi tão inédita na época que deu origem a um poema dedicado à ela, escrito por Carlos Drummond de Andrade, intitulado “Mulher Eleitora”. Vejamos:

Mietta Santiago
loura poeta bacharel
Conquista, por sentença de Juiz,
direito de votar e ser votada
para vereador, deputado, senador,
e até Presidente da República,
Mulher votando?
Mulher, quem sabe, Chefe da Nação?
O escândalo abafa a Mantiqueira,
faz tremerem os trilhos da Central
e acende no Bairro dos Funcionários,
melhor: na cidade inteira funcionária,
a suspeita de que Minas endoidece,
já endoideceu: o mundo acaba.⁷

Carlos Drummond de Andrade

Em seguida, convém mencionarmos Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982), a primeira mulher brasileira a ser eleita Deputada Federal e a única a assinar a Constituição de 1934, ao lado dos outros 252 constituintes, todos homens. Afirma Schpun (1999), que Carlota (médica, escritora e pedagoga) participou ativamente da assistência voltada aos feridos do movimento da contestação à revolução de 30. Em 1933, foi a única mulher eleita à Assembleia Nacional Constituinte e passou a integrar a Comissão de saúde e educação. Foi

⁷Trecho de poema retirado do site do Tribunal Superior do Trabalho, disponível em: http://www.tst.jus.br/home?p_p_id=15&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_15_struts_action=%2Fjournal%2Fview_article&_15_groupId=10157&_15_articleId=1196614&_15_version=2.3 Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

em 1934 que se elegeu Deputada Federal pelo Partido Constitucionalista de São Paulo (1934-1937). Vejamos um de seus discursos⁸ proferidos em 1934:

Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas. (...) Quem observar a evolução da mulher na vida, não deixará por certo de compreender esta conquista, resultante da grande evolução industrial que se operou no mundo e que já repercutiu no nosso país. (...) O lugar que ocupo neste momento nada mais significa, portanto, do que o fruto dessa evolução (Carlota Pereira de Queiroz, 13 de março de 1934).

É nítida a importância exercida pelas lutas das feministas ao longo das últimas décadas que viabilizaram, sobremaneira, a possibilidade da mulher votar e ser votada. O feminismo construiu diversas formas de encarar a realidade social, outrora intensamente desigual, e reescreveu o discurso em prol da igualdade entre homens e mulheres, sem privilégios ou diferenças.

Para Soares (1994), muitos netos hoje são diferentes de suas avós em virtude da ação das feministas no momento em que aqueles estavam crescendo. As lutas versavam sobre inúmeras causas. Na década de 90, por exemplo, as feministas lutaram pela inclusão das cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e etc. Esse foi um momento em que o cenário era de multiplicação de espaços sobre os quais atuava o feminismo.

Como pudemos perceber, somente há pouco mais de 80 anos as mulheres passaram a ter o direito ao voto, em 1932, através do Decreto nº 21.076, posto no Código Eleitoral e consolidado na Constituição Federal de 1934. Muitas polêmicas foram travadas acerca da condição da mulher como apta a votar e ser votada. Conforme dito anteriormente, o Estado do Rio Grande do Norte, em 1926, valendo-se da autonomia de legislar sobre matéria eleitoral, foi o primeiro a prevê o direito de votar e ser votado a todos os cidadãos, sem distinção de sexo. Foi quando, em 1927, alistou-se Celina Guimarães Vianna, a primeira eleitora do Brasil.

Diante de várias contestações, coube ao Código Eleitoral, em 1932, trazer uma aplicabilidade nacional para o voto feminino, embora fosse ele facultativo. No

⁸Discurso retirado do site da Câmara dos Deputados, como homenagem referente ao dia internacional da mulher. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/camara-destaca/mulheres-no-parlamento/destaques/discurso-de-carlota-pereira-de-queiroz-primeira-deputada-federal> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

art. 2º, previa que o voto era destinado ao “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”, mas no art.121 previa "as mulheres em qualquer idade", além dos homens com idade superior a 60 anos, podiam "isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral" (VOGEL, 2012, p.8).

A CF/34, por sua vez, previu em seu art.108, caput, que "são eleitores os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei", sendo obrigatórios o alistamento e o voto apenas para as mulheres que exercessem função pública remunerada. Ainda prevalecia, pois, a norma da facultatividade para as mulheres. O alistamento e voto da mulher só passaram a ser dotados de obrigatoriedade na CF/46, excepcionando-se as situações de perda ou suspensão de direitos políticos que até hoje vigora (Karawejczyk, 2007, p.14).

O ato de rever, incessantemente, a concepção de que o lugar das mulheres se adstringe ao lar, ao ambiente privado, a cuidar da casa e dos filhos é necessário. Trabalhando de maneira mais intensa a ideia de que as mulheres têm a capacidade de integrar o domínio público, como a política, e de terem as rédeas de sua própria vida, de serem independentes de qualquer figura masculina e de evidenciarem a capacidade que têm de se autogovernarem, sem dúvida, a trilha das conquistas femininas seria menos espinhosa.

3.2 A trilha jurídica da mulher

É notória a importância exercida pelo Direito e pelas Políticas Públicas voltadas para as mulheres, pois a partir destas, algumas conquistas passam a ser mais evidenciadas e existe uma maior possibilidade de serem exigidas. Há algum tempo, o Brasil vem trazendo em seu bojo jurídico algumas alterações em suas leis que, em certa medida, trouxeram muitas conquistas para as mulheres, sejam no campo familiar, no campo laboral, no campo relativo ao gênero, e em vários outros setores que prezam pela sua igualdade com o homem, bem como também vem regando ideias voltadas para políticas públicas que viabilizam a inserção da mulher na vida laboral, inclusive no espaço da política.

Além dessa preocupação da elaboração de instrumentos que viabilizem esse cenário de desenraizamento da mulher do espaço privado, muitas vezes encarado como privação, o Brasil também é signatário de alguns instrumentos internacionais que têm força de Emenda Constitucional (EC) e, além de criar a

obrigação de satisfazer o compromisso firmado perante os brasileiros, também deve mostrar aos organismos internacionais com os quais assumiu compromisso que está perfazendo as exigências impostas.

Ocorre que nem tudo são flores. O Direito, às vezes, encontra-se enrijecido pela realidade que o cerca. É possível constatarmos que ele ainda segue um ditame patriarcalista e que muitas vezes, ao invés de constituir novos cenários, ele acaba tão somente refletindo cenários antigos.

É nítido que as relações de gênero são marcadas pela presença do poder, de uma rivalidade entre homem e mulher, muito embora saibamos que nessa luta ganha o homem tendo em vista a força do patriarcalismo ainda vigente em nosso país. Aos poucos, as mulheres vêm ganhando seu espaço por influência das novas relações humanas que vêm se caracterizando com o tempo, embora percebamos que ainda que as mulheres sejam inseridas na política, ainda não são plenamente legitimadas, pois por mais que realizem a liderança com o mesmo zelo que os homens, ainda não são completamente reconhecidas nesse espaço.

As conquistas de direitos das mulheres foram incontestavelmente importantes alterando, em certa medida, algumas relações humanas e sociais. Percebemos que existe uma construção social muito forte em torno da mulher que a impede de abandonar a vida doméstica. A mulher que abandona um lar é condenada moralmente, um homem que abandona o lar não é tão criticado. A mulher, ao ser medida, ela tem que ser boa mãe, boa esposa, boa filha, ou seja, tem que está boa em tudo na esfera doméstica, para ser boa na vida pública.

Apesar de algumas conquistas na seara jurídica, é de bom alvitre registrarmos que o Direito poderia ter uma força mais significativa de alterar alguns cenários, mas as vezes essa força é tão mínima que não é suficiente para alterar a realidade, uma vez que ela continua limitada pela estrutura que a sustenta. As leis costumam surgir mais voltadas para uma reflexão do que propriamente para a constituição de uma nova realidade social. Qualquer modificação que o Direito intuisse em incorporar, essa não vinha propriamente para desafiar as bases do patriarcado-capitalismo. O sistema jurídico, por muito tempo, girou em torno do sujeito de direito e esse sujeito, ainda que abstrato, é masculinizado, já que usufrui plenamente dos direitos políticos, os quais no patriarcado pertencem aos homens (CUNHA, 2014, p.7).

O Direito, assim, se identifica com o polo masculino no sistema dualista de gênero, sendo caracterizado como racional, objetivo, universal, ativo e dotado de poder. Ainda que, a partir da Constituição Federal de 1988, as mulheres sejam consideradas sujeitos de direito tais quais são os homens, o sistema jurídico ainda se encontra estruturado sobre a figura masculina. A igualdade se dá, portanto, comparando as mulheres aos homens. Não se rompe com a ordem patriarcal de gênero e sequer se admite a complexidade dos sujeitos. Por de trás da abstração, encontra-se um padrão de sujeito de direito: homem, branco, heterossexual e burguês - o qual tem seus interesses tutelados pelo sistema jurídico. A identidade das mulheres com este sujeito jamais será plena, mas será em maior ou menor grau a depender de sua raça/etnia, sexualidade e classe social. [...] O direito patriarcal impregna o Estado e é dele que deriva a liberdade civil (CUNHA, 2014, p. 8).

Logo, segundo Facio (1999, p.27) citado por Cunha (2014, p.8), podemos intuir que o Direito é notoriamente masculinizado, na medida em que falta intervenção no sentido de proteger as mulheres em setores femininos e masculinos. Não se considera as necessidades das mulheres como humanas, mas, sim, como especiais. Ora, a título de exemplo, a licença maternidade é vista como uma regalia das mulheres, e não como um bem voltado para o coletivo. Quando fica muito nítida alguma necessidade da mulher, a intervenção é feita sob a ótica masculina o que reflete na ideia de que a igualdade que o Direito estabelece, ou tenta estabelecer, jamais será plena, já que parte de um falso pensamento de que as leis e a administração da justiça são neutras em termos de gênero.

Ainda que exista esse enrijecimento no Direito, intuímos pela necessidade de registrarmos algumas mudanças que vieram para trazer benefícios às mulheres, seja através de novas leis internas, seja através da adesão do Brasil aos Tratados Internacionais mediante Convenções, seja através de Políticas Públicas e que contribuem, direta ou indiretamente, num maior ingresso da mulher na política. Não obstante, vejamos precedentemente breves considerações acerca da luta feminista e a busca pelo direito de votar e ser votada expondo nomes de mulheres que fizeram toda a diferença para que esse direito fosse granjeado.

É inquietante pensarmos como deve ter sido penoso o trabalho de nossas antecessoras para que possamos estar hoje usufruindo de algumas de suas conquistas. Pensar que todas essas conquistas foram alcançadas é ilógico. Ainda nos deparamos com limitações quanto ao aborto, quanto à violência doméstica, quanto aos salários inferiores aos dos homens e tantos outros pleitos existentes na

pauta feminista. Para que a cidadania em sua inteireza seja alcançada, é preciso ainda trilhar por grandes obstáculos. Para que possamos vislumbrar como se deu essa trilha legislativa da mulher, interessa-nos realizar uma correta observação dos fatos e da história para que possamos ter condições de ponderar sobre o assunto.

Desde muito tempo atrás, a legislação, entendida como um conjunto de leis que normatiza alguma situação específica, bem como o comportamento dos indivíduos, cria ou reflete situações da realidade, exercendo grande importância na construção e desenvolvimento da sociedade. Seja através de leis, decretos, regulamentos, a humanidade passou a ter sua harmonia e convivência guiada por uma legislação, ainda que por meras normas de condutas. No que diz respeito à trilha legislativa que envolve a mulher, segundo Cortês (2013), nem tudo foram rosas. A maioria das legislações, inclusive a brasileira, realçou uma desigualdade entre homens e mulheres, atribuindo a elas menos direitos.

O Brasil já teve oito Constituições. Uma Constituição Federal (CF) é concebida como a norma máxima de uma nação e também pode ser chamada de Carta Magna. Tão importante que tem o condão de chegar até a vida íntima das pessoas, regulando relações, direitos e deveres. A primeira Constituição Federal foi a de 1824 e que concebia cidadãos brasileiros apenas os homens com propriedades, já que mulheres, homens livres e escravos estavam excluídos de quase todos os atos da vida civil. A Constituição de 1891 afirmava que todos eram iguais perante a lei, muito embora as mulheres não estivessem incluídas nesse rol. A Constituição Federal de 1934 trouxe a indissolubilidade do casamento. Três anos antes, um Decreto estabeleceu que a mulher poderia votar e ser votada. No entanto, esse direito veio com reservas ao ser incorporado na CF/34 quando estabeleceu que as mulheres poderiam votar e serem votadas se exercessem função pública remunerada, salvas as exceções que a lei determinasse (CORTES, 2013, p. 261-262).

A Constituição Federal de 1937, por sua vez, preservou o direito do voto sem as reservas. A Constituição Federal de 1946 trouxe uma involução para a mulher quando retirou a expressão “sem distinção de sexo” na premissa que “todos são iguais perante a lei”. A Constituição Federal de 1967 não trouxe muitas mudanças para as mulheres. Por fim, a Constituição Federal de 1988, concebida como a Constituição Cidadã, teve grande influência pelo *lobby do batom*, e trouxe como conquistas várias das reivindicações femininas, entre elas a igualdade de

todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, direitos e deveres conjugais passaram a ser exercidos com igualdade pelo homem e pela mulher e entre outros (CORTES, 2013, p.262-264).

Com relação à Legislação Civil, nos convém mencionar o Código Civil de 1916 que, aos poucos, foi se tornando provinciano com inúmeras alterações posteriores. Ele era robusto de matérias discriminadoras no que diz respeito à mulher, tratando-a como um ser relativamente incapaz, que necessitava de proteção e orientação masculina. Se quisessem, por exemplo, exercer uma profissão, precisavam da autorização de seus maridos.

Uma das alterações sofridas pelo Código Civil de 1916 foi o advento do Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/1962), que restringiu o termo “relativamente incapaz” atribuído às mulheres casadas e estabeleceu o exercício do pátrio poder a ambos os pais. Antes disso, ao se casar, a mulher tinha restritos seus direitos civis dependendo da autorização de seu marido para serem exercidos. Antes de se casarem, essas mulheres viviam sob o poder do pai. Quando se casavam, passavam a viver sob o poder do marido (CUNHA, 2014, p.7). Outra lei que teve suma importância foi a Lei nº 6515/77, a Lei do Divórcio, que veio acompanhada de algumas condicionalidades como, por exemplo, a separação judicial prévia, mas que foram abolidas 34 anos depois, em 2010, pela Emenda Constitucional (EC) nº66.

Finalmente, chegamos ao Código Civil de 2002 (CC/02) que trouxe consigo várias reivindicações das mulheres da época. A isonomia entre homens e mulheres se tornou mais nítida, trocou-se a expressão *pátrio poder* para expressão *poder familiar*, trouxe a igualdade nas obrigações para o sustento da família, e etc.

Já no que diz respeito ao Direito Trabalhista, temos que a grande dificuldade no que diz respeito à mulher era o não cumprimento da legislação. Hoje em dia, é proibida a desigualdade de remuneração entre homens e mulheres, é vedada a exigência de atestados de gravidez e esterilização, as revistas íntimas e o assédio sexual no trabalho. Temos, ainda, que pela CRFB/88 é estabelecida a licença gestante de 120 (cento e vinte) dias e esse prazo pode ser dilatado por mais 60 (sessenta) dias caso a empresa adira ao Programa Empresa Cidadã (Lei nº 11.770/08 que concede incentivo fiscal às empresas que oportunizam a prorrogação da licença-maternidade). Além disso, a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 (CLT/43), até hoje vigente, traz um capítulo exclusivo para a

trabalhadora mulher versando sobre vários de seus direitos (CORTES, 2013, p.279-281).

Sabemos que o acesso das mulheres à representação política resulta da combinação de uma série de elementos de caráter ideológico, econômico e político. No Brasil, podem ser mencionadas dentro desses elementos as leis eleitorais, entendendo-as como sistemas eleitorais básicos, nos quais se destaca a adoção de medidas específicas como as cotas e outras formas de incentivos estratégicos para os selecionadores partidários e para os candidatos. Para Barros e Santos,

A lógica da preservação ou expansão dos ganhos eleitorais em razão da participação da mulher tende a exercer um efeito inercial nos Partidos Políticos, a qual pode ser quebrada pelas cotas, mas que também condiciona a possibilidade de sua implementação, mesmo quando há compromissos ideológicos mais explícitos, como é o caso da representação de interesses corporativos específicos do universo feminino (BARROS & SANTOS, 2015, p.6).

A Lei nº 9.504/97 estabelece as normas para as eleições, e seu art.10, § 3º sofreu um acréscimo dado pela Lei nº 12.034/2009, que traz consigo as cotas direcionadas aos partidos políticos. Essa foi uma inclusão importante, pois se apresenta como um importante instrumento para a promoção do empoderamento da mulher na política. Esse dispositivo está disposto em nosso ordenamento jurídico pátrio com o propósito de minguar a desigualdade de gênero estabelecido no espaço da representatividade política. Vejamos:

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

Essa ação afirmativa de cotas por sexo busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. É uma medida compensatória e ao mesmo tempo distributiva, já que possibilita que mais mulheres ocupem espaços de poder e que assegurem a igualdade com os homens (GROSSI, 2001, p. 169). Sem dúvida, embora de maneira pequena, a chamada Lei de Cotas influi positivamente na inclusão das mulheres na política através da construção de posturas novas tanto no eleitorado, como nos partidos políticos.

Ainda que haja motivação para a reformulação de certos paradigmas, ainda há muito a ser feito. A Lei de Cotas, embora tenha uma intenção majestosa no sentido de abrandar as dificuldades das candidaturas femininas e ainda seja considerada uma importante ferramenta na inclusão destas mulheres nesse notório espaço de poder, aparentemente não está conferindo os resultados que se esperavam. O que podemos perceber é que a determinação legal não foi cumprida nas últimas eleições e teve como consequência direta a inexpressiva representação da mulher na política em termos numéricos.

Para Paiva (2008), criamos uma grande expectativa de que o cenário da baixa representatividade feminina fosse substancialmente alterado e houvesse o consequente aumento no número de mulheres eleitas. No entanto, o impacto gerado pela Lei de Cotas foi muito discreto, ou seja, a presença feminina em cargos de representatividade política encontra-se aquém daquilo que se esperava. A sua importância estaria relacionada ao fato de abrir as portas para as candidaturas dentro dos partidos e defender a igualdade de gênero.

Se o nosso país aplicasse as ideias democráticas que existem, em teoria, talvez nem fosse preciso a criação de uma lei de cotas que assegurasse uma igualdade de oportunidades dos gêneros na política. Já faz um tempo considerável que as mulheres podem votar e serem votadas. Essa desigualdade de gênero que persiste no espaço da política já era para ter sido minimizado. Aparentemente, houve um desvio no caminho que aspirava a concretização dos ideais democráticos. Para Alves (2006), o objetivo da política de cotas seria de frear e corrigir as injustiças que permeiam a nossa história, mas que deve ser percebida como uma política transitória para a promoção da igualdade e que deveria ser extinta quando os objetivos fossem alcançados.

Nesse interim, é de bom alvitre registrar o entendimento de Lima, Nascimento e Pontes, que afirmam:

A não exigência do efetivo cumprimento da Lei De Cotas, a não fiscalização por parte do Tribunal Superior Eleitoral, por exemplo, e a não punição dos Partidos Políticos pelo descumprimento da lei, são fatores que corroboram para a não eficácia da Lei de Cotas. Assim como o tratamento dado pelos partidos as candidaturas femininas, que parecem trata-las como “elementos de segunda classe” no meio eleitoral, já que não disponibilizam os mesmos recursos financeiros e estruturais que possam efetivamente preparar essas mulheres candidatas com reais possibilidades de disputa e êxito (LIMA, NASCIMENTO & PONTES, 2016, p. 320).

Nesse sentido, Grossi e Miguel entendem a Lei de Cotas sob um viés compensatório. Senão, vejamos:

No caso das cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Num primeiro momento, são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres (GROSSI & MIGUEL, 2001, p. 169).

Nesse contexto, impende destacar, ainda, que existem alguns mecanismos que inviabilizam a eficácia da Lei de Cotas prejudicando, sobremaneira, o fim para o qual ela foi criada. Alguns partidos políticos, com o intuito de não serem punidos pela Justiça Eleitoral em virtude de desrespeitarem a porcentagem mínima legal estabelecida pela Lei de Cotas, atuam de maneira a driblar, burlar tal determinação com a inclusão de candidatas “laranjas”. Elas são lançadas pura e simplesmente para preencher a quantidade necessária de candidaturas femininas, mas não são dotadas de qualquer tipo de preparo ou possibilidade de obter êxito no pleito eleitoral. Questionamos algumas entrevistadas sobre o que elas acham a respeito da Lei de Cotas. Para a Vereadora Eliza Virgínia, a lei de cotas é importante apesar de não ter surtido tanto efeito até o presente momento:

A lei de cotas é muito importante, apesar de não percebermos muita eficácia. É muito difícil a mulher se desapegar de tudo para entrar na política e essa lei surge como uma forma de incentivo para atenuar a desigualdade, mas não consegue solucionar muita coisa (Vereadora Eliza Virgínia, entrevista de 02 de julho de 2016).

Para a Vereadora Raíssa Lacerda, essa lei é muito importante para a entrada das mulheres e caso ela inexistisse ‘os homens passariam por cima das mulheres como tratores’:

Eu acho fundamental a cota voltada para as mulheres. E o motivo é simples: pois caso contrário, os homens não se preocupam em cumprir. Eu fui presidente do PSD e a minha preocupação era cumprir a lei de cotas, mas não no sentido puramente legal, mas cumprir no sentido de realmente colocar mulheres candidatas. Se inexistisse essa lei, os homens passam por cima de nós como tratores. Estou na luta para que nós mulheres sejamos mais unidas assim como ocorre com os homens. A situação vem melhorando com o tempo. Precisamos encorajar as donas de casas que teriam

um grande potencial na política. Eu mesma identifiquei várias situações como essas quando me deparava com mulheres lutando pelos direitos dos vizinhos, que levavam os vizinhos para tirar o RG e o CPF. Então é necessário encorajá-las. Eu mesma dizia a essas mulheres que elas poderiam se candidatar a vereadoras e muitas não se reconheciam nessa condição. Acho que é preciso mostrar a força da mulher ao povo (Vereadora Raíssa Lacerda, entrevista de 14 de dezembro de 2016).

Para a Deputada Camila Toscano, a inclusão da mulher na política pode crescer muito mais e um dos grandes motivos de não se perceber ainda significativas mudanças é que os partidos possivelmente colocam mulheres apenas para completar a cota, mas não oferecem subsídios para elas concorrerem efetivamente.

Embora tenha a Lei de Cotas, que reserva no mínimo 30% para um sexo, não existe ainda a eficácia necessária, uma vez que não há o investimento suficiente direcionado às mulheres que lançam sua candidatura. Os partidos pegam os nomes de mulheres para completar a cota, mas não direcionam seu olhar para elas, não investem o necessário para que elas venham a lograr êxito. Embora tenha 30% das cotas, muito desses 30% não é candidata, é só o nome. Interessante seria se a lei determinasse as cotas na obrigação das vagas pois, de fato, se elevaria o número de mulheres na política e a sociedade só teria a ganhar com isso. É necessária a mudança do pensamento dos eleitores e das mulheres que venham a se candidatar. Não é bom se candidatar para preencher a cota, mas se candidatar de verdade (Deputada Camila Toscano, entrevista de 13 de setembro de 2016).

Para a Deputada Daniella Ribeiro, a lei de cotas ainda não provocou grandes resultados, mas informa que já existe um projeto de lei que visa a obrigatoriedade da entrada de 10% das mulheres:

Hoje já tramita um projeto na Câmara Federal sobre a obrigatoriedade de já começarmos com 10% da entrada das mulheres, não só na candidatura, mas na obrigatoriedade das vagas. A gente ver que esses 30% das cotas não necessariamente surtiram muito efeito. Para você ter uma ideia, a Paraíba foi o Estado que mais teve candidatas, mas que não foram eleitas. Aparentemente, se candidataram só para cumprir as cotas. O que acontece é que antes de tudo tem que ter a reserva para que as mulheres de fato consigam entrar, uma obrigatoriedade, uma reserva de fato para a entrada dessas mulheres (Deputada Daniella Ribeiro, entrevista de 13 de fevereiro de 2017).

Para a Deputada Estela Bezerra, por sua vez, vê que existem 30% de cotas e isso se resume a 30% de cotas para as mulheres, já que não existe nenhuma situação em que as mulheres sejam mais do que 30% e muitas das candidatas mulheres são, na verdade, laranjas:

Nessa situação, muitas das mulheres são chamadas só para completar a cota e grande maioria não tem trajetória, nem condições materiais de competição. Eu tive apoio do partido, tanto material, como simbólico para me apresentar como candidata. Pela minha trajetória, não tive nenhum tipo de poder econômico, nem atração de voto através do poder econômico. A minha candidatura é boa de levar e fácil de conquistar, já que eu tive uma trajetória, uma história e um sentimento, além da notoriedade que tive quando era candidata à prefeitura de João Pessoa e isso deixou um capital político muito positivo. O que sinto é que as candidaturas das mulheres não têm um apoio financeiro diferenciado, inclusive para poder gerar a cultura da participação política das mulheres, não têm uma preocupação do partido e isso se reflete tanto na formação da garantia das candidaturas, como no investimento financeiro nas candidaturas (Deputada Estela Bezerra, entrevista de 27 de julho de 2016).

É perceptível a desigualdade de gênero que ainda se faz presente em nosso país, pois boa parte dos partidos políticos é liderada pelos homens e, embora tenhamos a lei que prevê uma participação mínima de 30% de um sexo e 70% de outro, sabemos também que o investimento pesado em diversos setores de divulgação de campanha (Horário gratuito de propaganda eleitoral, panfletagem e etc) é feita em favor dos homens. Seria interessante, pois, se os partidos políticos fornecessem os subsídios necessários para que a candidatura feminina tivesse chances reais de vitória.

As mulheres candidatas por determinado partido político, ao que parece, surgem tão somente para cumprir uma mera determinação legal. Talvez ainda esteja faltando medidas suficientes que assegurem uma competição justa e acirrada. Em outras palavras, interessante seria que os partidos políticos investissem de maneira igualitária em todos os seus candidatos, independentemente do gênero.

Dessa sorte, percebemos que existem outros meios decisivos para a elegibilidade de um candidato que são voltados, em grande maioria, para candidatos do gênero masculino. É o caso do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), garantido pela CRFB/88 através de seu art.17, §3º e, como se

sabe, ele é uma importante ferramenta para a divulgação da campanha de um candidato político e grande estratégia para promover sua candidatura. Isto porque, ainda que os eleitores não o façam diariamente, assistir as propagandas eleitorais durante semanas influencia, sobremaneira, na escolha do eleitor.

No entanto, infelizmente, nem todos os candidatos tem acesso a esse instrumento de relevada importância. Em virtude do tempo reduzido, apenas alguns candidatos do partido político conseguem esse privilégio. Coincidência ou não, a sub-representação feminina aparece de maneira mais potencializada nesse momento da campanha (ALVES, 2012, p. 453).

Podemos perceber as mulheres candidatas não têm condições de participarem de um guia eleitoral. Essa oportunidade não é conferida a elas com a mesma frequência que é dada aos homens do partido. O horário gratuito está disposto a todos os partidos para que eles disponibilizem para seus candidatos e que eles desejem colocar no ar. O horário gratuito é algo muito importante e dá as condições para todo mundo. No entanto, para isso, para que haja essa igualdade de condições, é preciso compreensão dos partidos.

Essa situação dificulta muito a inclusão da mulher na política, já que essas ferramentas são capazes de gerar o forte convencimento dos eleitores. Essa falta de apoio dos partidos políticos às candidaturas femininas aparece como um importante causa do desinteresse da mulher em participar desse espaço. Infelizmente os partidos políticos têm mantido uma lógica ainda bastante masculina de poder, com uma estrutura arraigada na cultura do patriarcado e, como sabemos, o planejamento, preparação e estratégias delineadas com o apoio dos partidos são importantes para elegibilidade de qualquer candidato e o que percebemos é que essa prática tem sido notoriamente omissa no que diz respeito ao lançamento das candidaturas femininas.

Na seara internacional sabemos que o Brasil é signatário de Tratados que versam sobre proteção e direitos das mulheres. Cunha (2014) nos informa que em 1981 o Brasil adotou o primeiro Tratado que versa especificamente sobre a proteção das mulheres, o qual foi fruto da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, resultado da I Conferência da mulher de 1979. Ocorre que em 1981, na III Conferência da Mulher, organizações de mulheres denunciaram a omissão dos Estados signatários quanto ao compromisso adotado.

Apenas em 1993, estabeleceu-se que os direitos das mulheres eram para serem vistos como direitos humanos, sendo parte indivisível dos direitos humanos universais. Ainda, em 1993, elaborou-se a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a mulher, também aderida no mesmo ano pelo Brasil. Já em 1995, nosso país assinou a Convenção de Belém do Pará, único tratado internacional que aborda sobre a violência de gênero, assumindo o compromisso de elaborar políticas públicas e realizar serviços em favor da proteção das mulheres (CUNHA, 2014, p. 158 e 159).

É interessante mencionarmos, ainda, sobre a Convenção 156 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que trata acerca das Responsabilidades Familiares. Essa Convenção, também conhecida como Convenção sobre os trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares, constitui um verdadeiro avanço na pretensão de se alcançar a igualdade de gênero. Através de um reconhecimento de que a questão da igualdade de gênero deve ser colocada como imprescindível pelas políticas nacionais, favorecendo o pleno desenvolvimento entre trabalhadores e trabalhadoras e na conciliação com o pleno desenvolvimento de suas famílias, a Convenção 156 veio para estabelecer caminhos para guiar homens e mulheres que, responsáveis pela sua família, precisam ingressar e progredir em seus empregos. Segue, pois, o que dispõe o seu Art.1º e 6º:

Art.1º A presente Convenção aplica-se a homens e mulheres com responsabilidades com relação a seus filhos e filhas dependentes, quando estas responsabilidades restringem a possibilidade de se prepararem para uma atividade econômica e nela ingressar, participar ou progredir.

Art.6º As autoridades e órgãos competentes de cada país devem adotar medidas apropriadas para promover a informação e a educação que gerem uma compreensão pública mais ampla do princípio da igualdade de oportunidades e tratamento para trabalhadores e trabalhadoras e dos problemas daqueles e daquelas com responsabilidades familiares (grifo nosso), bem como uma opinião pública favorável à solução desses problemas (Convenção 156, OIT)⁹

Ocorre que passados quase 35 anos de sua elaboração, o Brasil ainda não se tornou signatário dessa Convenção (único país do Mercosul que ainda não

⁹ OIT BRASIL (2009). "Convenção 156 - Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Trabalhadores e Trabalhadoras com Responsabilidades Familiares". Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/convencao_156_228.pdf> Acesso em 12 de julho de 2016.

aderiu). Estranha-nos a resistência do nosso país em se tornar signatário dessa convenção que seria tão benéfica para a igualdade de gênero, posto que facilitaria a entrada das mulheres no cenário laboral, em condições de igualdades com seus companheiros, já que ambos possuem a responsabilidade familiar de cuidar dos seus filhos em comum. Muitas vezes a responsabilidade de cuidar dos filhos se volta para as mães, enquanto os pais têm a possibilidade de permear pela vida pública.

Caso o faça, essa Convenção terá a força de uma Emenda Constitucional, conforme dispõe a CRFB, em seu art.5º, LXXVIII, §3º. Essa assinatura seria importante, pois tornaria mais evidente e forte a criação e manutenção de políticas públicas nacionais, reforçando a igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito às suas responsabilidades familiares e laborais, tendo como consequência, assim, a compreensão necessária da sociedade como um todo que venha a promover igualdade nas oportunidades e tratamentos.

Todas as Convenções, além de obrigar o Brasil perante toda a comunidade internacional, também o obriga a cumprir os pactos devidos perante a comunidade interna. Esse instrumento, de âmbito internacional, aparece como mais uma ferramenta que pode ser utilizada como uma instância superior, internacional, quando a falha interna se instaura (CUNHA, 2014, p.12).

Todas essas conquistas e inovações contribuíram sobremaneira para o desejo das mulheres de participarem mais efetivamente da esfera pública. Não mais como ajudantes ou secretárias, mas como personagens importantes, capazes de melhorar as condições do povo para o qual pretende tutelar direitos, melhorando as condições de vida da população através do pensamento do coletivo. Deixar de ser incapaz, deixar de precisar de autorização dos pais ou maridos para exercer alguma profissão e poder usufruir da determinação legal que cabe ao homem e à mulher a responsabilidade familiar, especialmente com a alteração de a expressão *pátrio poder* (que inclusive nos remete à palavra *patriarcado*) pela expressão *poder familiar*, todas essas e outras alterações exerceram um papel importante nos anseios feministas de lutarem pelo espaço público e da política.

3.3 Algumas Políticas Públicas que visam o ingresso da mulher em espaços de poder

Desde a década de 80, mais especificamente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, o cenário social e cultural vem se alterando. Isso porque a CRFB/88 implantou no ordenamento jurídico a igualdade entre os homens e mulheres gerando, conseqüentemente, alterações no arcabouço legal e influenciando, sobremaneira, na adequação de novos diplomas, como foi o caso do Código Civil de 2002. Ainda assim, diante desse preceito elencado pela Lei Maior, é perceptível a presença de desigualdades entre os sexos o que favorece, inevitavelmente, a necessidade da intervenção do Estado através de suas políticas públicas. Elas podem ser concebidas como uma mediação entre a sociedade e o Estado. Sendo assim, quanto maior a presença de mecanismos legais/sociais, mais favorecida será a luta pela inclusão da mulher no espaço da política.

Nesse cenário, é possível constatar que boa parte das transformações sociais vividas pelos indivíduos está associada às intervenções estatais. Como é de conhecimento, o Estado atua com certa legitimidade e é em virtude dessa legitimidade, sob o argumento de defender e tutelar o interesse de todos de forma igualitária, que se torna possível a criação de ferramentas que visam o acesso da mulher aos espaços de poder. Como é possível um Estado Democrático de Direito que não oferece oportunidades igualitárias aos homens e mulheres? A criação de uma estrutura governamental que assegure a entrada, manutenção e autonomia da mulher é interessante nos espaços de poder, especificamente o político, com as mesmas condições asseguradas aos homens, em respeito ao princípio da igualdade de gênero, tornando possível uma sociedade sem preconceitos ou discriminações. Sem paridade não existe estado democrático de direito. A interferência estatal no Brasil se faz presente, principalmente, por meio de suas políticas públicas e legislações que visam assegurar igualdade de direitos entre todos os cidadãos, independente da raça, sexo, cor etc.

Um aspecto que dificulta consideravelmente a inserção das mulheres na política partidária é a pouca representatividade das políticas públicas, o que repercute diretamente na existência de relações desiguais entre homens e mulheres. E quando essas políticas públicas voltadas para as mulheres surgem,

não devem ter um caráter meramente de assistência para mães e reprodutoras, pois essa ideia reforçaria a ideia de divisão de espaços entre homens e mulheres. Além de se voltarem para a coletividade, essas políticas públicas devem contemplar aquilo que é específico e diferente para que diversas demandas sejam contempladas (CARNEIRO, 2014, p10).

Para serem inseridas na esfera pública, seja a política partidária, seja em organizações ou outros segmentos diferentes do seu lar, a mulher precisa conciliar seu trabalho com suas atribuições que lhe são naturalmente inerentes. Nesse sentido, afirma Gama:

O objetivo da promoção da igualdade de gênero por políticas públicas trilha caminhos diferenciados na sua interpretação e proposição política, com a ressalva de suas interconexões. A primeira vertente nasce da tradição maternalista e mantém alguns de seus traços na perspectiva da conciliação trabalho-família. A segunda coloca o problema em termos igualitaristas na direção de uma “neutralidade” de gênero na alocação das oportunidades e condições de vida (GAMA, 2008, p.45).

Através dessas políticas públicas, o governo vem tentando construir um país mais justo enaltecendo não só o homem, mas também a mulher. Já são inúmeros os Estados que possuem Secretarias voltadas para as mulheres, a fim de combater todas as formas de violência, preconceito e discriminação.

Segundo Carneiro (2014), as políticas públicas são instrumentos de concretização dos direitos sociais, as quais indicam o exercício da cidadania e democratização, mas que necessariamente perpassam pela conjuntura de aspectos econômicos e políticos que estão intimamente entrelaçados com as questões de gênero, muitas vezes marcadas por tensões existentes entre os atores sociais e instituições envolvidas.

Movimentos sociais e movimentos feministas estreitaram suas relações para a viabilidade de políticas públicas, de modo que essas sejam real objeto de interesse por parte do Estado, sem que as mesmas sofram interferência de hegemonias ou interesses diversos e sem que elas se apresentem como instrumentos da permanência de dessemelhança entre os gêneros. Nesse sentido, para Farah (2003), citado por Carneiro (2014):

Para que as políticas públicas contribuam com a redução da desigualdade de gênero e raça faz-se necessário, inicialmente,

reconhecer a existência dessas desigualdades, que podem e devem ser reduzidas, possibilitar espaço para uma agenda ampla de combate às desigualdades e, em seguida, realizar um diagnóstico das desigualdades, como se manifestam, impactos, demandas e, além disso, incorporar a todas as políticas um olhar para marcadores como gênero e raça (CARNEIRO, 2014, p.9).

A título de exemplo, podemos mencionar que o Governo Federal, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM (criada desde 2003, no governo Lula) e do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, deu início ao Programa de pró-equidade de gênero e raça que, hoje, já se encontra na 6ª edição, voltado para empresas no intuito de que promovam a inclusão social da mulher e a promoção da cidadania.

Muito embora esse plano esteja voltado para o setor empresarial, percebemos a intenção governamental em promover a igualdade de gênero no âmbito laboral. O Programa consiste na existência de uma estrutura laboral na seara de pequenas e médias empresas, de personalidade jurídica própria, públicas ou privadas, que voluntariamente se comprometam com o governo na criação de ações dentro de suas organizações, visando e assegurando a equidade de gênero e raça no ambiente de trabalho, principalmente no que diz respeito às políticas internas que garantam a inclusão, manutenção e geração de renda de seus trabalhadores, independentemente do sexo.

Na execução do Plano, o que se espera é a adoção de práticas de igualdade entre mulheres e homens de forma sistemática, como um instrumento de gestão, que contribua para o alcance de bons resultados em termos de qualidade do ambiente de trabalho e produtividade. Trata-se de construir a oportunidade para aprofundar a transversalidade e interseccionalidade do enfoque de gênero e raça, mediante a transformação da gestão de pessoa, da cultura organizacional das empresas e da maneira como tratam seus negócios, suas políticas e a força de trabalho.¹⁰

Temos ainda o Prêmio Construindo Igualdade de Gênero, fruto da parceria do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

¹⁰ Secretaria de Políticas para Mulheres (2013). “Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça – 6ª edição”. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulher-e-trabalho/programa-pro-equidade-de-genero-e-raca/6-edicao>> Acesso em 12 de julho de 2016.

(Onu Mulheres) que almeja a produção científica em torno da problemática gênero, mulheres e feminismo. As ações dessa parceria são voltadas para premiar projetos e ações pedagógicas para a promoção da igualdade de gênero desenvolvidos por escolas públicas e privadas; premiar 27 textos de estudantes do ensino médio e premiar seis artigos científicos (MEC, 2017).

Já no que tange à participação da mulher em espaços de poder, como é o caso da arena política, a Secretaria de Políticas para as Mulheres atua em várias frentes a fim de fortalecer o ingresso da mulher na política, seja capacitando mulheres na temática de democracia e gênero; monitorando a aplicabilidade da legislação eleitoral referente às mulheres nas eleições; apoiando a construção de plataformas para mulheres participarem das eleições e etc.

Alguns fóruns também são promovidos, como é o caso do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, um espaço que reúne mulheres de pelos menos 25 partidos que tem como objetivo fortalecer a participação da mulher na política, instituído desde 2006. No site da Secretaria de Políticas para as Mulheres existe, ainda, a Plataforma Mais Mulheres no Poder: Eu assumo esse Compromisso, que já teve edições atualizadas para as eleições de 2010, 2012 e 2014, bem como diversos debates acerca da desigualdade política de gênero promovidos ao longo do ano.

O Estado da Paraíba possui a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, criada na gestão do Governador Ricardo Coutinho, e tem como objetivos apoiar e executar políticas públicas para as mulheres. A Secretaria conta com o Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres que traz o Eixo V que trata sobre o fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, que tem como um dos grandes objetivos estimular a ampliação da participação de mulheres nos partidos políticos.

O Município de João Pessoa, por sua vez, também possui uma Secretaria voltada para a mulher. É a Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres que tem como um dos papéis fundamentais a igualdade de gênero, a fim de ser superada qualquer discriminação da mulher em sociedade. Assim como na esfera estadual, a esfera municipal também conta com um Plano Municipal de Políticas para as Mulheres e prevê, em seu capítulo VI a participação da mulher nos espaços de poder. Vários outros municípios da Paraíba conta com essa

ferramenta, seja através de Secretarias ou Coordenadorias (Campina Grande, por exemplo, tem o apoio da Coordenadoria de Políticas para Mulheres).

Para Carneiro (2014) é preciso que se atente para a formulação de políticas públicas por órgãos, secretarias e Ministérios que se voltam para a proteção da mulher sem entender a essência do conceito de gênero. Embora algumas políticas se direcionem às mulheres, algumas ainda não conseguem contemplar a perspectiva de gênero. Além de se formular políticas públicas embasadas na essência de gênero, também é interessante sua manutenção e monitoramento para que seja gerada a supressão das desigualdades.

Certamente, são as mulheres que defendem a pauta das mulheres. Ninguém defende um direito se não sentir na pele. Por isso, é preciso que as mulheres estejam na política. Questionamos as Vereadoras e Deputadas sobre o que mais entusiasmavam elas na arena política. Para a Vereadora Eliza Virgínia, o que mais a entusiasma é a ideia de poder influir no impedimento de certas leis que prejudicariam a sociedade caso tivessem êxito:

Para mim, é poder impedir certas barbaridades e ter a consciência que por minha causa certa lei que ia prejudicar muito a sociedade não teve êxito. É poder agir com ética e compromisso para beneficiar toda a população e não fazer política para um grupo específico em detrimento da maioria. Fico entusiasmada em trabalhar em função do coletivo e propor leis que beneficiem todos igualmente, acreditando, discutindo ideias e mantendo minha posição firme até o fim. E, graças a Deus, eu tenho conseguido isso (Vereadora Eliza Virgínia, entrevista de 02 de julho de 2016).

Para a Vereadora Raíssa Lacerda, o que mais a entusiasma é legislar e passar por um lugar e saber que determinada situação é fruto de um projeto de lei vindo de seu mandato:

Legislar, sem dúvida. É passar por uma lei minha e saber que aquela situação é obra de um projeto de lei vindo do meu mandato. Certa vez, uma enfermeira veio me agradecer, em nome de sua categoria, o fato de ser hoje obrigatório o atendimento de primeiros socorros em todos os shoppings da cidade. Ela relatou um caso de um infarto em um desses shoppings e que foi usado um desfibrilador no momento crítico e o infartado foi levado ao hospital em seguida. Graças a Deus aquela vida foi salva, primeiramente a Deus e depois pelos primeiros socorros. Ver nossas leis em prática, funcionando devidamente, me deixa extremamente feliz. É como para um cantor que diz que cada CD é um filho. Para mim, eu vejo cada lei funcionando sendo como um filho. Eu sinto que estou

contribuindo para a minha cidade. Isso me entusiasma. Cada vez que estava muito cansada durante a campanha, com mal estar, dor de estômago, eu pensava nas leis que eu contribuí e naquelas que ainda poderia contribuir futuramente. O trabalho teria que continuar e isso renovava muito minhas forças. Lembrar-me do que eu já fiz na Câmara era o entusiasmo que eu precisava para continuar o trabalho. Eu não curto muito a lei no papel. Se uma lei foi aprovada hoje, eu já corro para o Ministério Público para que a minha lei seja cumprida. Eu sou entusiasmada por isso (Vereadora Raíssa Lacerda, entrevista de 28 de junho de 2016).

“Ajudar as pessoas” e a “coletividade”, bem como ser uma voz para o povo é algo que entusiasma bastante a Deputada Camila Toscano:

Eu gosto de ajudar as pessoas. Conseguir ser uma voz das pessoas, ver um problema de uma cidade e fazer com que esse problema ganhe repercussão estadual. Na verdade, ser deputado é isso. Deputado é uma voz. Temos uma limitação para legislar, já que ficamos na dependência do governador para sancionar nossas leis. Então, penso que a força do deputado é a sua voz para defender o povo, defender um direito. Eu acho que a boa política é aquela pessoa que busca melhorar a vida das pessoas, pelo menos esse deve ser o objetivo, representar bem o povo. Isso me entusiasma (Deputada Camila Toscano, entrevista de 07 de julho de 2016).

Obviamente que o discurso do ajudar, do entusiasmo em ajudar e em certa medida, assumir o papel de mediadora ou cuidadora do povo, tem se consubstanciado como uma estratégia dos políticos e das políticas de conquistar a simpatia e o voto do eleitor.

Para a Deputada Daniella Ribeiro, o que mais a entusiasma são as pessoas, o parlamento e ajudar o povo independentemente de estar ou não em um momento de campanha eleitoral:

Eu diria que o que mais me entusiasma são as pessoas, o contato com o povo, o parlamento, pois é lá onde eu defendo os interesses do povo, a expectativa que as pessoas criam de que você pode ajudá-las, que o povo seja beneficiado pelas leis e de cumprir com minha obrigação de Deputada. Eu acredito que se todos pudessem entender que o bom político está presente também fora do período eleitoral, isso seria fundamental. Tenho prazer no meu mandato popular. Na política, nós temos uma missão muito grande que é contribuir para melhorar a sociedade, ajudar com a sua voz e etc. Temos que ter muita coragem para não se baixar a qualquer outra pessoa que não seja a própria população, pois quem elege um político é o povo e é a ele a quem temos que dar satisfação. Essa coragem é que faz toda a diferença. O importante é ouvir o povo para concretizar a verdadeira democracia. Essa é a verdadeira

representatividade. Nós mulheres passamos por situações complicadas no dia a dia que são diferentes dos homens e mesmo assim precisamos chegar à Assembleia muito bem para realizar de melhor maneira nosso trabalho sem medo dos embates (Deputada Daniella Ribeiro, entrevista de 10 de julho de 2016).

O “estar junto”, o se colocar como uma espécie de “servidora do povo”, igualmente é uma estratégia daqueles que entram na seara da política. Portanto, o discurso acima da deputada Daniella Ribeiro se coaduna muito bem com tal assertiva.

Por fim, para a Deputada Estela Bezerra, o que a entusiasma é ter a oportunidade de gerar o bem comum e de resolver a vida da coletividade através do consenso:

É ter a oportunidade de gerar o bem comum. Ver as pessoas envolvidas na política, querendo resolver a sua vida e a vida dos outros através de consensos e participações, de promover igualdade e justiça social. E conseguir ter casa para quem precisa ter casa e dirigir recursos para quem precisa da esfera pública, qualificar as pessoas e permitir que elas tenham qualidade de escolher o que elas querem ser na vida, poder promover lazer e mobilidade adequada, acesso à cultura. Eu só enxergo a política como capaz de fazer isso, se não fosse política não tínhamos muita solução para a vida da comunidade. Logo, me anima muito que a política produza de fato isso, ampliando cidadania e democracia. Os direitos são adquiridos através de lutas. Os avanços são necessários (Deputada Estela Bezerra, entrevista de 27 de julho de 2016).

Segundo o *site* oficial do Senado Federal, foi sancionada uma lei que concebe o ano de 2016 como o ano do empoderamento da mulher na política e no esporte. Estamos falando da Lei nº 13.272/16, originada do Projeto de Lei 515/15 das Senadoras Fátima Bezerra (PT-RN) e Vanessa Grazziotin (PC do B-AM). Vislumbramos que na justificativa do projeto, as senadoras entendem que “a participação feminina, em todas as instâncias da sociedade brasileira, é crescente e demonstra que o país despertou para esse importante tema”.¹¹

Nesse sentido, podemos observar tamanha importância dos mecanismos legais e estatais para a promoção da igualdade de gênero, possibilitando o

¹¹ Para ter acesso à informação, verificar o site oficial do Senado Federal, cuja notícia foi veiculada através do link: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/18/sancionada-a-lei-que-institui-2016-como-o-ano-do-empoderamento-da-mulher-na-politica-e-no-esporte>> Acesso em 18 de julho de 2016.

desenvolvimento de uma atividade organizacional/empresarial alentada pelos valores e princípios da igualdade e da não exclusão, promovendo as oportunidades de acesso e ascensão das mulheres a cargos de chefia, remuneração e permanência no emprego.

Não obstante, é válido lembrarmos que não basta somente a existência dessas leis ou políticas públicas para que efetivamente venham a ser consubstanciadas. Infelizmente sabemos que uma parcela da legislação apenas enuncia algumas medidas ou ações, mas não tem viabilizadas seu cumprimento, ocasionada em sua maioria pela ausência de recursos alocados, pois o olhar dado ao social, muitas vezes, é escasso e insatisfatório gerando conseqüentemente um cenário não tão assertivo como se esperava.

Para Pinto e Moritz (2009), embora tenha sido viabilizada uma expressão numérica maior da mulher na política com o tempo, persiste ainda uma notória ausência de mulheres que defendem e abraçam publicamente a bandeira das causas das mulheres em todas as esferas do Legislativo. Será preconceito do eleitor que talvez ainda não esteja preparado a votar em uma mulher?

Pensamos que não se pode atribuir unicamente a essa causa, posto que o eleitorado ainda não vislumbrou numericamente a mulher nesse espaço de poder. Para o eleitorado, ainda não é tão fácil e comum associar a mulher à política. Falta mesmo o aparecimento dessas mulheres e, quando ocorre essa aparição normalmente isso se dá em partidos alternativos, que não possuem muitas chances de vitória. As razões dessa ausência das mulheres nesse espaço de poder são inúmeras e variadas e devem ser buscadas tanto na apresentação das candidatas, como na recepção de suas falas pelos eleitores e eleitoras.

No Brasil tanto em esfera municipal quanto estadual e federal, existe uma pouca participação da mulher no jogo político, provocada muitas vezes pela ausência de disputa em proporção mais igualitária. Em certa medida, a sociedade favorece os homens em espaços relacionados ao trabalho, à essência e ao mérito. Como vimos anteriormente, foram grandes as mobilizações, em particular das feministas, que galgavam a sua entrada na política, mediante polêmicas, discussões, pressões voltadas aos Deputados, Senadores, para que a legislação estabelecesse a igualdade entre homens e mulheres e retirasse quaisquer condições que limitassem o pleno exercício de seus direitos, especialmente o de votar e ser votada.

Hoje, conseguimos colher alguns frutos deixados por nossas antecessoras relacionados à busca pela autonomia e dignidade, liberdade e igualdade na política, tão difícil de ser alcançada, mas tão bem vinda em termos de progresso. O sistema que ora prevalece em nosso país relaciona-se com o patriarcado que, silenciosamente, define os papéis sociais assumidos pelos homens e mulheres. Esses papéis sociais muitas vezes se antagonizam, colocando homens e mulheres como rivais, únicos e exclusivos de seu próprio espaço, sem se preocupar com a aliança dos mesmos como cúmplices para a construção de um Brasil mais igualitário em termos de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação regular das mulheres na política pode induzir a pensar que a mulher superou de forma definitiva as barreiras que, num passado não longínquo, as colocavam tão somente na esfera da vida privada. No entanto, a partir do contato com algumas mulheres que transitam no campo da política, pudemos constatar que para tornarem-se sujeitos ativos da esfera pública, algumas dessas mulheres ainda precisam superar barreiras e dificuldades culturais, as quais indicam que as relações de gênero na vida contemporânea ainda são marcadas por desequilíbrios entre homens e mulheres na ocupação de espaços de poder.

Apresentando-se como opção para ocupar cargos públicos mediante processos eleitorais, as mulheres/candidatas constroem uma identidade própria e uma sensibilidade pública utilizando estrategicamente alguns papéis e atributos que o saber tradicional as atribuiu. Em seus discursos é possível identificar esses atributos como a sensibilidade para cuidar do povo com a mesma presteza com que é capaz de cuidar dos filhos, a fé em um ser transcendente como alicerce para construir projetos de vida, a delicadeza e a ternura para acolher os clamores do povo que ela pretende representar.

Da mesma forma, elas também destacam suas habilidades para o jogo político, a fortaleza para encarar as lutas que a vida pública demanda e, como os homens, a determinação para trabalhar pelas necessidades dos setores mais desfavorecidos da sociedade. Aproveitaremos o momento das considerações finais para trazer a nossa experiência durante a jornada da pesquisa.

A partir dessa pesquisa, tivemos a oportunidade de apreender aquilo que está nos bastidores, compreendendo uma grande variabilidade de informações de maneira mais organizada. Nessa esteira, a análise do grupo específico de mulheres passou a ser observado através de uma sistematização de coleta de dados, sejam eles obtidos por meio de fotografias, conversas e gravações, bem como através das redes sociais e sites oficiais, tanto da Câmara Municipal, como da Assembleia Legislativa da Paraíba.

A nossa coleta de informações foi facilitada por meio do “estar perto” do nosso objeto de estudo, pois o “estar perto” nos permitiu a identificação de significados que não poderiam ser desvendados através de uma pesquisa

superficial. Ao chegar ao campo, nos deparamos com a necessidade de remodelar nossos conceitos, ideias e questões acerca de determinado fenômeno em virtude da mutabilidade ocasionada pelos próprios atores sociais através de suas interações mútuas.

Essa “técnica” nos foi oportuna, pois passamos a perceber além do que é dito pelas suas informantes, permitindo um desvendamento de atos, gestos e práticas que, possivelmente, não seriam alcançados se assim não fosse. Dessa maneira, nos utilizamos em certos momentos da pesquisa etnográfica concebida como uma pesquisa qualitativa que permite ao pesquisador imergir no seu estudo, possibilitando uma flexibilidade nos conceitos e hipóteses já consagrados no meio social, a fim de se alcançar o valor verdadeiro dos significados analisados.

A etnografia permitiu, pois, debater e esmiuçar aquilo que era concebido como inquestionável pensando em outras possibilidades e trazendo, conseqüentemente, outras observações e críticas. Acreditamos que os nossos questionamentos foram pertinentes ao nosso objeto de estudo, já que romperam com a ideia do familiar e do comum. A nossa proximidade com o campo na realização da etnografia possibilitou o rompimento de estereótipos, de ideias calcificadas em torno do social. Permitiu, sobremaneira, responder a questões muito particulares. As suposições pautadas no senso comum podem prejudicar os resultados da pesquisa. No sentido de Velho (1978), na qualidade de seres humanos, estamos sempre pressupondo ideias e familiaridades/exotismos, como sendo conhecido ou desconhecido. Neste sentido, a relação pesquisador-pesquisado é imprescindível para o bom andamento da pesquisa, pois é através dessa cooperação que o saber social é absorvido pelo estudioso de maneira contínua ao longo do tempo.

Sabemos que a palavra antropologia vem da junção de duas palavras gregas, *antropos* e *logos*, ou seja, homem e razão. Pode ser concebida como a ciência que estuda os vários aspectos produzidos e reproduzidos pelo homem, intimamente no que diz respeito à sua cultura. Para o desenvolvimento do presente trabalho, perpassamos por diversos estudos e conceitos tanto da Sociologia como, também, da Antropologia, esta última capaz de delinear muitas características e peculiaridades de assuntos aqui tratados.

Adotamos a face da Antropologia interpretativa, evidenciando a ideia de signos, significações, percorrendo o pensamento weberiano de que “o homem é

um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Essa face da Antropologia rompe com a prática antropológica anterior que estudava e conhecia a cultura através de leis pré-estabelecidas e genéricas, não-microscópica. A descrição densa, atrelada à prática etnográfica, em certa medida, nos deu suporte para que fôssemos alcançando um maior detalhamento dos dados colhidos, ou seja, nos permitiu uma exposição minuciosa sobre o objeto pesquisado. Logo, mais do que explicar um fenômeno cultural, é preciso desvendar seu significado.

Sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, adotamos algumas técnicas de coleta de dados que nos permitiu apreender manifestações fundamentais, informações importantes, para compreensão do processo através do qual algumas mulheres que sendo esposas e mães, desafiam a força do saber tradicional-patriarcal e trafegam pela esfera da vida pública mediante o exercício de cargos de representação política.

Conjugando os aspectos teóricos, metodológicos e a imersão no campo, conseguimos destrinchar alguns significados que, outrora não eram compreendidos. Ao longo desses dois anos, o estudo foi aprofundado, as dúvidas e excitações foram tomando força e a calma no coração se deu no momento em que muitas questões foram desvendadas e tentamos, na medida do possível, traduzir em palavras para todos aqueles que, assim como nós, também despertam o interesse pela temática e são movidos por suas paixões, inquietações e desejos de aprender e contribuir para uma transformação social que desague na inclusão da mulher em espaços importantes como o da política. Lembramos que a reflexão sobre esse tema é inesgotável até quando nossas reverberações, em termos de estudo, fortaleçam as mudanças que propomos enquanto membros de uma sociedade.

Através de um roteiro de perguntas, obtivemos êxito no direcionamento das falas dessas mulheres, realizando um levantamento de dados acerca de sua trajetória no espaço político. Na medida em que as entrevistas eram realizadas, eram imediatamente transcritas. Essa ideia de transcrição integral e imediata respaldou-se no intuito de aproveitamento dos detalhes de cenários, gestos e percepções que a gravação do áudio não poderia transmitir e registrar. Ressaltamos, oportunamente, que foram realizadas, aproximadamente, 13 (treze) entrevistas entre o período de abril de 2016 e fevereiro de 2017. Temos um sentimento positivo quanto à quantidade de entrevistas, na medida em que se

apresentou como suficiente para o levantamento de dados para os fins pretendidos.

Constatamos que a predominância dos laços culturais que coloca as mulheres aquém dos homens ainda é um grande desafio que se apresenta de maneira disfarçada. Muitos compromissos ainda precisam ser assumidos de modo a corresponder, efetivamente, com uma realidade mais equânime entre ambos os gêneros, sendo a altivez feminina nos espaços de poder uma importante medida que surge para amenizar a desigualdade de gênero em nosso país.

Com independência e autonomia, rompendo com aquilo que predomina na esteira sociocultural, a mulher vem desbravando todos os obstáculos que tentam colocá-la em uma posição inferior. Hoje, o cenário é um pouco mais libertador devido às grandes lutas travadas ao longo dos tempos. Sem dúvida, a mulher ao ter oportunidade de participar do espaço público, modifica todo o contexto que antes era inserida através de seu empoderamento.

Conforme descrito do decorrer dos capítulos, a dominação masculina sobre a mulher é algo histórico e permanente e corrobora para a dificuldade delas lutarem pela ocupação de outros espaços diferentes do espaço da casa, do lar, que o saber cultural e tradicional as atribuiu. As lutas de nossas antecessoras para o pleito do reconhecimento e legitimação das mulheres em vários espaços foi exaustivo, ferrenho e longo. Se hoje conseguimos identificar mulheres em cargos de chefia em grandes instituições ou empresas, ou na política, sem, dúvida, é fruto da batalha que muitas mulheres precisaram travar para uma verdadeira legitimação.

A sociedade sofre muita influência das tradições e da cultura. Nesse ponto, percebemos a relação da dominação masculina em espaços mais nobres com a força da ideologia patriarcal, intimamente relacionada com as barreiras impostas às mulheres quando galgam a ocupação em um cargo político. A política ainda é um espaço bastante masculinizado, enraizado no tradicionalismo onde quem manda são os homens, seja na ocupação da maioria das vagas no legislativo, seja no comando de grandes partidos políticos, nacionalmente conhecidos.

O patriarcado, embora disfarçado, traz consigo uma força compressoras sobre as mulheres que leva a muitos a dissociar a figura da mulher da política. Isso não se restringe somente aos espaços de poder, mas também em relação a ocupação de outros empregos quando as mulheres, realizando as mesmas funções que os homens, percebem remuneração inferior. O patriarcado e todo o saber

cultural imbuí a mulher características relacionadas à esfera privada. É o caso da sua identidade em saber cuidar da casa, do marido, dos filhos.

O tradicionalismo machista reforça a ideia de que lugar de mulher é cuidando da casa e surge daí a grande dificuldade das mulheres em driblarem essas dificuldades culturais que lhes são impostas. Em nome dessas características que lhes são imbuídas, muitas vezes as mulheres as internalizam e, ao conseguirem ocupar um mandato, refletem fortemente esses aspectos quando se voltam especialmente para as causas sociais: creches para crianças, promoção de exames de mama para a população feminina, auxílio na alimentação do povo e entre outras medidas que elas se voltam primordialmente.

As relações de gênero, sem dúvida, estão marcadas por uma desigualdade quando a reflexão se dá sobre os espaços ocupados tradicionalmente por homens e mulheres. Na arena política, a falta de investimento político e financeiro em mulheres é mínimo quando comparado ao investimento voltado aos homens. As mulheres, muitas vezes, se sentem desestimuladas por falta de incentivo e investimento. Isso reflete diretamente na percepção que o eleitorado tem quando se depara com a grande quantidade de propaganda eleitoral reservada aos homens pelos partidos políticos. Não é apenas o despreparo do eleitorado em votar em uma mulher, mas principalmente a ausência de mulheres concorrendo a uma vaga.

Nesse sentido, a lei de cotas apesar de sua intenção majestosa, não supriu as necessidades para as quais ela foi criada. Ainda é pouco perceptível a expressão numérica de mulheres que entraram na política após a vigência dessa lei. Para driblar essa determinação legal, os partidos políticos colocam candidatas sem qualquer tipo de chance de uma disputa justa. O horário gratuito da propaganda eleitoral é nitidamente reservado aos homens pelos seus partidos.

As Vereadoras e Deputadas ao serem entrevistadas demonstraram que tinham grande expectativa que, com o tempo, a expressão numérica de mulheres fosse elevada com essa iniciativa legal. Verificada sua ineficácia, elas se entusiasmam para que outras medidas sejam tomadas no sentido de não haver somente uma porcentagem no momento das candidaturas, mas, sim, na obrigatoriedade das vagas.

Elas relatam ainda, conforme visto no decorrer dos capítulos, que após toda a dificuldade enfrentada no momento pré-mandato, ainda existem grandes

obstáculos durante o mandato. Isso porque elas retratam que o machismo é muito forte nessa arena e que o tradicionalismo tenta colocá-las em situações menos nobres. Deparam-se, muitas vezes, com comentários constrangedores e desnecessários que as fazem refletir como o sexismo ainda se faz presente no espaço político.

As dificuldades são inúmeras, mas com suas qualidades elas conseguem driblá-las com maestria sem se sentirem inferiores. Elas não permitem que as desigualdades de gênero as façam sentir menos importantes ou inferiores. Pelo contrário. Elas mostram a força da mulher, a altivez e determinação que as fizeram serem colocadas pelo povo. Se existe alguém que elas precisam se justificar, segundo elas, é ao povo. Para elas, lugar de mulher não é somente em casa, mas em qualquer espaço que a mulher deseje estar.

Nesse sentido, talvez desfrutando da qualidade de serem cuidadoras e de serem multi, as nossas Vereadoras e Deputadas conciliam suas atividades políticas com as atividades familiares. Contam com o apoio de toda sua família, pais, irmãos, esposos e filhos que, segundo elas, se sentem bastante orgulhosos em verem o trabalho maravilhoso que elas exercem para o povo e pelo povo. Sendo multi, essas mulheres cuidam da política com a mesma presteza que cuidam dos seus lares, com a mesma sensibilidade que cuidam de seus filhos.

As nossas Vereadoras e Deputadas não titubeiam. A atuação política delas na Câmara Municipal e na Assembleia é de tamanha qualidade quanto a que poderia ser caracterizada a dos homens, talvez até melhor por terem tanta sensibilidade em cuidar do povo. Quanto ao discurso, elas promovem muitas audiências públicas e sempre levam temas e segmentos importantes para a população, especialmente para as mulheres. Assim, seus mandatos têm sido suporte de fomentar e fortalecer a organização da sociedade civil.

Conforme visto, o formato da disputa política partidária é muito duro, muito masculino dentro dessa construção naturalizada de “puxada de tapete” e isso ocorre de maneira muito violenta, principalmente para quem tem um perfil progressista. Algumas delas sofreram durante as campanhas e precisavam ter uma força psicológica muito grande para não se deixarem abater diante de tantas agressões. Eram muitas agressões, mas, também, muita solidariedade, já que a política proporcionou a elas o seu encontro com as pessoas que mais precisavam, que se comoviam ao ver que um agente político se interessava por suas

necessidades, por sua rotina de vida, pela falta de transporte, saúde, educação. Isso é muito comovente quando nos deparamos com pessoas de coração aberto e crentes que alguma mudança pode ser feita a partir da esfera política. Logo, todas as dificuldades passadas por elas foram superadas diante de seus entusiasmos em ajudar o povo.

Podemos concluir, assim, que a desigualdade de gênero é um problema estrutural que reflete as sociedades patriarcais. A libertação das mulheres desses ditames será viabilizada quando essa estrutura for derrubada. A mudança da nossa realidade contará com o apoio do cenário jurídico, não só aquele que reflete realidades já existentes, mas aquele constrói novas realidades.

A união e luta das mulheres será significativa para quebrar esses paradigmas vigentes em busca de dar visibilidade às suas pautas e permitir que seus direitos sejam concretizados, oportunizando melhores condições sociais, políticas e econômicas e as motivando a se enxergarem como importantes sujeitos da nossa sociedade. Para tanto, ações precisam ser articuladas para que sejam pressionadas todas as estruturas e órgãos que ainda são empecilhos, promovendo um interessante diálogo sobre as questões de gênero com a sociedade com objetivo de promover o empoderamento das mulheres em todos os espaços da sociedade.

*“Dizem que a mulher é o sexo frágil
Mas que mentira absurda! Eu que faço
parte da rotina de uma delas
Sei que a força está com elas
Mulher! Mulher!
Na escola em que você foi ensinada
Jamais tirei um 10
Sou forte, mas não chego aos seus pés”*

Erasmu Carlos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres em movimento: voto, educação e trabalho**. Ouro Preto, MG: Ed REM, 2006.

ARENDT, Hannah. **A Promessa da Política**. Org.: Jerome Kohn. Trad.: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008 a.

AVELAR, Lucia. A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para novas pesquisas. XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1987.

BARROS, Raissa Ester Maia de; SANTOS, Filipe Lins dos. **O Discurso de Construção do Eu feminino e sua Interrelação com o campo político**. In: XI Colóquio Nacional de Gênero e Sexualidade. Campina Grande, Paraíba, 2015.

BATISTA, Camila Lima. **Análise histórica sobre os direitos políticos das mulheres no Brasil**. In: GT Política e Feminismo. Coordenado por Ana Alice Costa e Maria Salete da Silva. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anais/anaispoliticafeinismo.pdf>> Acesso em 13 de agosto de 2016.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1960 a.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 1998. Vol. 1: Disponível em: http://www.filoczar.com.br/Dicionarios/Dicionario_De_Politica.pdf Acesso em 28 de agosto de 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A falsa neutralidade das técnicas: objeto construído ou artefato**. (p. 54 -64). In: BOURDIEU, P. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1999.

_____. **A economia das trocas simbólicas** (5a ed.). São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **A Dominação Masculina**. Trd. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9504, de 30 de setembro de 1997. **Estabelece normas para as eleições**. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1º de outubro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm Acesso em: 19/10/2015.

BRIOSCHI LR, TRIGO MHB. **Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas.** *Ciência e Cult* 1987; 39 (7): 631-7.

CARNEIRO, Anni de Novaes. **Reflexões feministas sobre políticas públicas, gênero e raça.** Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas - Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Anni%20de%20Novais%20Carneiro.pdf Acesso em 10 de novembro de 2016.

CHANTER, Tina. **Momentos e conceitos formadores da história do feminismo.** *In* Gênero: Conceitos-Chave em Filosofia. São Paulo: Artmed, 2006.

CHARTIER, Roger. **Diferenças entre os sexos e dominação simbólica** (nota crítica) *in* Cadernos Pagu (4), 1995.

CORRÊA, Marisa. **Repensando a família patriarcal brasileira.** Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1590> Acesso em 17 de setembro de 2016.

CORTÊS, Iáris Ramalho. **A trilha legislativa da mulher.** *In* Nova história das mulheres no Brasil – 1. Ed, São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

COSTA, Ana Alice Alcântara (1998). **As donas do poder. Mulher e política na Bahia.** Salvador: NEIM/UFBA.

COSTA, Edna Menezes da, AZEVEDO; Talita Messias Campos de; FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. **Questão da Mulher: lutas e conquistas no seu espaço público e privado.** Disponível em: <http://www.partes.com.br/emquestao/questaodamulher.asp> Acesso em 17 de setembro de 2016.

CUNHA, Bárbara Madruga da. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero.** Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR 2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf> Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

DAMATTA, Roberto da. **A casa, a rua e o trabalho.** *In*: O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. **A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil.** 5 ed - Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa.** *In*: O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DURHAM, Eunice. Família e reprodução humana. *In*: _____. **A dinâmica da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.325-355.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

GAMA, Andréa Souza. **As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do Estado de Bem-Estar Social**. In: SER Social, Brasília, v. 10, n. 22, p. 41-68, jan./jun.2008.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GROSSI, Miriam Pilar e MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença: as mulheres na política**. In. Estudos feministas. Ano 9, 2 semestre, 2001, p. 169.

KARAWEJCZYK, Mônica. **Mulheres, modernidade e sufrágio: uma aproximação possível**. In Revista de História e Estudos Culturais.. Disponível em:http://www.revistafenix.pro.br/PDF13/SECAO_LIVRE_ARTIGO_8-Monica_Karawejczyk.pdf Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis : Vozes, 2002.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. NASCIMENTO, Ana Paula Guedes do. PONTES, Carolina de Moura Codeiro. **A disputa e a sub-representação das mulheres nos espaços de poder: o caso da Assembleia Legislativa da Paraíba**. NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR, v.2, n.2, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). DESLANDES, Suely Ferreira. CRUZ NETO, Otávio. Gomes, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 14ªEd. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.

PAIVA, Raquel. **Política: palavra feminina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. **O Feminismo de segunda onda – Corpo, Prazer e Trabalho**. In Nova história das mulheres no Brasil – 1. Ed, São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

OIT BRASIL - **CONVENÇÃO 156: igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares** / Central Única dos Trabalhadores, Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora. – São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2011.

PINTO, Céli e MORITZ, Maria Freitas. **A tímida presença da mulher na política brasileira**. Eleições municipais em Porto Alegre (2008). Revista Brasileira de Ciência Política, nº2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 61-87.

PRADO, Maria Ligia e FRANCO, Maria Stella Scatena. **Participação feminina no debate público brasileiro** In Novas histórias das mulheres no Brasil.

Organizadoras: Carla Bassanezi e Joana Maria Pedro – 1.Ed., São Paulo: Contexto, 2013.

RABAY, Glória. **Mulher e participação política partidária na Paraíba.** Anais do IV Encontro da Rede Regional Norte Nordeste de Núcleos de estudo e pesquisa sobre a mulher e relações de gênero. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1996.

RABAY, Glória; e CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e política na Paraíba – Histórias de vida e luta.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. 268 p.

ROMANO, Amélia H. e MOSSINE, Neusa. **A mulher ocupando espaços.** In: Mundo Jovem. Porto Alegre: APCÊ, Gráfica Mundo Jovem, Ano XL, nº. 324, p.9, março 2002.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade.** Trad. Nuno Fonseca. Lisboa: Ed. Presença, 1992.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma Questão de gênero.** São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres.** Series Estudos e Ensaios – Ciências Sociais/ FLACSO/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Brasil – Junho 2009.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz.** cadernos pagu (12) 1999: pp.331-377. Disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/entre__2.pdf Acesso em 26 de dezembro de 2016.

SPINDOLA, Thelma e SANTOS, Rosângela da Silva. **Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?).** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n2/14.pdf> Acesso em: 18 de julho de 2016.

SILVEIRA, Maria Clara Holanda. COSTA, Renata Gomes da. **Patriarcado e capitalismo: binômio dominação-exploração nas relações de gênero.** Disponível em: <https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/> Acesso em 10 de janeiro de 2017.

SINGLY, François de. **Sociologia sobre a família contemporânea.** Tradução Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. Disponível em: http://www2.fpa.org.br/portal/uploads/feminismo_brasil.pdf Acesso em 12 de julho de 2016.

_____. **Movimento de mulheres e feminismo: Evolução e novas tendências**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, nº especial, out., 1994.

_____. **O contraditório e o ambíguo caminho a Beijing**. Revista Estudos Feministas, vol.3, nº1. Rio de Janeiro, 1995.

SOIHET, Rachel. **A conquista do espaço público**. In Nova história das mulheres no Brasil – 1. Ed, São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

TER RN - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (2016). **Os 80 anos dos votos de saias no Brasil**. Disponível em: <http://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn> Acesso em: 26 de dezembro de 2016.

VELHO, Gilberto C. “**Observando o familiar**” In NUNES, Edson de Oliveira (Org.) A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

VOGEL, Luíz Henrique. **A difícil inserção: voto feminino e as condições sociais de acesso ao campo político no Brasil (1932-2012)**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema3/2012_914.pdf Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

WEBER, Max. **Os três tipos puros de dominação legítima**. In: COHN, Gabriel (Org.) Max Weber: Sociologia. São Paulo: Ática, 7ª ed., 1999. (pp. 128-141)

YOUNG, Kate. **El potencial transformador em las necesidades prácticas: empoderamiento coletivo y el proceso de planificación**. In: León Magdalena (compiladora). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: TM Editores, U.N.- Facultad de Ciencias Humanas.

APÊNDICES

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- 1) Como se deu a sua inserção na vida pública? Que motivos a levaram a ingressar na política? Estava dentro de seu projeto de vida tornar-se política?
- 2) Seus pais atuam na Política? A senhora costumava acompanhar seus pais nos eventos políticos quando criança?
- 3) Onde a senhora nasceu? A senhora poderia me falar um pouco de sua infância?
- 4) Seus irmãos atuam/atuaram na política?
- 5) Quais foram as facilidades e dificuldades encontradas ao longo desse percurso?
- 6) O que seu marido e filhos acham de sua atuação na política? A senhora tem dificuldades em conciliar a agenda de política com os momentos familiares? Como é a sua rotina diária?
- 7) Como a senhora se sente ao atuar na política?
- 8) Existe alguma divisão de tarefas entre a senhora e seu marido? O que a senhora tem a dizer acerca das várias jornadas das mulheres (mãe, esposa, aquela que trabalha, etc.)
- 9) Como a senhora se vê como mãe, mulher e esposa?
- 10) A senhora acha que os homens exercem algum tipo de dominação sobre as mulheres? Em quais circunstâncias? Através de quais discursos a senhora percebe que ainda está presente um modelo machista na política?
- 11) Quais as renúncias que a senhora teve que fazer ao entrar na política?
- 12) Como a senhora consegue driblar as dificuldades que surgem pelo fato de ser mulher na política?
- 13) Em sua opinião, é mais fácil a mulher ser inserida na política no interior ou na capital? Por quê?

- 14) Em sua opinião, quais as semelhanças e diferenças sobre a inserção da mulher e a inserção do homem na política?
- 15) Qual a opinião da senhora sobre a lei de cotas?
- 16) A senhora já foi agredida verbalmente por ser uma mulher que atua na política? Isso é frequente? Se sim, como reagiu a isso?
- 17) Se existe algum tipo de preconceito por parte dos homens políticos ele é direto ou disfarçado?
- 18) Quais as mudanças que a senhora percebeu em sua vida pessoal e profissional após entrar na política?
- 19) Como seus filhos reagiram e reagem a essa mudança? Você recebe suporte e apoio de seus filhos?
- 20) O que a senhora pensa do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral? Ele privilegia mais os homens que as mulheres?
- 21) O que a senhora pensa sobre a inserção da mulher no espaço da política?
- 22) Acha que existe um distintivo na prática e ação política entre homens e mulheres?
- 23) Existe um diferencial entre candidatos homens e candidatas mulheres? Quais são estas diferenças?
- 24) Acha que o eleitor está preparado para votar em uma mulher? Por quê?
- 25) O que mais entusiasma a senhora na política? Por quê?